JASON TADEU BORBA
JOÃO ILDEBRANDO BOCCHI
PEDRO HUBERTUS VIVAS AGÜERO
ZILTON LUIZ MACEDO

ORGANIZADOR
JOÃO ILDEBRANDO BOCCHI

MONOGRAFIA
PARA ECONOMIA

Editora Saraiva

Editora Saraiva
Av. Marquês de São Vicente, 1697 – CEP 01139-904
Barra Funda – Tel.: PABX (0XX11) 3613-3000
Fax: (0XX11) 3611-3308 – Televendas: (0XX11) 3613-3344
Fax Vendas: (0XX11) 3611-3268 – São Paulo-SP
Endereço Internet: http://www.editorasaraiva.com.br

Distribuidores Regionais

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE
Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
Fone: (0XX92) 633-4227 / 633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE
Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas
Fone: (0XX71) 381-5854 / 381-5895 / 381-0959 — Salvador

BAURU/SÃO PAULO
(sala dos professores)
Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro
Fone: (0XX14) 3234-5643 / 3234-7401 — Bauru

CAMPINAS/SÃO PAULO
(sala dos professores)
Rua Camargo Pimentel, 660 — Jd. Guanabara
Fone: (0XX19) 3243-8004 / 3243-8259 — Campinas

CEARÁ/PIAUÍ
Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
Fone: (0XX85) 238-2323 / 238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL
SIG Sul Qd. 3 — Bl. B — Loja 97 — Setor Industrial Gráfico
Fone: (0XX61) 344-2920 / 344-2951 / 344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS
Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
Fone: (0XX62) 225-2882 / 212-2806 / 224-3016 — Goiânia

MARANHÃO
R. Godofredo Viana, 546 — Centro
Fone: (0XX99) 524-0032 — Imperatriz

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO
Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
Fone: (0XX67) 382-3682 / 382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS
Rua Alípio de Melo, 151 — Jd. Montanhês
Fone: (0XX31) 3412-7080 — Belo Horizonte

PARÁ
Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos
Fone: (0XX91) 222-9034 / 224-9038 / 241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA
Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho
Fone: (0XX41) 332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE
Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista
Fone: (0XX81) 3421-4246 / 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO
Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
Fone: (0XX16) 610-5843 / 610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO
Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
Fone: (0XX21) 2577-9494 / 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL
Av. Ceará, 1360 — São Geraldo
Fone: (0XX51) 3343-1467 / 3343-7563 / 3343-2986 / 3343-7469
Porto Alegre

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SÃO PAULO
(sala dos professores)
Av. Brig. Faria Lima, 6363 — Rio Preto Shopping Center — V. São José
Fone: (0XX17) 227-3819 / 227-0982 / 227-5249 — São José do Rio Preto

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SÃO PAULO
(sala dos professores)
Rua Santa Luzia, 106 — Jd. Santa Madalena
Fone: (0XX12) 3921-0732 — São José dos Campos

SÃO PAULO
Av. Marquês de São Vicente, 1697 — Barra Funda
Fone: PABX (0XX11) 3613-3000 / 3611-3308 — São Paulo

ISBN 85-02-04404-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Monografia para economia / Jason Tadeu Borba... [et al.] ; organizador João Ildebrando Bocchi. – São Paulo : Saraiva, 2004.

Outros autores: João Ildebrando Bocchi, Pedro Hubertus Vivas Agüero, Zilton Luiz Macedo
Bibliografia
ISBN 85-02-04404-4

1. Economia 2. Pesquisa econômica 3. Trabalhos científicos – Redação I. Borba, Jason Tadeu. II. Bocchi, João Ildebrando. III. Agüero, Pedro Vivas. IV. Macedo, Zilton Luiz.

03-4852 CDD-808.06633

Índices para catálogo sistemático:

1. Economia : Monografias : Elaboração 808.06633
1. Monografias : Economia : Elaboração 808.06633

Copyright © João Ildebrando Bocchi, Jason Tadeu Borba, Pedro Hubertus Vivas Agüero, Zilton Luiz Macedo
2004 Editora Saraiva
Todos os direitos reservados.

Diretor Editorial: Henrique Farinha
Gerente Editorial: Flávia Helena Dante Alves Bravin
Editor: Karina Maria Ramos Guimarães
Assistente de Marketing Editorial: Gisele da Silva Guerra
Assistentes de Produção Editorial: Rita de Cássia da Silva
Juliana Rodrigues de Queiróz
Coordenadora de Revisão (heliográfica): Livia M. Giorgio
Capa: Antonio Roberto Bressan
Projeto gráfico e diagramação: Cecília Thibes

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

Sobre os autores

Jason Tadeu Borba
Economista pela FEA-PUC/SP, mestre em Economia pela FGV-EAESP e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professor associado do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP; coordenador do Núcleo de GeoEconomia do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP; editor do *site* www.geoeconomia.com .

João Ildebrando Bocchi
Engenheiro Civil, mestre em Administração Pública pela FGV-EAESP e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP. Foi professor da FGV-EAESP e atualmente é professor associado do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP. Co-autor do livro *Economia Brasileira*, da Editora Saraiva.

Pedro Hubertus Vivas Agüero
Economista, mestre e doutor em Economia pela FEA-USP. Foi professor da *Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Mayor de San Marcos*, em Lima, no Peru. Atualmente, é professor associado do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP.

Zilton Luiz Macedo
Economista, pós-graduado pela FIPE/USP, Ph.D. pela Universidade de Londres em Economia urbana e regional. Professor titular do Departamento de Economia da FEA-PUC/SP.
Consultor na área de Economia e meio ambiente.

Prefácio

Este livro é o resultado da experiência acumulada por professores de Técnicas de Pesquisa em Economia, da Faculdade de Economia e Administração da PUC de São Paulo, que a partir da reforma curricular de 1984 passaram a enfrentar o desafio de implantar a elaboração de monografias no curso de graduação em Ciências Econômicas.

Os resultados foram muito positivos, pois a introdução desse trabalho de conclusão de curso não se tornou uma barreira para que os alunos se graduassem e produziu monografias de ótima qualidade. Além disso, possibilitou que os alunos desenvolvessem a habilidade de articular e consolidar, em um texto bem cuidado, as técnicas de pesquisa e os conhecimentos teóricos acumulados ao longo do curso. Mais do que isso, compartilhamos seu orgulho quando concluem suas monografias, superando obstáculos que no início do processo parecem muito complexos.

Este livro incorpora a vivência do dia-a-dia nas disciplinas ligadas à elaboração de monografias. Seu objetivo é desenvolver, didaticamente, os caminhos para o planejamento e a elaboração de uma pesquisa.

A partir dessa concepção, o Capítulo 1 apresenta a base metodológica do conhecimento científico e da prática da pesquisa. Aborda, de maneira acessível e rigorosa, as questões teóricas que tornam a Economia uma ciência. É a partir desse ponto de vista que começam a ser discutidos os caminhos da prática da pesquisa.

O Capítulo 2 apresenta os métodos de investigação econômica e o lugar da Economia nas ciências.

O Capítulo 3 explica o que é uma monografia, apresentando sua estrutura e conteúdo, como sua elaboração se liga à teoria econômica, e sua importância para a formação profissional do aluno. Explica os passos para a definição do tema da monografia, utilizando uma série de exemplos, que abrangem desde a elaboração do projeto de pesquisa até a estruturação e redação final de seu relatório, a monografia. Esta pode ser desenvolvida mediante a orientação de um professor, fora da grade horária, ou por meio de turmas de monografia que integram a estrutura curricular.

Os Capítulos 4 e 6 abordam detalhadamente as regras formais de apresentação de uma monografia, desde os aspectos gráficos até a indicação de fontes, citações e referências bibliográficas. A redação final da monografia é um bom aprendizado para a futura elaboração de informes e relatórios, próprios da atividade profissional.

O Capítulo 5 lista as principais fontes de informação existentes para aprimorar a pesquisa acadêmica, como *sites*, institutos de pesquisa, dentre outras.

Por fim, o Capítulo 7 apresenta os critérios de avaliação de monografias adotados na FEA-PUC de São Paulo. Embora cada instituição tenha seus critérios de avaliação, a experiência tem mostrado que a existência de critérios objetivos, definidos coletivamente, possibilitam que as bancas avaliadoras atuem com razoável homogeneidade, além de assegurar melhorias substantivas na qualidade dos trabalhos elaborados pelos alunos.

Registramos nossos agradecimentos à equipe da Editora Saraiva, especialmente ao diretor editorial Henrique Farinha, à assistente editorial Angela De Marco e à assistente de produção editorial Juliana Rodrigues de Queiróz,

pelo imprescindível suporte na tarefa de transformar uma idéia em um projeto concreto.

Dedicamos este livro à memória de nosso colega Celso Augusto Daniel, querido amigo e talentoso professor de Técnicas de Pesquisa em Economia, e apaixonado pela introdução da Monografia como etapa final da conclusão de curso; e aos nossos alunos, representando o conjunto dos estudantes de Economia de todo o Brasil.

Os autores.

Sumário

Capítulo 1
Conhecimento Científico: Desafios e Práticas da Pesquisa Econômica . 1
1.1 Bases do Conhecimentos e da Epistemologia em Economia 3
1.2 Busca da Verdade: Fontes do Saber 8
1.2.1 Autoridade 8
1.2.2 Bom senso ou senso comum 9
1.2.3 Tradição 11
1.2.4 Intuição 13
1.2.5 Emergência do saber científico e o princípio da exclusão 14
1.3 Natureza da Ciência ou o Saber Científico 16
1.4 Características do Saber Científico 17
1.4.1 Clareza e precisão 17
1.4.2 Generalidade 18
1.4.3 Método 19
1.4.4 Sistematização 20
1.4.5 Objetividade 21
1.4.6 Verificação 22
1.4.7 Previsibilidade 23
1.4.8 Refutabilidade 24
1.4.9 Abertura 25
Anexo A – Classificação Decimal Universal 26
Referências Bibliográficas 31

Capítulo 2
A Investigação Econômica 37
2.1 Classificação das Ciências: O Lugar da Economia nas Ciências 38
2.2 A Economia como Ciência 40
2.3 Especificidades 45
2.3.1 Mensurabilidade 45
2.3.2 Complexidade 47
2.3.3 Economia positiva e economia normativa 48
2.3.4 Não-exatidão da economia 50
2.3.5 Singularidade dos fatos 51
2.3.6 Valores 52
2.3.7 A questão do poder 52
2.4 Método da Investigação Econômica 53
2.4.1 Método e métodos 54
2.4.1.1 Método analítico 54
2.4.1.2 Método dedutivo 56
2.4.1.3 Método indutivo e a reação positivista 57

2.4.1.4 O pragmatismo ou compromisso entre dedutivistas e indutivistas 59
2.4.1.5 Ordenamento hipotético-dedutivo 59
2.4.1.6 Método dialético 60
2.4.1.7 Método da complexidade 66
2.4.2 Método e referencial teórico 69
2.4.3 Método e hipóteses 70
2.4.4 Métodos auxiliares na investigação econômica 74
2.4.4.1 Observação 74
2.4.4.2 Comparação 75
2.4.4.3 Análise estatística 75
2.4.4.4 Estudo de caso: método monográfico 77
2.5 Natureza do Objeto e Modalidades de Investigação Econômica 78
2.5.1 A pesquisa teórica 78
2.5.2 A pesquisa empírica ou aplicada 82
Anexo A – Manifesto de Economistas Contra o Pensamento Único e Manifesto dos Estudantes Franceses Contra o Pensamento Único 83
Referências Bibliográficas 88

Capítulo 3
A Dimensão Teórica da Elaboração da Monografia 91
3.1 O que é a Monografia 92
3.2 Monografia: Sua Estrutura e Conteúdo 95
3.3 O Uso da Teoria Econômica na Monografia 97
3.4 Importância da Monografia para a Formação Profissional 99
Referências Bibliográficas 102

Capítulo 4
Como Elaborar uma Monografia 105
4.1 Identificação e Escolha do Tema 106
4.1.1 Exemplos de assuntos e temas 108
4.1.1.1 Área de economia agrícola e agrária 108
4.1.1.2 Área de desenvolvimento econômico nacional e regional . 109
4.1.1.3 Área de economia do trabalho e economia social 111
4.1.1.4 Área da economia do setor público 112
4.1.1.5 Economia monetária e financeira 113
4.1.1.6 Economia internacional e a nova ordem mundial 114
4.1.1.7 Economia industrial e tecnologia 115
4.1.1.8 História econômica 116
4.1.1.9 Área de economia política e história do pensamento econômico 117
4.1.1.10 Área de economia urbana e regional e de meio ambiente 118
4.2 A Elaboração do Projeto de Monografia 120
4.3 Elaboração da Monografia 125
Referências Bibliográficas 134

Capítulo 5
A Busca das Informações 137
5.1 Fontes de Informação 139
5.2 Tratamento das Informações 140
5.3 Internet: A Rede Mundial ao seu Dispor 141
5.3.1 Brasil: órgãos governamentais 144
5.3.2 Instituições e Institutos de pesquisa nacionais 145
5.3.3 Instituições internacionais 146
Apêndice A – Principais Revistas Nacionais de Economia 148
Apêndice B – Principais Revistas Internacionais de Economia 152
Referências Bibliográficas 156

Capítulo 6
Como se apresenta uma Monografia 157
6.1 Apresentação – Regras Gerais 159
6.2 Estrutura da Monografia 162
6.2.1 Elementos pré-textuais 163
6.2.1.1 Capa 163
6.2.1.2 Folha de rosto 164
6.2.1.3 Dedicatória 167
6.2.1.4 Agradecimentos 168
6.2.1.5 Resumo 168
6.2.1.6 Sumário 170
6.2.2 Elementos textuais 171
6.2.2.1 Introdução 171
6.2.2.2 Desenvolvimento ou corpo do trabalho 171
6.2.2.3 Conclusão 172
6.2.3 Elementos pós-textuais ou pós-liminares 172
6.2.3.1 Anexos 173
6.2.3.2 Apêndices 173
6.2.3.2 Glossário 174
6.3 Formas de Apresentação 174
6.3.1 Tabelas 174
6.3.2 Quadros 177
6.3.3 Gráficos e ilustrações 178
6.4 Elaboração de Referências 179
6.4.1 Notas de rodapé 180
6.4.2 Citações 181
6.4.2.1 Inserção das citações ou transcrições de textos 185
6.4.3 Referências bibliográficas 186
6.4.3.1 Referenciação de livros 188
6.4.3.2 Referenciação de artigos 191
6.4.3.3 Referenciação de leis, decretos, portarias, resoluções e outras informações legislativas 194
6.4.3.4 Referenciação de documentos eletrônicos 195

6.4.3.5 Referências bibliográficas 197
Referências Bibliográficas 198

Capítulo 7
Como se Avalia uma Monografia 201
7.1 Introdução 202
7.2 Roteiro Interno 203
7.2.1 Procedimentos 204
7.2.2 Avaliação 207
7.2.3 Matriz de avaliação 208
7.2.3.1 Aspectos formais e de desempenho dos alunos. Atribuições exclusivas do professor orientador 208
7.2.3.2 Quesitos a serem considerados 208
7.2.3.3 Aspectos de conteúdo e de comunicação. Atribuições do professor orientador e dos demais examinadores 209
7.2.3.4 Outros quesitos a serem considerados 209
7.2.4 Formulário de avaliação 211
7.2.4.1 Primeira parte: aspectos formais e apresentação gráfica 213
7.2.4.2 Segunda parte: aspectos formais e de conteúdo 213
7.2.5 Verso do formulário de avaliação de monografias 215
7.3 Pareceres do Orientador e da Banca de Examinadores 217
7.4 Concurso de Monografias 218
7.4.1 Seleção da monografia a ser indicada 218
7.4.2 Monografias premiadas pelo Concurso Corecon-SP 220
Referências Bibliográficas 225

Índice Remissivo 227

Capítulo 1

Conhecimento Científico: Desafios e Práticas da Pesquisa Econômica

> *"O sábio moderno, à diferença do antigo, não é tanto um acumulador de conhecimentos como um gerador de problemas."*
>
> (Bunge)

Longe de envolver apenas escolhas técnicas, produzir conhecimento abrange dimensões de natureza bem mais complexa. Este capítulo procura situar esta produção em Economia no âmbito geral do conhecimento científico e no conjunto das diferentes formas do conhecer, pois se trata de uma matéria essencialmente complexa e plena de polêmicas. O objetivo é procurar esmiuçar uma série de concepções, questões e problemas que permanecem sem solução.

Apesar dessa indefinição própria da disciplina e do conhecimento, o pesquisador deve investigar e escolher, dentre as diferentes correntes do debate, aquela que mais bem se ajusta aos seus valores, formação e interesses. O mais importante, e que ao mesmo tempo proporciona consistência na atividade do pesquisador, é a reflexão constante a respeito do modo como percebe os fenômenos e faz suas escolhas, constituindo uma espécie de meta-atividade do pesquisar em que o pesquisador se observa constantemente. Essa é uma postura que cabe não só ao pesquisador maduro, mas principalmente ao estudante que se aplica nessa atividade. Pesquisar ou aprender a pesquisar significa assumir o atual estado da arte: de um lado a *crise dos paradigmas científicos*; de outro, os desafios colocados para uma ciência, a ciência econômica, que adquiriu uma dimensão prática no decorrer do século XX.

Com efeito, além de explicar a realidade, desvendando seus enigmas e prevendo seu curso, o saber econômico deve também, por meio da gestão privada e pública, atuar sobre ela, dando uma resposta concreta aos problemas e dilemas cuja compreensão e solução muitas vezes extrapolam

o seu campo estrito. Nesse sentido, a opção da abordagem deste capítulo é a de que o estudante deve, inicialmente, entrar em contato com a complexidade e incertezas da produção científica, bem como exercitar suas escolhas com o imperativo prático de apresentar seu estudo, localizando-o nesse contexto. Trata-se de, também por esta via, adentrar integralmente no seu tempo, que tem seus dilemas, desafios e angústias. O aluno deve resolver os problemas concretos da pesquisa ao mesmo tempo que tenta elaborar o seu próprio modo de pensar. Ao pesquisar, o economista pesquisador aprende sobre algo e indissoluvelmente sobre si mesmo, pois ao se questionar, também se aprimora.

1.1 *BASES DO CONHECIMENTO E DA EPISTEMOLOGIA EM ECONOMIA*

Diferente das outras formas vivas, o homem, na sua luta essencialmente prática para reafirmar-se e reproduzir-se como espécie na Natureza, busca desvendar o mundo que o cerca e que o compõe, procura tornar-se consciente dele ou numa expressão, talvez questionável, tenta dominar a natureza, transformando-a conforme seu objetivo máximo: a própria existência.

Componente da definição do que seja a especificidade do humano, desde as suas práticas mais simples e imediatas, até as mais complexas, percebemos o homem nesse esforço de conscientizar-se sobre os processos do mundo. A conscientização é, então, uma forma particularmente humana de perceber os fenômenos que o cercam e o incluem, fazendo-os presentes. Nesses fenômenos, está o próprio homem que, percebendo-se a si mesmo, procura compreender-se. Trata-se, em termos imediatos, de formar uma imagem operativa do mundo e seus aspectos. Não é por outro motivo que,

numa expressão bastante sintética, mas não menos rigorosa, a filosofia em geral atribui à definição de homem o desafio de ser a *consciência da natureza*.

No entanto, o advento humano se dá a partir da natureza e, mais especificamente, do reino animal. À parte as posições religiosas a respeito da gênese, o consenso científico é o de que a origem dos homens é a própria natureza e sua evolução. Nesse sentido, muitos dos recursos que atuam na reprodução da vida animal estão presentes e atuando no homem, como os instintos. O papel que a dimensão instintual desempenha, como condicionamento na estrutura psicológica dos homens, é campo vasto para investigações que dizem respeito à relação homem-natureza, dentro do próprio pensar e da própria subjetividade humana. Em Freud, encontramos essa relação como sendo a questão básica apresentada para a determinação da racionalidade ou irracionalidade do homem moderno.

Samir Amin[1] recorre a Wilhelm Reich para perspectivar essa problemática. Simonsen[2] também aborda com propriedade essa questão, inclusive num contexto mais complexo, trazendo a questão das idéias *a priori* ou os arquétipos. Estas seriam as idéias preconcebidas, inatas, que atuam na ação e no processo de conhecimento humanos. Desde Platão, passando por Kant, essas marcas ou decalques da formação e desenvolvimento da vida e do próprio ser humano seriam, de certa forma, a presença do passado nos processos humanos. Pesquisas modernas em fisiologia aprofundaram muito essa hipótese. No campo da psicologia, a teoria dos arquétipos de Carl Gustav Jung forma a fronteira[3]. O conhecimento, isto é, a descoberta, dar-se-ia como um encontro, uma síntese entre o momento atual e as matrizes (não mais idéias nem imagens tão

[1] AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1976. p. 7.
[2] SIMONSEN, M. H. **Ensaios analíticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 5-8.
[3] JUNG, C. G. **O espírito na arte e na ciência**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

simplesmente) gravadas no cérebro humano a partir das experiências de formação não só do humano, mas da vida propriamente dita[4].

Inicialmente, podemos esquematizar esse processo humano de relacionar-se com a natureza como uma relação entre o sujeito (o homem) e o meio em que vive (o objeto), trata-se da relação sujeito-objeto. Longe de ser estática, a relação entre o homem e a natureza é dinâmica: transformam-se o conjunto e as partes. O homem molda a natureza e se transforma também, numa inter-relação que se transforma no tempo. Nesse sentido, emerge aí uma dimensão histórica que leva à necessidade de uma periodização do tempo desde a gênese até o presente, buscando os momentos em que ocorrem transformações marcantes nesta relação do homem com a natureza.

A forma como o homem (indivíduo ou coletividade) se organiza, decide, mobiliza e aloca os recursos necessários e disponíveis para sua interação com a natureza — gerando o produto (bens ou serviços) e distribuindo-o para o consumo (individual ou coletivo) — constitui um conjunto de fatos e processos que podemos chamar de economia. A economia como ciência, num sentido mais geral, seria o esforço de compreensão das formas genéricas e específicas, históricas e locais dos fenômenos e processos econômicos, com o objetivo de alcançar as leis que os regem. Vemos, então, que a economia é um aspecto, um subconjunto do processo mais geral da própria reprodução humana.

A relação sujeito-objeto, de um ponto de vista mais genérico, pode ser mais detalhada. Decompondo essa relação nos seus elementos básicos e imediatos, temos:

a) o *sujeito* que empreenderá a ação transformadora, sendo esta um dispêndio de energia humana conscientemente direcionada para atingir um

[4] REEVES, H. et al. **A sincronicidade, a alma e a ciência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1983.

objetivo, que visa à obtenção de um resultado; um dos aspectos importantes é o modo como o sujeito toma as decisões de como, onde, para que e para quem a ação transformadora dar-se-á;

b) o *objeto*, ou seja, a parte do mundo que sofrerá a ação transformadora, após a qual assumirá a forma de produto da atividade;

c) o *conhecimento* sobre o objeto e sobre como o processo total da ação vai se desenrolar;

d) os *meios* com os quais o sujeito empreende sua ação; trata-se das ferramentas e utensílios dos quais o sujeito se serve para transformar o objeto; no limite, as próprias mãos podem ser usadas como meio de transformação;

e) por fim, o *locus*, ou o lugar em que ocorrerá o processo.

O homem é a única espécie viva que elabora, conscientemente, uma pré-imagem do resultado final do processo. Trata-se de uma faculdade humana, uma *teleologia*, uma antevisão dos resultados, dos recursos, do processo do seu esforço. Essa seria a base para algo que poderíamos chamar genericamente de planejamento. É o confronto, entre esta pré-ideação ou resultado almejado, planejado e o resultado efetivamente obtido a partir da ação, que forma o contraste em cima do qual se dá o que podemos chamar de aprendizado[5]. Este aprendizado é o motor humano por excelência.

Assim, o conhecimento, que é o produto da busca prática da verdade dos fenômenos, é no sentido prático mais imediato ou mesmo no sentido mais reflexivo geral o esforço de elaboração de uma imagem fiel da realidade, a busca de suas leis e de um projeto efetivo. Trata-se da transposição da

[5] BORGES, M. A. Ontologia e momento ideal na exonomia. **Revista Pesquisa & Debate:** Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP, São Paulo, v. 8, n. 2 (11), p. 93-110, 1997.

realidade mesma para a esfera do pensamento[6]. Em última instância, trata-se da elaboração de um mapa/roteiro da atividade humana em geral, o que se coloca a partir de uma problemática bastante profunda: estaria o homem, desde sua origem, seguindo um plano já posto, que se evidenciaria a partir das descobertas das leis que regem seus processos? Ou teria o homem que, ao conscientizar-se das leis que regem seu ser, formular a partir de si o plano de sua existência? Essas questões, quando lançadas para o âmbito econômico, fazem parte do rol de estudos da filosofia econômica, de onde nascem as mais belas páginas de Adam Smith, Stuart Mill, Marx, Marshall entre outros. Embora mais conhecida na sua acepção prática no mundo dos negócios, é de Keynes a máxima a respeito desse assunto: *no longo prazo todos estaremos mortos*[7].

De um ponto de vista econômico, essa relação específica que o homem tem com o tempo, que inclui um esforço de relacionar-se conscientemente com o futuro, é a base do planejamento e da programação do processo concreto da vida.

O homem, seguindo sua característica básica, lança-se no seu processo de reprodução, no seu ciclo produtivo, sempre com uma imagem do processo como um todo e de seus resultados finais. Trata-se de uma idéia preconcebida — no sentido de que está já presente no momento inicial de abordar a realidade que o cerca, sendo que é exatamente aí que reside sua angústia e seu desafio máximo: qual a correspondência dessas imagens, idéias, concepções que se apresentam *ex ante* e a realidade alcançada *ex post*? Em que circunstância sua visão da realidade é verdadeira ou falsa? *O conhecimento humano desenvolve-se na busca da verdade*[8]. Essa assertiva é aberta, podendo nos dirigir para a verdade sobre questões abstratas, filosóficas ou para

[6] BAZARIAN, J. **O problema da verdade.** São Paulo: Símbolo, 1980.
[7] KEYNES apud BARBER, William J. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 219.
[8] SIMONSEN, 1994.

questões mais próximas da nossa prática concreta. De qualquer modo, a validade da assertiva se mantém.

1.2 BUSCA DA VERDADE: FONTES DO SABER

A pré-ideação, que pode ser a imagem da própria vida num todo (a questão filosófica da anterioridade de Deus ou da Matéria) ou em algum momento específico do seu transcorrer (em que figuram os processos econômicos gerais ou imediatos), instala-se das mais diferentes maneiras na mente humana. Veremos as principais.

1.2.1 Autoridade

A autoridade é uma das principais fontes de verdade, mesmo ainda hoje. Ela emana de preceitos religiosos ou institucionais, de Estado ou de organização, que balizam todo o processo prático e reflexivo da relação sujeito-objeto. Condicionam a abordagem, as teorias, os encaminhamentos e as próprias conclusões.

Os condicionamentos de autoridade são tão estreitos que não raro implicam o autoritarismo, o dogmatismo e o sectarismo científico. Max Weber[9] destacou a necessidade de uma revolução no âmbito da ética para que se instalasse uma subjetividade prática mais afeita às necessidades práticas do capitalismo emergente. Tratava-se de um confronto entre a ética cristã, conservadora, e a ética protestante, mercantil. Ainda hoje, o estudo livre da teoria de Darwin sobre a evolução das espécies encontra forte resistência no ensino primário e secundário norte-americano.

[9] WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

Em vários países, nos moldes da época feudal, os fundamentalismos religiosos ainda hoje impõem entraves à pesquisa, fixando pressupostos e modelos. Períodos de autoritarismo político também fixam coercitivamente os paradigmas do conhecimento.

Também o saber econômico não está isento dos problemas que têm origem na influência da autoridade sobre o processo de conhecimento. Hoje, as agências oficiais de pesquisa, bem como as autoridades que estabelecem os marcos do ensino superior são em grande parte influenciadas pelo que chamamos de *mainstream* ou pensamento hegemônico. Por ser hegemônico, exerce o seu poder com maior ou menor abertura ao debate em meio à diversidade de correntes de pensamento. Para o caso atual, a título de exemplo, numa conjuntura que persiste neste início de século, podemos consultar o *Manifesto de economistas contra o pensamento único* e o *Manifesto dos estudantes franceses contra o pensamento único*[10].

1.2.2 Bom senso ou senso comum

O bom senso ou senso comum é uma das formas do conhecimento popular, podendo às vezes ser uma forma de conhecimento mais superficial, imediata e volátil. Isso se deve ao fato de desdobrar-se instantaneamente do contato imediato do sujeito com o objeto, que, pela velocidade e envolvimento emocional tem um efeito inibidor tanto no que toca à observação crítica quanto à sistematização.

A aparência dos fatos ainda é o elemento que se impõe à compreensão, a qual se contenta com uma explicação dos fenômenos que não pode ser profunda. Sendo um conhecimento mais tópico e voltado para a prática imediata, faz uso da memória, impressões e associações correntes, ou seja, as que a

[10] Ver Anexo A do Capítulo 2.

mente individual consegue alcançar naquele momento preciso em que os fatos ocorrem.

As sensações e a subjetividade correntes também preponderam no senso comum, impossibilitando um processo de reflexão crítica e abrangente dos fatores que estão presentes e atuando fortemente no sujeito, levando a inevitáveis distorções nesta apreensão, não raro impregnada de projeções psicológicas e preconceitos inconscientes. O senso comum é bastante volátil e não se presta à generalização, embora esta seja uma primeira tendência espontânea do sujeito, principalmente quando se obtém algum êxito nos resultados imediatos alcançados na prática específica na qual ele esteja envolvido em dado momento. Às vezes, forma-se dessas experiências todo um saber superficial, que alguns chamam de *vulgar* ou *popular*.

Na economia, a partir da prática imediata de mercado, todo um conhecimento mais vulgar vai se formando, sendo exatamente a tarefa da ciência econômica estudar a possível diferença entre essa apreensão imediata dos fatos e a essência que está por trás desses mesmos fatos. Um dos exemplos marcantes do esforço de teorização para além do senso comum é a idéia da *mão invisível* de Adam Smith tentando mostrar que por trás da *anarquia de mercado* existe um processo de alocação eficiente dos recursos. Temos também o *mecanismo de transferência dos lucros para a renda da terra via salários* por meio do qual David Ricardo explica que por trás da luta cada vez mais encarniçada entre capitalistas e trabalhadores urbanos, na Inglaterra do início do século XIX, está a renda fundiária como verdadeiro vilão. Marx e sua *teoria do fetiche da mercadoria* tenta explicar as raízes profundas do mundo das aparências. Em Keynes, a demonstração do efeito expansivo do *orçamento equilibrado* sobre a demanda também é um exemplo de como é falsa uma aparentemente *óbvia* conclusão de que o equilíbrio fiscal é inócuo.

No entanto, o senso comum é um dos elementos mais importantes na formação de hábitos e costumes. Em alguns casos, aquela apreensão imediata tem bom êxito, fazendo com que seus relatos persistam como forma de sabedoria popular ou ditos, que resumem lições, por vezes duramente apreendidas pela experiência reiterada e coletiva. A marca fundamental dessa sabedoria popular é o anonimato, a sobrevivência ao longo do tempo e o alcance cada vez maior no espaço, no qual pelo contágio vai se propagando e assumindo formas mais instantâneas e genéricas de transmissão. Mas essa mudança de qualidade já nos leva a uma outra forma de conhecimento: a tradição.

1.2.3 Tradição

A tradição apóia-se fortemente nas imagens e linguagens míticas que, tendo essencialmente uma forma sintética, são no entanto poderosas sínteses que têm a função de localizar na totalidade os momentos específicos da relação do sujeito com o objeto. Trata-se, em geral, de discursos abertos que trazem os marcos que balizam a atividade prática e reflexiva. As histórias ou imagens, sendo simbólicas, prestam-se à exegese e, desse modo, conseguem oferecer ao sujeito formas de abordagem imediata de sua realidade. Como forma de saber, de verdade sobre os diferentes aspectos da relação sujeito-objeto, tanto no que diz respeito à ação transformadora como no que diz respeito à atividade reflexiva, os saberes da tradição são transmitidos oralmente pelo tempo e formam o patrimônio cultural de muitas civilizações. Até hoje, por exemplo, os percursos míticos da Grécia antiga, entre outros, estão presentes na ciência moderna. Na psicologia freudiana, os complexos de Édipo e de Electra são um exemplo marcante da utilização dos mitos. Na economia, a saga de Robinson Crusoé, do romance homônimo de Daniel Dafoe, é um marco para todas as grandes formulações da economia política dos séculos XVIII e XIX. O náufrago isolado diante da natureza e de suas necessidades serve

como paradigma de conduta racional no esforço humano de suprir suas necessidades. De Adam Smith e David Ricardo até a Escola Marginalista da segunda metade do século XIX, a saga de Robinson Crusoé serve para ilustrar a racionalidade dos diversos mecanismos do mercado. Já Karl Marx, a partir de sua abordagem dialética e histórica da economia, criticou as "robisonadas" como tentativa por parte da economia política burguesa de transposição para a economia capitalista das condições de uma economia nem ao menos mercantil, como demonstração da tese de que a propriedade privada e o mercado são instituições eternas da própria relação do homem com a natureza, sujeitas apenas à evolução e ao aprimoramento.

Hoje, com a aceleração dos ritmos dos processos sociais, os mitos modernos parecem fazer com que tradições sejam elaboradas, desenvolvidas e exauridas num tempo muito curto e sejam mais voláteis: no curso de uma geração vemos a gênese e sucessão cada vez mais vertiginosa de referenciais. Essa circunstância é bastante marcante na angústia do homem contemporâneo. O complexo dos meios de comunicação aumenta sua cobertura e potência em escala global tão rapidamente que propagam os saberes com a mesma rapidez que os esgotam. Tudo aquilo que poderia consubstanciar um estoque de conhecimento, técnicas, fórmulas de atuação no mundo dos negócios públicos e privados é formulado, desenvolvido, implantado, difundido globalmente e exaurido, fazendo com que os profissionais e os cidadãos em geral se vejam quase sempre retornando ao ponto inicial sem nada nas mãos. Nesse sentido, cada vez mais uma melhor percepção e criatividade tornam-se um desafio passando a figurar como fator de sucesso ou fracasso na gestão do que é público e privado. Por isso, o esforço passa a ser menos cumulativo e mais qualitativo no que concerne ao desenvolvimento do grande recurso estratégico do pensamento.

A idéia de que a influência da tradição poderia ser anulada a partir da prática científica acabou revelando-se ingênua. Khun chama a atenção

para a natureza tradicional e conservadora da ciência *normal* que seria desintegrada pelas *revoluções científicas*, momentos de ruptura necessários ao avanço da ciência[11].

1.2.4 Intuição

Se o esforço científico está voltado para a apresentação das leis que governam a realidade, para Einstein "não há caminho lógico para a descoberta dessas leis elementares. Há somente o caminho da intuição".

A intuição não é uma forma nova de percepção e entendimento. Esteve sempre presente nas grandes descobertas da humanidade[12]. A intuição é uma forma direta, imediata, sem a intervenção do raciocínio de adquirir conhecimento sobre um objeto. Pela via da intuição, pode surgir, em situações específicas em que a mente esteja aberta, a imagem que resolve problemas, enigmas, que mostra a essência do ser de um fenômeno ou indica caminhos a serem trilhados para o desenvolvimento do conhecimento.

O processo da intuição tem sido estudado profundamente nos últimos tempos dada a importância que tem sido atribuída a esse momento no esforço do conhecimento. Aquilo que se chama de conhecimento integrado[13] busca uma sinergia entre a criatividade, a intuição e os procedimentos mais sistemáticos de relação sujeito-objeto.

A intuição não completa todas as exigências do conhecimento, porém mais e mais é assimilada no processo total da obtenção do conhecimento, principalmente na construção de hipóteses e na solução de problemas no encaminhamento do processo de pesquisa[14].

---

[11] KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
[12] ROBERTS, R. M. **Descobertas acidentais em ciências**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.
[13] JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p.168-210.
[14] SOTO, C. P. **Sobre un concepto histórico de ciencia**: de la epistemologia actual a la dialéctica. Santiago: Universidad Arcis/LOM Ediciones, 1998.

1.2.5 Emergência do saber científico e o princípio da exclusão

A partir do Iluminismo, nos séculos XVII e XVIII, o saber científico — cujo método emerge com o modo de saber *par excellence* — consistiria numa prática universal que garantiria a natureza objetiva do conhecimento da realidade. O método científico consistiria "na coleta de dados por meio de cuidadosa observação e experimentos e da subseqüente derivação de leis e teorias por algum tipo de procedimento lógico indutivo ou dedutivo"[15]. Esse procedimento investigativo garantiria por si só a superação dos vícios das modalidades anteriores do saber. Galileu e Bacon, precursores, enfatizam a observação isenta de preconceitos, condicionantes e antecipações mentais, como ponto de partida do saber verdadeiro contra a especulação. Com Descartes e Newton, o método científico se consagra, nas ciências naturais, basicamente a física, como altamente eficiente e produtivo na predição das ocorrências.

No seu contexto histórico, de início a auto-afirmação da ciência se deu contra o autoritarismo e o senso comum conservadores da ordem feudal. Ao mesmo tempo, a ciência procurava combater os procedimentos e vivências fortemente intuitivas dos procedimentos da alquimia. Tratava-se, neste momento, de uma exclusão das demais formas de conhecimento. Nesse processo de exclusão, a abordagem científica da realidade, os procedimentos de verificação e o próprio estatuto do científico se consolidaram como força operativa da humanidade, adquirindo mais e mais um sentido prático bastante marcante, à medida que desembocava na conquista de novas tecnologias produtivas. Tal momento do desenvolvimento das ciências coincide com o desenvolvimento inicial do capitalismo manufatureiro e comercial, prenunciando o advento do capitalismo industrial.

[15] CARDOSO, O. O. Hipótese na pesquisa científica: conjecturas necessárias. **Revista Unicsul**, São Paulo, n. 5, p. 121-138, abr. 1999.

No entanto, a própria magnitude das conquistas levou a uma espécie de sacralização do científico. A ciência, em realidade, não estava tão imune aos condicionamentos do meio, da cultura, dos interesses políticos e econômicos e, por que não dizer, corporativos. A organização e institucionalização do processo de elaboração do saber científico potencializou seus avanços, mas também dinâmicas que se mostram bastante problemáticas.

Thomas Khun[16], cuja posição não está isenta de discussão, chama a atenção para a fase de criação, difusão, crise e esgotamento dos paradigmas científicos. Procura mostrar as distorções que emergem no pensamento científico por força das dinâmicas corporativas, acadêmicas e do próprio meio científico.

O momento atual de início de milênio caracteriza-se, no campo científico, como uma crise paradigmática nas ciências da natureza[17], nas ciências sociais[18] e na economia[19].

A superação dessa crise ainda é incerta, mas, de qualquer modo, surge uma forte corrente de pensamento que indica que essa superação exige um esforço de integração. Para que seja efetivo, pensamento e ação devem integrar-se possibilitando ao homem maior capacidade de compreensão e de atuação. A especificidade dessa rota de superação inclui o esforço cada vez mais intenso para abertura e integração da ciência com outras formas de saber. Trata-se de buscar um aproveitamento consistente de uma possível sinergia, incentivando cada vez mais a crítica, a busca de outros olhares sobre a realidade, a pesquisa de procedimentos que sirvam

[16] KHUN, 1975.
[17] PRIGOGINE, I. **O fim das certezas.** São Paulo: UNESP, 1996.
[18] HELLER, A. et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
[19] SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought.** New York: Oxford University Press, 1995.

mais e mais de espelhos para a necessária auto-observação. Trata-se de ampliar o conceito de conhecimento científico.

1.3 NATUREZA DA CIÊNCIA OU O SABER CIENTÍFICO

Ciência, no seu sentido etimológico e mais imediato, é assimilável ao ato de conhecer, como bem caracteriza a expressão *tomar ciência* de um fato qualquer. No entanto, do ponto de vista do conhecimento científico, em contraste com as outras formas de conhecimento e saber, o termo ciência expressa uma forma específica de conhecer a realidade que deve ser compreendida. A compreensão do saber científico tem se mostrado bastante avessa a uma síntese, a uma expressão que poderia sintetizá-la num conceito. Os textos e manuais de metodologia e epistemologia vêm sendo editados em profusão e o debate em torno da natureza da ciência e o conceito que mais bem expressaria essa característica do pensar só faz crescer e se aprofundar.

Ciência poderia ser o conhecimento obtido a partir da "busca por explicações que sejam ao mesmo tempo sistemáticas e controladas por evidência factual"[20]. A ciência pode ser vista como o conhecimento obtido a partir da formulação de enunciados ou hipóteses a respeito de uma realidade, os quais seriam verificados detalhadamente[21]. Contudo, o levantamento em torno do conceito do que seria o conhecimento científico nos remete diretamente às suas diferentes formulações na história. Na tradição do pensamento ocidental, trata-se de percorrer um longo percurso que se estende dos gregos à modernidade, ou pós-modernidade como querem alguns, para formar esse vasto painel, o qual não evita uma das questões

[20] BLAUG, M. **Metodologia da economia.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.
[21] POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica.** 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

cruciais da história da ciência: que relação existe entre a expressão histórica da noção ou conceito do científico e sua validade para tratar do real? Seriam as formulações mais recentes aquelas que mais bem capacitariam à abordagem do real, em detrimento das anteriores? Em economia, essa questão é crucial. O interessante nesse aspecto é que nos períodos de crise da economia e conseqüentemente de crise do pensamento econômico, recorre-se reiteradamente a uma *volta aos clássicos*, o que Meek[22] chamou de surtos de *reabilitação*[23].

Genericamente, a ciência, como forma de conhecimento, é a tentativa de compreender racionalmente a realidade, formulando enunciados, debatendo-os e testando-os, na busca da verdade, das leis que potencializem a ação consciente do homem sobre seu meio e sobre si mesmo.

1.4 CARACTERÍSTICAS DO SABER CIENTÍFICO

Ajuda na compreensão do que seja o conhecimento científico, o estudo das suas características fundamentais, como clareza e precisão, generalidade, método, sistematização, objetividade, verificação, previsibilidade, refutabilidade e abertura.

1.4.1 Clareza e precisão

O conhecimento científico busca, por meio da formulação de problemas, uma clareza de abordagem da realidade. A clareza e procedência na formulação dos problemas já encaminha todo o processo investigativo e

[22] MEEK, Ronald L. **Economia e ideologia:** o desenvolvimento do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
[23] SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought.** New York: Oxford University Press, 1995.

favorece a transparência de seus resultados. Diferentemente dos modos e resultados difusos, vagos e imprecisos das demais formas de conhecimento, como o senso comum, por exemplo, o conhecimento científico procura clareza e precisão, inclusive com relação aos seus limites. É corriqueiro no ambiente científico tentar assimilar precisão com quantificação, sendo esta o ponto de chegada do conhecimento. Quando seguida sem critério, essa tendência tem levado, na maioria das vezes, ao seu contrário. O pesquisador deve estar atento ao fato de que a clareza e a precisão na abordagem e nas conclusões no que diz respeito à realidade envolvem considerações de ordem quantitativa e qualitativa. Assim, a evidência dos números deve ser bastante analisada e considerada principalmente no tocante à generalização.

1.4.2 Generalidade

O estudo da realidade sempre se dá em cima de um recorte dessa mesma realidade. Assim, na relação prática sujeito-objeto, acontecendo no âmbito da interpessoalidade, o desafio está exatamente na compreensão da especificidade dos interlocutores e da própria relação. Já no âmbito da ciência, a relação sujeito-objeto preocupa-se em compreender o quão geral são as características e natureza de qualquer recorte específico ou parte da realidade. Ao observarmos e estudarmos um determinado fenômeno, podemos extrair conclusões que possam ser generalizadas para outros? O pressuposto mais geral é que todo o particular está de algum modo inserido num universal, de algum modo o expressa. Essa generalização pode ser aplicada em sincronia, no espaço, ou em diacronia, no tempo. Para a ciência econômica, a questão da generalidade é fundamental, pois em que circunstância e em que condições as conclusões do estudo do funcionamento dos mercados em uma economia são generalizáveis para as demais? Como as conclusões do estudo das características atuais, ou passadas, de funcionamento de um determinado mercado podem servir de base para a compreensão de seu comportamento futuro? Em suma, estamos diante da

questão de apreender a essência de uma classe de fenômenos, a partir da investigação de uma parte desses mesmos fenômenos. Enquanto o senso comum tende a tratar as generalizações com critérios frágeis e o conhecimento com base na autoridade se faz de modo mecânico e preconcebido, o conhecimento científico busca com rigor e reflexão crítica estabelecer suas condições e limites.

1.4.3 Método

A abordagem da realidade no saber científico se dá a partir de métodos, procedimentos e técnicas, que devem estar de acordo com a natureza do sujeito e do objeto a serem investigados. O método procura evidenciar a postura do investigador, prever os passos necessários a fim de garantir tanto a exeqüibilidade de todo o processo como sua qualidade. Uma postura ingênua em relação à função e natureza do método e da própria natureza do conhecimento científico está na expectativa de que a aplicação de um determinado método, ou *do método científico*, poderia garantir uma observação e um estudo da realidade isentos por parte do investigador, que levaria a resultados igualmente neutros e isentos. Trata-se do postulado da possível neutralidade científica e portanto da possibilidade de uma ciência pura. A filosofia, a epistemologia, que é o estudo das possibilidades e da validade do próprio conhecimento científico, e a própria história da ciência, combinados com a psicologia do cientista e do pesquisador, têm se voltado para a análise pormenorizada dos processos de escolha dos métodos, procedimentos e sua relação com os condicionamentos teóricos, ideológicos e pessoais. O que se revela na realidade é que a relação sujeito-objeto de pesquisa é bastante complexa. Sujeito e objeto, no mais das vezes, estão imbricados. O estudo de um determinado objeto de pesquisa envolve aspectos interiores ou sociais do próprio sujeito da pesquisa. No âmbito das ciências sociais, essa separação entre sujeito-objeto revela-se impossível. Qualquer objeto que se eleja para estudo, de algum modo se vincula às condições de

existência e portanto aos interesses mais imediatos e profundos do próprio investigador. Portanto, não existem escolhas metodológicas ou técnicas na investigação que isentem o investigador científico de uma constante reflexão sobre sua postura e atuação em todos os momentos da pesquisa, principalmente no que concerne aos valores pessoais, institucionais e sociais envolvidos.

1.4.4 Sistematização

A abordagem científica da realidade se dá dentro de arcabouços que procuram vincular e alinhar o esforço específico de pesquisa dentro de um conjunto de questões e assuntos que compõem a área de conhecimento em questão, segundo a abordagem disciplinar ou interdisciplinar. Trata-se de demonstrar a relação entre os conhecimentos. Assim, em cada área existem assuntos que localizam o tema da pesquisa em foco. A sistematização também é necessária à prática da pesquisa, ordenando seu transcorrer por meio de uma seqüência de procedimentos que buscam garantir a coerência e consistência do esforço, tratando-se do planejamento de pesquisa. O estabelecimento das fases da pesquisa é de crucial importância, envolvendo de início a elaboração do próprio projeto. Na seqüência, apresentam-se relatórios, verbais ou escritos, que dão conta do seu andamento. A exposição dos resultados finais da pesquisa, que é sua contribuição específica para o conhecimento científico, também requer uma sistematização com ordenamento em seções, capítulos, tópicos, itens e subitens, que demonstram o desdobramento e o detalhamento da lógica da pesquisa, pois trazem as informações utilizadas, a análise e apresentam suas conclusões. O esforço dessa sistematização é o de obter e expressar a coerência de todo o esforço. Ao mesmo tempo, a sistematização é o que possibilita o acompanhamento e a difusão dos resultados na comunidade científica. A sistematização chega ao nível da forma de redação, que muitas

vezes assume a forma de normas e convenções que padronizam a expressão escrita para um entendimento o mais universal possível.

Um grande problema a que a sistematização extremamente formalizada leva é ao confinamento e à demarcação do conhecimento científico em compartimentos estanques. Essa fragmentação da ciência hoje tende a refletir menos sua organização funcional e mais os modos de sua institucionalização em áreas profissionais e corporativas. Quando a dinâmica da realidade exige novos rearranjos e arquiteturas do esforço científico ocorrem colisões com o ordenamento institucional. Hoje, por exemplo, a necessidade de uma maior inter-relação entre diferentes áreas de conhecimento, num esforço interdisciplinar de abordagem de objetos tradicionais e dos emergentes, encontra dificuldades de enquadramento nos parâmetros e classificações acadêmicas e das agências de fomento.

1.4.5 Objetividade

A busca da objetividade é um dos problemas e desafios máximos da ciência, confundindo-se com a própria busca da verdade. A postura ingênua com relação a esse aspecto, já mencionado anteriormente, é a de que é possível garantir uma observação, abordagem e tratamento do objeto de pesquisa isento de paixões, valores, interesses e condicionamentos culturais, religiosos, sociais e étnicos. Seria a idéia de que o sujeito do conhecimento pudesse perder toda a conotação e debruçar-se sobre a realidade sem nenhum de seus condicionamentos. Por outro lado, a concepção de que é a neutralidade impossível levou a uma postura de ceticismo com relação à própria possibilidade do conhecimento, dado que essa imbricação entre sujeito e objeto implicaria distorções que comprometeriam irremediavelmente a validade das conclusões obtidas. A ciência seria, então, apenas um roteiro de ação e um discurso de cunho ideológico. Uma variante ou meio-termo entre aqueles que acreditam na possibilidade do

conhecimento objetivo e o ceticismo seria a relativização da verdade, um relativismo do saber. Na verdade, teríamos uma diversidade de saberes segundo a época em que foi gerado, os interesses sociais e referenciais culturais que formam a visão de mundo do pesquisador em questão. Uma alternativa para viabilizar o conhecimento científico residiria na possibilidade de que o pesquisador, conscientizando-se dos condicionamentos a que está sujeito, poderia chegar, por meio de um processo autocrítico pessoal, a uma correção dos desvios, anulando as distorções provocadas pelos condicionamentos inevitáveis. Mas isso equivaleria a alcançar a neutralidade da ciência por outro caminho. Uma derradeira posição seria a de que haveria que se perguntar se algum interesse enraizado na sociedade, algum conotado, poderia chegar a um conhecimento objetivo da realidade. Essa é a posição explícita de Marx e do marxismo em geral. Por exemplo, trata-se de defender a tese de que a visão de mundo calcada nos interesses da classe que porta a superação histórica do *status quo* forma a base de uma compreensão superior mais objetiva da realidade, como foi o caso da burguesia no final do feudalismo e do proletariado no capitalismo.

O que está em jogo em toda essa discussão é a possibilidade da universalidade e da objetividade da ciência que, no entanto, é um produto de épocas, sociedades, instituições, mas acima de tudo, de indivíduos concretos – os cientistas, pesquisadores –, conotados pelos seus condicionamentos sociais, culturais e pessoais mais diversos.

1.4.6 Verificação

Os resultados da investigação, para serem reconhecidos como científicos, devem ter suas afirmações submetidas ao teste da prova ou da demonstração. É imprescindível a comunicação dos resultados à comunidade científica, cuja forma de apresentação mostre devidamente as condições e a configuração exata de sua ocorrência. Nas ciências naturais, quando

passíveis de experimentos em laboratório, a verificabilidade é mais simples do que nas ciências ambientais e sociais, dado que nestas o campo de observação dos fenômenos previstos é o meio ambiente.

Desse modo, o processo do conhecimento científico parte de hipóteses que devem ser testadas. As hipóteses, na ciência, aparecem ao pesquisador a partir da intuição, da observação dos fatos ou a partir da sugestão derivada de teorias preexistentes. Essas hipóteses devem ser devidamente enunciadas para que sejam submetidas ao teste de realidade, do qual depende sua aceitação ou sua rejeição. A aceitação pode implicar que as hipóteses comprovadas transformem-se em teorias ou em leis científicas.

1.4.7 Previsibilidade

Uma das características mais importantes do conhecimento científico é o tensionamento que ele tem com a realidade no sentido da maior ou menor capacidade de previsão da ocorrência de eventos. A previsão da ocorrência de fenômenos pode se dar com base na ocorrência de determinadas condições ou tensionar-se no tempo. Esses aspectos são de suma importância para a área da Economia. Esta característica do conhecimento científico mostra como ele é a expressão das características próprias do homem e sua relação específica com o tempo. Na economia, a utilização dos métodos quantitativos, a partir do desenvolvimento estatístico e econométrico, expressa essa característica. Mesmo aqui, na utilização dos métodos quantitativos nas projeções para o futuro, a abordagem qualitativa e crítica dos resultados deve ter seu lugar na produção final do conhecimento, pois os instrumentos quantitativos raramente captam as transformações estruturais em seus objetos de análise. Exemplares são as crises financeiras globais ocorridas na segunda metade dos anos 1990 do século XX que evidenciaram o abuso na utilização acrítica do instrumental

quantitativo, transformado em tecnologia nas finanças internacionais, no que se convencionou chamar de *stress* dos modelos, ou seja, os modelos, formulados basicamente a partir do comportamento passado, não conseguiram dar respostas adequadas quando as condições se alteraram de modo não previsto.

1.4.8 Refutabilidade

Diferentemente das leis religiosas, por exemplo, as leis científicas devem assumir sua refutabilidade ou falseabilidade. A própria idéia de progresso da ciência implica a inexistência de leis científicas intocáveis e eternas, ou seja, não passíveis de negação e superação pela prática ou pela crítica científica presente ou futura. Essa é uma das posturas fundamentais que caracterizam o conhecimento científico e sua dinâmica. Esse é um dos marcos essenciais no esforço para evitar que a força da autoridade influencie o processo de busca do conhecimento. Trata-se de um critério importante para caracterizar um conhecimento como científico: o de verificar de onde ele tira seus pressupostos e seus procedimentos.

No entanto, se por força de coerência a abertura à crítica quanto à ocorrência de falhas e a falseabilidade do conhecimento científico é admitida por definição na postura científica, ela tem se mostrado um processo extremamente complexo quando vista na sua realidade. Dependendo de sua maior importância, alcance e capacidade de predição, a conquista científica mais e mais transforma-se em pré-requisito, referencial, ferramenta operacional e intelectual, e até mesmo em vocabulário da produção de conhecimento derivado por vastas comunidades científicas. Em suma, transforma-se num referencial com forte poder de permanência e base para estruturas institucionais bastante vastas. A falibilidade passa a ser cada vez menos admitida e, quando o é, efetivamente, isso se dá por meio de profundas crises.

Um dos exemplos, no campo da economia, reside no fato de grande parte das estatísticas oficiais estarem arquitetadas nos sistemas de contas nacionais, os quais têm como base as concepções econômicas dos últimos 70 anos, principalmente no marco teórico e nas categorias do que se convencionou chamar de síntese neoclássica. Em que circunstância esse sistema mostra a complexidade dos fenômenos econômicos tem sido tema de um sem número de considerações.

1.4.9 Abertura

Bunge[24] enfatiza o caráter aberto do saber científico. A ênfase é clara: antes de buscar afirmações, o grande mérito da ciência moderna está na busca de problemas. O caráter crítico dessa postura implica uma abertura dos sistemas de saber, dos paradigmas, à crítica, implicando a busca do contraste. Essa busca do contraste traz a todo estudo aberto o interesse pelos seus próprios limites, ou seja, a dimensão afirmativa está ladeada pela negativa. Os estudos, nessa perspectiva, incluem lateralidades, ou seja, o conhecimento e consideração da existência de outras formulações e roteiros paralelos de investigação. A lateralidade é obtida, portanto, a partir de um caminho de raciocínio e demonstração que busca também enunciar e apresentar, ao mesmo tempo, outras visões, outras abordagens, outros resultados possíveis, inclusive sem a obrigação de contradizer-lhes em definitivo. Como estilo, significa a abertura da investigação. O esforço exigido passa a ser muito maior por parte do investigador e, de um ponto de vista quantitativo e imediatista, pode significar uma demanda maior de tempo. Todavia, a maturidade desse tipo de esforço aponta para um fazer científico mais aberto à integração e à auto-superação. Ao contextualizarmos a emergência dessa ênfase de Bunge na abertura, vemos que ela evidencia

[24] BUNGE, M. **La ciencia:** su método y su filosofía. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1998. p. 44.

bem mais do que a incorporação, um procedimento formal. Trata-se não só de uma determinada postura que o trabalho científico deveria contemplar em geral, mas de um desafio potencializado por um contexto de crise paradigmática desta virada de milênio. A abertura, a busca da dialogia no esforço científico reflete um esforço da ciência atual para um salto qualitativo e o reconhecimento de que esse salto qualitativo nasce do próprio cientista, desde que considerado como ser complexo. Em Bunge, a abertura está inserida num esforço de superação adaptativa da ciência. Talvez, nos primórdios da filosofia grega, possamos encontrar a natureza mais profunda da inquietação por que passa a ciência moderna. A maiêutica socrática talvez pudesse ser uma chave para compreendermos essa natureza mais profunda do que Bunge apenas começa a enunciar como abertura: duvidar do que está estabelecido e adquirido como ponto de partida para o novo e mais amplo saber.

ANEXO A — *Classificação Decimal Universal*

A catalogação de várias publicações em campos de conhecimento segue basicamente a Classificação Decimal Universal (CDU)[25]:

a) Filosofia

- Matemática. Problemas fundamentais
- Filosofia do espírito. Metafísica da vida espiritual
- Sistemas filosóficos. Teorias e especializações metafísico-ontológicas
- Psicologia

[25] PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. **A metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

- Lógica. Teoria do conhecimento. Metodologia
- Ética. Moralidade. Filosofia prática. Sageza
- Estética em geral
- História da filosofia

b) Religião, Teologia

- Teologia natural. Teodicéia
- Bíblia
- Teologia dogmática
- Teologia moral. Problemas da moral religiosa
- Teologia pastoral
- Igreja Cristã em geral
- História geral da Igreja Cristã
- Igrejas, seitas, comunidades cristãs
- Religiões não cristãs

c) Ciências Sociais

- Sociologia. Questões sociais. Sociografia
- Estatística
- Política. Ciência política
- Economia. Economia política
- Direito. Legislação. Jurisprudência
- Administração. Direito Administrativo. Ciência Militar. Defesa
- Assistência e socorro social. Seguros

- Educação. Pedagogia
- Comércio. Comunicações
- Etnografia. Costumes e tradições. Folclore. Antropologia social ou cultural

d) Filologia, Lingüística

(obs. esta classe está integrada na classe h)

e) Ciências Puras

- Princípios gerais sobre as ciências puras
- Matemática
- Astronomia. Geodésia
- Física
- Química. Cristalografia. Mineralogia
- Geologia e ciências afins. Meteorologia
- Paleontologia
- Ciências biológicas
- Botânica
- Zoologia

f) Ciências aplicadas, Medicina, Tecnologia

- Questões gerais sobre as ciências aplicadas
- Medicina
- Engenharia. Tecnologia em geral
- Agricultura. Silvicultura. Zootecnia

- Ciências domésticas. Economia doméstica
- Administração e organização da indústria, comércio e transporte
- Indústrias químicas
- Indústrias e profissões diversas
- Ofícios, artes e indústrias especializadas
- Indústria de construção, materiais, profissões, construções

g) Belas Artes, Divertimentos, Desportos

- Urbanização, Planejamento. Arquitetura paisagística
- Arquitetura
- Escultura e artes afins
- Desenho. Artes menores
- Pintura
- Arte da grafura. Gravuras
- Fotografia e cinematografia
- Música
- Divertimentos. Passatempos. Jogos. Desportos

h) Lingüística, Filologia

- Lingüística
- Línguas especiais. Troncos lingüísticos
- Literatura em geral
- Literatura das diversas línguas, povos, nações e outras

i) Geografia, Biografia, História

- Geografia, explorações, viagens
- Biografia
- História
- História em geral. Fontes. História antiga
- História da Europa
- História da Ásia
- História da África
- História da América do Norte
- História da América do Sul
- História da Oceania

Referências Bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

BARBER, William J. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

BAZARIAN, J. **O problema da verdade**. São Paulo: Símbolo, 1980.

BEAUD, M. **Arte da tese**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BÊRNI, Duilio de Avila (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia:** transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BLAUG, M. **Metodologia da economia**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

BORGES, M. A. Ontologia e momento ideal na exonomia. **Revista Pesquisa & Debate**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP, São Paulo, v. 8, n. 2 (11), p. 93-110, 1997.

BUNGE, M. **La ciencia:** su método y su filosofía. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

CARDOSO, O. O. Hipótese na pesquisa científica: conjecturas necessárias. **Revista Unicsul**, São Paulo, n. 5, p. 121-138, abr. 1999.

CARVALHO, Alex M. et al. **Aprendendo metodologia científica:** uma orientação para alunos de graduação. São Paulo: O nome da rosa, 2000.

CASTRO, C. de Moura. **A prática da pesquisa**. Rio de Janeiro: McGraw Hill do Brasil, 1978.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

_____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EATON, B. Curtis; EATON, Diane F. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

ESCOBAR, C. H. **Epistemologia das ciências hoje**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

FACCHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

HELLER, A. et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

JAPIASSU, Hilton. **A revolução científica moderna**. Rio de Janeiro: Imago, 1985.

_____. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

JUNG, C. G. **O espírito na arte e na ciência**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

KEYNES apud BARBER, William J. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e prática da pesquisa. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

KUHN, Thomas S. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 285-343.

_____. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

MAGEE, B. **As idéias de Popper**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.

MARTINS, G. de A.; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARX, K. **Contribution a la critique de l'économie politique**. Paris: Éditions Sociales, 1977.

MASTERMAN, M. A Natureza do paradigma. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 72-108.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MEEK, Ronald L. **Economia e ideologia**: o desenvolvimento do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UNB, 1989.

NADÓLSKIS, Hêndricas. **Normas de comunicação em Língua Portuguesa**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NUNES, L. A. R. **Manual da monografia**. São Paulo: Saraiva, 2000.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 6. ed. Campinas, Papirus, 2000.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Coord.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 555-574.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**. São Paulo: Unesp, 1996.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **A nova aliança**: metamorfose da ciência. Brasília: UNB, 1991.

REEVES, H. et al. **A sincronicidade, a alma e a ciência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1983.

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA. Rio de Janeiro: Sete Letras, n. 1, 1997.

_____. Rio de Janeiro: Sete Letras, n. 7, 2000.

ROBERTS, R. M. **Descobertas acidentais em ciências**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SANTOS, I. E. dos. **Textos selecionados de métodos e técnicas da pesquisa científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

SIMONSEN, M. H. **Ensaios analíticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

SOTO, C. P. **Sobre un concepto histórico de ciencia**: de la epistemologia actual a la dialéctica. Santiago: Universidad Arcis/LOM Ediciones, 1998.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VICTORIANO, B. A. D.; GARCIA, C. C. **Produzindo monografia**. 4. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 1996.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

Capítulo 2

A Investigação Econômica

LÉLIO

5º SEM.
ECONOMIA

2.1 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS: O LUGAR DA ECONOMIA NAS CIÊNCIAS

O conhecimento científico pode ser recortado segundo os mais diferentes critérios. O processo cumulativo do progresso do conhecimento científico engendrou não só um movimento quantitativo, mas também qualitativo. Tanto acumularam-se lições em extensão e profundidade sobre os mais diferentes aspectos da realidade, como também ocorreu uma divisão do saber em áreas, acompanhando o desenvolvimento da complexidade das atividades humanas. Assim, dois recortes já são sugeridos: o que segue o critério histórico e o que segue o critério das especialidades. Existe também um critério que poderia seguir os saberes dos mais abstratos aos mais concretos e, portanto, inexatos. Desse modo, vão se estruturando sistemas de classificação das ciências.

August Comte usa a complexidade como critério. Se a Lógica está no início da complexidade, na zona intermediária alinham-se as chamadas ciências da natureza com a Física, a Química e a Biologia. No extremo oposto do espectro, estão as ciências da Moral, sendo que esta envolve todas as Ciências da Humanidade, subdividindo-se na Sociologia e na Moral propriamente dita. Outro critério seria o do maior ou menor grau de previsibilidade e predição, ou seja, a capacidade de prever a ocorrência de eventos com base em arcabouços científicos[1]. As ciências com baixa capacidade de predição seriam as Ciências Humanas, seguindo-se por ordem crescente de precisão as Ciências Sociais, Biológicas e, por fim, as Exatas.

Uma espécie de tradição com relação ao problema da classificação se forma por meio do clássico texto de Mario Bunge[2]. Aí as ciências são reunidas em dois grupos: as formais e as factuais. Vejamos:

[1] SANTO, A. E. **Delineamentos de metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 1992.
[2] LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

a) Formais

- Lógica
- Matemática

b) Factuais

- Naturais
  - Física
  - Química
  - Biologia e outras
- Sociais
  - Antropologia Cultural
  - Direito
  - Economia
  - Política
  - Psicologia Social
  - Sociologia

O caso especial da Psicologia chama atenção. Além de ela fundamentar-se no social, também o faz no biológico. Nesse sentido, também designam-se as Ciências Sociais como Ciências Humanas[3].

Uma das questões de fundo no problema da classificação reside no maior ou menor envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa. Os pesquisadores nas ciências formais e nas naturais não teriam envolvimento com o objeto de pesquisa, enquanto os das ciências sociais ou humanas

[3] Cf. GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 21.

teriam maior grau de identificação com o objeto, pois fariam mesmo parte deles, comprometendo os resultados. Daí a tentativa de se fazer uma economia formal, pura, matematizada. As reflexões críticas a respeito da condição dos cientistas das ciências formais e naturais apontam fortes evidências de que também nelas o envolvimento entre sujeito e objeto é bastante forte.

As classificações sempre são arbitrárias, provisórias, gerando maior ou menor inconveniente. Um aspecto crítico das classificações diz respeito ao seu uso pelas agências de fomento à pesquisa, pelas bibliotecas, editores e pela academia.

Hoje, a Classificação Universal Decimal (CDU), sendo a mais usada, causa problemas principalmente quando a produção de conhecimento se insere num esforço interdisciplinar. Vemos que a Economia ou a Economia Política são classificadas como ciências sociais, dicotomizando-as da Administração. Essa fragmentação causa sérios problemas aos pesquisadores que elegem objetos de estudo de natureza interdisciplinar.

2.2 A ECONOMIA COMO CIÊNCIA

A Economia caracteriza-se como ciência social ou humana porque tem objetos definidos: a produção, a distribuição e o uso dos bens e serviços. Seu esforço, como o de qualquer ciência, consiste em estudar sistematicamente a ocorrência dos fenômenos que compõem seu objeto. Seu objetivo é a descoberta das leis que regem a ocorrência dos fenômenos do seu objeto, seguindo os procedimentos básicos que caracterizam qualquer esforço científico e acumulando suas conquistas num vasto, rico e diverso patrimônio, formado por escolas, correntes e autores.

Economia é um termo que na Grécia antiga referia-se à administração da casa, dos bens familiares, do patrimônio particular, enquanto a economia política referia-se à administração da *polis*, a cidade-estado, a unidade do coletivo social. Esses termos, e principalmente o segundo, voltam a ser usados no momento em que a produção capitalista ganha espaço sobre a economia natural no século XVI. Nessa época, os economistas mercantilistas usam o termo *economia política* para designar a preocupação com a produção de bens e sua comercialização. Vemos que, de algum modo, a produção de bens e serviços e a sua relação com o dinheiro é o elemento mais importante na delimitação do conjunto de fenômenos (recorte da realidade) que compõem o rol dos temas e assuntos da esfera e da ciência econômica. Os economistas posteriores, até Marx, no século XIX, fazem uso do termo *economia política* para designar a ciência que estuda as leis que regem a produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. De algum modo, com os economistas clássicos, mas principalmente com Marx, o objeto da economia se amplia para abarcar o estudo das economias não mercantis. Assim, a preocupação com o econômico origina-se com o próprio homem, desde as sociedades tribais mais simples, passando pelas economias naturais, em que o dinheiro circula em maior ou menor grau mas não chega a dominar a produção e distribuição de bens, chegando às economias capitalistas em que o caráter mercantil abrange a quase totalidade da produção de bens e serviços, dirigindo-se prospectivamente para as diferentes possibilidades de sociedades pós-capitalistas. Alguns dos modelos de economias futuras chegam mesmo a excluir totalmente as categorias da economia mercantil, tais como a propriedade privada, a mercadoria, o dinheiro, entre outros.

Na segunda metade do século XIX, a escola marginalista abandona o uso do termo *economia política*, adotando o termo *economia*, que passou a ser dominante no mundo dos negócios e no mundo acadêmico. As correntes do socialismo marxista e libertário continuaram fazendo uso do termo *economia política*, embora ainda hoje a publicação da Universidade de

Chicago, com outro recorte filosófico e político tem o nome de *Journal of Political Economy*.

O objeto de estudo da Ciência Econômica encerra uma série de problemas. Os manuais em geral, como de resto o uso corrente, irão apoiar-se em conceitos como ciência da escassez[4], ciência da riqueza, ciência da maximização da produção a partir de recursos escassos, ciência que estuda a atividade produtiva, ciência da distribuição da riqueza. Não há consenso a respeito.

Se existe conveniência na delimitação mais estrita do que seja o objeto da Ciência Econômica por facilitar a concentração de atenção e esforços, de outro lado, a inconveniência reside no confinamento e limitação compreensiva dos fatores determinantes da ocorrência dos fenômenos que são seu objeto de estudo. A definição do objeto pode também estreitar demasiadamente o foco de atenção, com a perda da perspectiva mais ampla na qual o fenômeno em estudo se insere e com prejuízo das generalizações que se deve obter dos resultados. Algumas definições chegam mesmo a confinar o objeto da economia exclusivamente aos fenômenos econômicos das economias mercantis[5].

Como forma de abordagem inicial, a ciência econômica volta-se para o seu objeto de estudo, para a realidade da reprodução econômica, com cinco perguntas básicas: o quê, por quê, como, quando e para quem produzir?

A relação sujeito-objeto acontece tanto como processos individuais como coletivos, sendo que determinar o quão de individual e coletivo

[4] "Economia é a ciência que estuda como uma determinada sociedade resolve seus problemas econômicos. Um problema econômico existe sempre que meios *escassos* sejam usados para satisfazer fins *alternativos*. Se os meios não forem escassos, não haverá problema algum: tem-se o Nirvana. Se os meios não são escassos, mas há apenas um único fim, o problema de como usar os meios é um problema tecnológico." (FRIEDMAN, Milton. **Teoria dos preços**. Rio de Janeiro: Apec,1971, p. 9).

[5] FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. p. 380.

caracteriza a natureza mais profunda da ação do homem é um dos focos da investigação no âmbito das ciências humanas, com desdobramentos profundos no campo da economia. Quem seria o sujeito da atividade econômica, o agente econômico? Seria esse um sujeito impessoal ou os homens poder-se-iam organizar para formar sujeitos conscientes, ativos e efetivos? Qual seria a autonomia dos agentes econômicos e da própria coletividade em relação às leis gerais da economia? Enfim, o homem é capaz de assumir o controle de seu próprio destino? Qual a conveniência desse controle?

Com essas indagações básicas, os estudos de ciência econômica podem ter três finalidades principais:

a) descrição, o que inclui a mensuração, análise e projeção da produção, distribuição e consumo. Aqui se trata dos estudos mais empíricos sobre o objeto da economia, utilizando-se de técnicas de pesquisa em Economia, com recurso aos métodos quantitativos e à história, além da própria teoria econômica aplicada;

b) a compreensão e explicação dos mecanismos que atuam no processo econômico, bem como seu comportamento no tempo. É aqui que se encontra todo o esforço para a elaboração de modelos e teorias, bem como a descoberta das leis econômicas, cujos resultados de estudos mais empíricos e específicos se procura generalizar;

c) compreensão das condições institucionais e instrumentos de intervenção na atividade econômica, tanto do ponto de vista mais imediato do processo econômico (o campo microeconômico) como do ponto de vista mais amplo e social (a preocupação com as possibilidades do domínio e controle sobre a atividade econômica, por meio da regulação e do planejamento, sempre está presente). Desde as origens do sistema capitalista, que ganhou expressão na escola mercantilista, o porquê, a

finalidade, os modos, a eficácia e os resultados da intervenção econômica e da organização dos mercados fazem parte do rol de preocupações dos economistas. Hoje, Planejamento Econômico, Programação Econômica e Política Econômica, em escala empresarial, setorial, local, nacional, regional e global formam a área de atuação mais prática da Economia. Vários são os focos e objetivos dessa atuação: a estabilidade, o crescimento, o desenvolvimento, o grau de abertura à participação, a transparência e legitimidade nos processos decisórios e de gestão, a distribuição de esforços, propriedade, controle dos meios e da riqueza, as condições do progresso tecnológico, a sustentabilidade ecossistêmica do processo econômico entre outros.

Nesse sentido, a Economia torna-se um campo do saber que tem uma abrangência que vai do teórico-abstrato aos assuntos práticos mais específicos. Além disso, o foco de atenção da Economia é a um só tempo tático e estratégico, uma vez que se preocupa com a natureza mais profunda, mas também com o funcionamento e meios concretos de intervenção e seus resultados. A Economia insere-se nas tarefas de gestão mais imediatas, seus mecanismos e regulação, bem como na formulação de políticas e ações no que toca aos percursos de maior alcance. Essa amplitude e amálgama de características faz da Economia uma área de conhecimento que abrange preocupações de ordem teórica, prática, bem como tática e estratégica. Toda essa atuação amplia enormemente o rol e os matizes de assuntos da Ciência Econômica e de atenção dos esforços de pesquisa.

2.3 ESPECIFICIDADES

Existe uma tensão que caracteriza a Ciência Econômica. Sendo parte das chamadas Humanidades, ela é relativamente nova, encontrando sua sistematização a partir de Adam Smith no último quartel do século XVIII. Seu desenvolvimento em extensão, diversidade e profundidade foi imenso a partir de então, com um acúmulo exponencial de acervos. No entanto, sendo uma ciência social, mas ao mesmo tempo lidando com um objeto que se presta marcadamente à quantificação, a comparação com as Ciências Naturais foi inevitável. A osmose, a intercomunicabilidade entre as ciências é uma característica bastante perceptível, mas muito pouco estudada e compreendida. Por exemplo, parece haver uma relação estreita entre a concepção de Darwin, da luta pela sobrevivência, e a concorrência econômica. Do mesmo modo, há uma grande proximidade entre a maneira como os economistas marginalistas vêem a possibilidade de quantificação mais exata do mundo econômico e os modelos das ciências da física[6].

2.3.1 Mensurabilidade

Para determinadas correntes do pensamento econômico, principalmente a partir da emergência da escola marginalista, na Economia, dada a natureza quantificável de seu objeto, o método da investigação teórico-empírica deveria calcar-se no instrumental matemático, na modelagem econométrica, visando a um grau de precisão na medição, projeção e previsibilidade semelhante ao das ciências da natureza, marcadamente as Ciências da Física e da Química.

[6] SIMONSEN, M. H. **Ensaios analíticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

No entanto, essa expressão quantificada do comportamento humano tem suas especificidades. Por exemplo, o padrão de medição (por exemplo, o dinheiro), diferentemente dos das Ciências da Natureza, é variável. Temos também a questão das condições de ocorrência dos fenômenos: enquanto nas Ciências da Natureza o recorte da realidade pode ser confinado em laboratórios e controlados, na Ciência Econômica as condições de ocorrência dos fenômenos são dadas pela própria realidade, que é dinâmica e, portanto, estão em constante mudança.

A mensurabilidade dos fenômenos próprios do objeto da ciência econômica, que é social, passa pelo problema clássico do padrão de mensuração. De um ponto de vista mais abstrato, nas formulações do campo da teoria do valor-trabalho essa questão assumiu a forma da busca de um padrão invariável de medição da riqueza e essa questão mereceu muito do esforço dos economistas que partilham da teoria do valor-trabalho, desde Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx até Sraffa. Nas formulações da escola marginalista, a partir da teoria do valor utilidade, resolve-se a questão teórica da mensuração a partir do pressuposto da correspondência imediata dos preços com a fonte do valor que é a subjetividade dos indivíduos[7]. Essas questões propriamente teóricas assumem grande complexidade quando abordadas no plano internacional. As alterações cambiais, às vezes, repentinas, evidenciam empiricamente o problema da medição do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, da produção da riqueza no ano da ocorrência. Uma economia que faz uma maxidesvalorização, por exemplo, tem seu PIB depreciado em relação ao das outras economias, sem que necessariamente o emprego, a quantidade de horas trabalhadas e o volume do produto físico, em suma, a atividade econômica naquele período tenha sofrido queda proporcional.

[7] SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought**. New York: Oxford University Press, 1995.

2.3.2 Complexidade

As Ciências da Natureza têm uma interdisciplinaridade mais restrita do que as Ciências Sociais. Por exemplo, nas explicações a respeito da dinâmica cosmológica vemos a estreita confluência da Cosmologia, da Astrofísica, da Física das Partículas e da Química, entre outras[8].

No entanto, a complexidade do objeto da Economia parece ser muito maior do que a das Ciências da Natureza. Nesse sentido, a Economia, pertencendo às Humanidades, tem de abrir-se à Filosofia, História, Política, Sociologia, Geografia, Psicologia, Antropologia, Etnografia e também às Ciências da Matemática, à Semiótica, às Ciências do Meio Ambiente, ao Direito e a tantas outras[9].

Um artifício metodológico importante para lidar com os fenômenos extremamente complexos que formam seu objeto é o recurso ao *coeteris paribus*, expressão do latim cujo significado é "permanecendo constantes as demais variáveis". Com esse artifício, tentamos concentrar a influência de uma determinada variável na determinação de uma determinada ocorrência, considerando as demais variáveis constantes. Trata-se de um elegante recurso explicativo e um reconhecimento claro dos limites do esforço científico. No entanto, por um lado, esse recurso levado ao extremo pode conflitar com o imperativo de que a ciência deve ser aberta. Por outro lado, o recurso ao *coeteris paribus* tem servido também ao isolamento em que a pesquisa econômica incorreu, principalmente na última metade do século XX, gerando um grande atraso na integração com as áreas de conhecimento afins. No momento em que a Ciência Econômica começa a ter uma influência cada vez mais profunda na gestão privada e pública, assim como na formação da opinião pública, a partir dos anos 1930, às

[8] SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad**. Buenos Aires:Paidos, 1994.
[9] SIMONSEN, 1994; AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

responsabilidades explicativas somam-se as preditivas e práticas. É nesse âmbito mais prático que ficam evidentes as imensas dificuldades que a ciência econômica enfrenta. A economia japonesa, que durante grande parte da década de 1990 teve desempenho muito fraco, fornece-nos um exemplo bastante marcante. Nesse caso, a diminuição da taxa de juros seria a medida de política econômica prescrita para uma reativação econômica. No entanto, mesmo com taxas de juros reais negativas, a economia não retomou as taxas de crescimento desejáveis. A compreensão da complexidade de uma tal situação exige, além da análise dos fatores estritamente econômicos, um profundo estudo dos fatores históricos, culturais, políticos, psicológicos e sociais do comportamento dos agentes econômicos em geral naquela sociedade.

2.3.3 Economia positiva e economia normativa

Outra característica que distingue a Ciência Econômica das Ciências da Natureza é que a Econômica objetiva o estudo da realidade em si, assim como o estudo da realidade tal qual a vontade humana poderia determinar. Entra em jogo o *ser* e o *dever ser*. A Economia Positiva é aquela voltada para o estudo do que é, do objeto da economia como ele é. A Economia Normativa é o estudo de como deveria ser a economia. Essa classificação pode conduzir a um debate sobre a própria natureza da ciência econômica: ela própria é, em essência, normativa ou positiva? "O trabalho de um economista é positivo e não normativo. Isto é, dado um objetivo social, o economista pode analisar o problema e sugerir o meio mais eficiente para atingir o fim desejado"[10].

Os desafios que se colocam ao profissional e ao cientista econômico extrapolam essa delimitação. Apesar de a classificação em Economia Normativa e Positiva ser de fácil entendimento pelo seu enunciado, na

[10] FERGUSON, C. E. **Microeconomia.** 13. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989. p. 3.

realidade, ela é uma grande fonte de ambigüidade. O "dever ser" é também um elemento da realidade de como a economia é, já que os agentes econômicos, nas economias modernas, podem assumir dimensões e poderes tais que consigam, em condições determinadas, impor sua vontade individual ou de grupo sobre os demais membros da sociedade. É o caso, por exemplo, de setores econômicos nacionais ou da produção global serem dominados totalmente por algumas grandes empresas. Num outro aspecto, temos o caso do estabelecimento das políticas econômicas dos governos, em que o esforço para alcançar o pleno emprego, a partir da crise de 1930 e da 2.ª Guerra Mundial, passou a ser um dos objetivos preponderantes. Podemos também considerar o conflito entre as decisões na esfera pública nacional com as decisões de planejamento empresarial em mercados globais com poucas empresas concentradas, que afeta, muitas vezes de modo irreversível, as condições gerais da atividade econômica de continentes inteiros.

Além disso, analisar o problema e sugerir o meio mais eficiente não é uma ação exterior ao processo de tomada de decisão sobre o objetivo social a ser eleito, fazendo parte desse mesmo processo. O interjogo entre as concepções e direcionamentos que os agentes econômicos lutam para impor (ou seja, o *dever ser*) e o curso normal dos eventos nos mercados (*o que é*) é bastante complexo em que *ser* e *dever ser* se condicionam mutuamente, acabando por determinar o resultado do movimento da própria realidade, portanto, determinando o *que é*.

Não podemos esquecer que os processos psicológicos como fatores da formação das imagens da realidade econômica, bem como a formação das concepções e interesses, também aumentam a complexidade dos acontecimentos econômicos, pois envolvem processos do inconsciente. Assim, a classificação entre Economia Positiva e Economia Normativa, que deveria auxiliar na investigação, acaba, pela ambigüidade que envolve, por transformar-se em alguns casos em objetivo da própria investigação.

2.3.4 Não-exatidão da economia

A tentação de transformar a Ciência Econômica em ciência exata vem de uma tradição que nasce na segunda metade do século XIX com a escola marginalista. Fazendo parte de um movimento muito maior, que alcança a própria Filosofia[11], que buscava um protocolo para o diálogo e o entendimento entre indivíduos, a tentativa de quantificar e tratar por meio de métodos e modelos quantitativos o comportamento humano caracterizou e ainda caracteriza várias áreas e correntes do pensamento humano.

No entanto, como vimos, a Economia lida com a especificidade de sua medida de aferição da riqueza desde Adam Smith. Em que pesem contribuições fundamentais como a de Sraffa, ainda hoje, encontrar uma medida invariável da riqueza permanece como enigma a ser desvendado. Mas essa questão da imprecisão pode ser encarada como um desafio técnico, ou como uma característica intrínseca do objeto mesmo da Economia. Um exemplo marcante é o do valor de uma empresa. Sabemos que o valor de uma empresa, num dado momento, é o valor atual da soma dos fluxos futuros descontados. Isso quer dizer que, na determinação do valor de um patrimônio ou negócio, os processos econômicos levam em consideração o futuro, que ainda não ocorreu. Esse processo nos remete ao modo como as expectativas são formadas, mas de qualquer forma, nos leva também à conclusão do quão intrinsecamente voláteis são as grandezas com que a Ciência Econômica lida. Além disso, aí entra em jogo o que seria a própria riqueza. A natureza do produto humano, ou do que se considera riqueza, também está sujeito a grande polêmica e influência do que chamamos de teorias do valor. Desde Adam Smith, essa discussão se dá em torno da relação entre o valor de uso e o valor de troca que formam as características básicas do bem econômico, desdobrando-se daí as duas teorias do valor (valor trabalho ou valor utilidade).

[11] LACOSTE, J. **A filosofia no século XX**: ensaio e textos. Campinas: Papirus, 1992.

2.3.5 Singularidade dos fatos

O objeto da economia não possibilita experimentação, ou seja, as condições de ocorrência de um determinado fenômeno não são reprodutíveis de modo controlado. Sendo um objeto de natureza social/coletiva, o *locus* de ocorrência é a própria sociedade em escala local, nacional e global. Nesse sentido, as leis tratadas pela Ciência Econômica estão calcadas em outros procedimentos que não o da observação laboratorial. De fato, os economistas têm feito uso da derivação teórico-lógica e da observação empírico-histórica. De fato, a análise dos pressupostos e premissas institucionais e comportamentais do funcionamento do mercado permitem, pela rigorosa conceituação e aplicação da lógica, chegar ao enunciado de leis econômicas. A observação da realidade econômica e seu estudo aprofundado, quer por intermédio da comparação, como da localização histórica, também possibilita enunciar leis econômicas.

No entanto, a singularidade dos fatos correntes em economia exige que, a cada momento de estudo de uma realidade concreta, a abordagem por meio de um arcabouço teórico, obtido de observações anteriores ou de derivações lógicas, seja feita de modo crítico. Como exemplo, temos o prognóstico de que o pleno desenvolvimento das economias latino-americanas poderia ser explicado e mesmo implementado com base nos conceitos e prescrições liberais da teoria das vantagens comparativas. No entanto, a singularidade das condições históricas da América Latina evidenciaram que o prognóstico das políticas plenamente liberais de comércio exterior impossibilitariam o desenvolvimento pleno das potencialidades econômicas da região. O rico debate teórico, o estudo histórico e a análise econômica dessas condições singulares fez emergir, em meados do século XX, toda uma escola de pensamento nucleada em torno da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

2.3.6 Valores

O Cientista Econômico é um cientista social, portanto, com maior ou menor distância do objeto imediato de estudo. Isso quer dizer que os valores que formam o sistema de referência do pesquisador estão atuando no processo de investigação. Isso coloca uma série de desafios ao processo de produção do saber, como já vimos. Para os cientistas econômicos, essa questão assume formas dramáticas, pois lidamos com assuntos como distribuição da riqueza, perspectivas de desenvolvimento setorial e nacional no seio da comunidade internacional, o papel do Estado como fator de desenvolvimento, perspectivas da economia de mercado entre outros. São temas de grande envolvimento pessoal, em que inexoravelmente fatores conscientes e inconscientes estão atuando. A explicitação e análise da influência desses condicionamentos e posicionamentos sobre o processo de abordagem, análise e teorização da realidade econômica é uma das grandes tarefas e desafios em que estão envolvidos os pesquisadores nessa área. Nesse sentido, como vimos no início desse capítulo, vale a máxima de que pesquisar é pesquisar-se.

2.3.7 A questão do poder

Outra máxima, "saber é poder", no decorrer do século XX, transformou-se para a Ciência Econômica na questão do saber e do poder. A proximidade e dependência da ciência em geral com o poder sempre foi problemática. A pesquisa científica em economia, desde os anos vinte do século passado, vem se desenvolvendo em instituições de ensino e pesquisa, assim como no próprio seio do Estado. A própria ampliação e crescente complexidade do objeto da economia faz com que a pesquisa nessa área seja mais e mais dispendiosa. A inserção profissional dos economistas nas empresas e instituições em geral fez com que a Economia passasse a ser uma área de conhecimento cujo desenvolvimento se dá mais e mais a partir

de financiamento público ou privado. Por outro lado, o desenvolvimento da organização das forças sociais, desde meados do século XIX, exigiu que dispusessem de aparatos voltados para a elaboração de estudos que orientassem sua prática bem como embasassem seus posicionamentos nessa área. O Estado tornou-se cada vez mais intervencionista. A Ciência Econômica chegou ao poder, antes monopolizado pelas burocracias militares e jurídicas. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de um talento a mais para os pesquisadores em economia, que é o de escolha adequada do lugar e das fontes de financiamento de suas pesquisas. Por exemplo, economistas neoclássicos recentes criaram a teoria da assimetria das informações, ou seja, uma imperfeição de mercado baseada no fato de que a informação custa e tornou-se um ramo específico de *business* por meio de serviços especializados e, por conseguinte, a efetividade na atuação dos agentes econômicos em geral depende do acesso aos dados e informações[12].

2.4 *MÉTODO DA INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA*

Em geral, confunde-se método com rotina ou ação metódica constante, ou seja, um modo idêntico de se fazer algo. Não existe engano maior. Na verdade, a noção de método é bem mais ampla e está calcada na própria natureza humana, uma vez que o homem busca conscientizar-se de sua ação, diante do desafio de atingir um fim. Podemos, então, partir desse posicionamento mais ontológico humano para buscar uma conceituação mais específica para a Ciência e para a Ciência Econômica em particular, conceituação que deve contemplar a natureza dinâmica do método.

[12] EATON, B. Curtis; EATON, Diane F. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999; PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

2.4.1 Método e métodos

Método designa um caminho pelo qual se obtém um certo resultado. Pode designar também um conjunto de procedimentos e de regras utilizadas para atingir um objetivo desejado. O objetivo geral das ciências, como vimos, é o de chegar ao saber, mas com um conjunto de exigências, posturas e preocupações quanto à transparência, objetividade, rigor, verificabilidade e abertura, entre outras. A Metodologia, área específica da Lógica, tem por objeto de estudo os métodos ou procedimentos utilizados pelas diferentes ciências ou correntes científicas, em virtude da natureza distinta de seus objetos para atingir o conhecimento. Não podemos esquecer que a própria investigação em metodologia envolve a escolha de um método.

Consagraram-se como formas de abordagem da realidade quatro métodos: o analítico, o dedutivo, o indutivo e o dialético. Esse nível de abordagem do objeto caracteriza-se pelo elevado grau de abstração e generalidade, dos quais dependem a abertura com a qual o sujeito da pesquisa vai adentrar no processo. Por isso consideraremos também a "complexidade" como abordagem metodológica complementar. A delimitação do método científico é fundamental no início, no decorrer e na conclusão do esforço investigativo, pois cada etapa já prevê as posturas investigativas básicas e traz em si uma série de exigências, ordenamentos e procedimentos no processo de pesquisa.

2.4.1.1 Método analítico

O que se chama de método analítico consiste na própria necessidade de analisar o objeto de pesquisa em suas partes e elementos internos, além dos fatores externos que lhe condicionam, buscando uma relação de causa e efeito que torne mais clara a condição de sua existência. Sendo assim, o método analítico em si diz respeito à própria atividade de pesquisar o objeto

em si e/ou em seu contexto. No entanto, sua especificação concreta depende de outros métodos e do referencial teórico adotados[13]. Logo, o método analítico é em si tão genérico quanto o próprio pesquisar, necessitando de uma qualificação adicional. A análise se dá em maior ou menor nível de detalhamento conforme a natureza do objeto, os limites estabelecidos pela condição prática da pesquisa, pelas escolhas e delimitações estabelecidas pelo pesquisador, pelo método geral e auxiliares de abordagem, além do próprio referencial teórico adotado. Assim, por exemplo, pode-se buscar esse detalhamento a partir das relações que esse objeto estabelece com a totalidade que o envolve. Pode-se também buscar mais detalhes do comportamento desse objeto no tempo, sua história passada e seu destino futuro. Por fim, pode-se buscar um detalhamento da conformação interior do próprio objeto.

A análise do objeto sempre está na base da produção do saber. No entanto, nos saberes não científicos, a análise ou é feita inconscientemente, ou foi elaborada anteriormente, e é assumida no presente como preconceito no fluxo das tradições e costumes, ou é feita de modo assistemático e distorcido pelo senso comum. Também causa confusão o fato de que determinadas elaborações científicas assumem como pressupostos determinadas concepções cujas análises que as embasam já foram empregadas mas nem sempre explicitadas pelo pesquisador. Nesse sentido, é realizado um grande esforço de investigação para saber qual análise implícita está contida na teorização de autores relevantes. Sraffa, em 1926, por meio de uma investigação pormenorizada[14], esclarece a origem da noção de rendimentos decrescentes na indústria, que é o fundamento da curva de custo médio em forma de "U" em Marshall. Na verdade, essa noção vem de duas fontes: trata-se, inicialmente, da aplicação à economia do princípio

[13] MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UNB, 1989.

[14] POSSAS, L. M. **Estruturas de mercado em oligopólio**. Campinas: Hucitec, 1985.

da saturação importado das ciências naturais, e a transposição da teoria ricardiana da produtividade declinante da agricultura para o âmbito da produção industrial. Esse aspecto é crucial na teoria marshaliana, pois possibilita a determinação do ótimo de produção no ponto mínimo da curva de custo médio, com implicações de suma importância para a justificação da concorrência perfeita como a configuração ideal dos mercados.

2.4.1.2 Método dedutivo

Um pensamento é dedutivo quando enuncia logicamente uma conclusão necessária a partir de premissas dadas. Em geral, as conclusões a que se chega dessa forma já estão implícitas nas premissas adotadas. Nesse sentido, o rigor nas passagens e os caminhos do raciocínio e demonstrações lógicas são o foco de maior atenção do método dedutivo. Trata-se de ir do geral ao particular. Por premissas inquestionáveis, o pesquisador localiza a natureza ou condição de seu objeto de pesquisa pelo silogismo. O silogismo da elaboração de uma conclusão lógica a partir de duas proposições, ou premissas, obedece ao seguinte desenvolvimento:

Todo homem é mortal ⇨ premissa maior;

Sócrates é homem ⇨ premissa menor;

logo,

Sócrates é mortal ⇨ conclusão

A questão fundamental da aplicação da dedução lógica está na aderência da premissa maior à realidade e da aderência da premissa menor à premissa maior. Em economia, é comum a dedução rigorosa a partir da adoção de premissas, no mínimo, questionáveis. Por exemplo:

A independência do Banco Central é o requisito básico do sistema monetário estável;

O Banco Central não é independente;

logo,

O sistema monetário brasileiro não é estável.

Normalmente, parte-se de uma afirmação de caráter geral, como uma lei, para em seguida localizar o objeto no âmbito dessa lei, ou como caso específico dessa lei, e, finalmente, concluir a respeito da natureza do objeto. Como podemos ver, multiplicam-se os problemas, já que a validade da conclusão está sujeita a duas análises. Uma, voltada para a validade da primeira e da segunda premissas. A segunda análise diz respeito à abrangência e relevância da conclusão. O risco maior desse método reside no processo pelo qual se chega à eleição das premissas. A escola clássica, a partir das formulações de Smith e Ricardo, passando por Malthus, pode ser tratada como dedutiva.

2.4.1.3 Método indutivo e a reação positivista

O método indutivo parte do particular, ou particulares, para chegar ao geral. Trata-se de acumular experiências, observações determinadas da realidade e, pela evidência da classificação e comparação, destilar a característica comum desse conjunto de observações, chegando por fim às generalizações.

Sócrates é mortal ⇨ a.1;
Platão é mortal ⇨ a.2;
Aristóteles é mortal ⇨ a.3;
...
Epicuro é mortal ⇨ a.n;

Todos eles, Sócrates, Platão, Aristóteles, ..., Epicuro são homens;

logo,

Os homens são mortais.

Desse modo, a generalização não se dá como ponto de partida da investigação, mas como ponto de chegada. No entanto, o método já coloca os limites da própria generalização da conclusão do esforço de investigação, uma vez que extrapola para a totalidade dos casos as conclusões extraídas a partir da observação de apenas uma parte. Nesse caso, as afirmações contidas na conclusão são de natureza probabilística. Portanto, a verdade a que se chega é apenas provável.

Com o positivismo do século XIX e sua grande influência na Ciência Econômica, o método indutivo consagrou uma série de críticas à escola clássica, vista como intrinsecamente subjetiva, pois não tirava suas premissas da observação sistemática. Também a escola marginalista foi questionada desse ponto de vista na primeira metade do século XX. Como vimos, Sraffa buscou evidenciar as origens dos pressupostos teóricos das formulações de Marshall a respeito da chamada *lei dos rendimentos decrescentes*. Robinson e Chandler procuraram evidenciar a não-aderência dos pressupostos da escola marginalista às condições concretas da economia[15]. No entanto, o método indutivo pode levar a um condicionamento comprometedor das conclusões. Por exemplo, pode-se concluir, a partir da observação do comportamento cíclico das economias em um vasto retrospecto, que se estivermos

[15] Possas, 1985.

atravessando um determinado ciclo de negócios, o prognóstico é o de sua superação, com maior ou menor intervenção extra-econômica. Tal conclusão deixa de considerar a possibilidade de uma solução de continuidade dos ciclos, quer seja por meio de uma mudança inédita das características de funcionamento dos mercados (como se chegou a propalar com o caso do advento e propagação da cibereconomia, a *nova economia* dos anos 1990), ou por um cataclismo social em que a própria economia de mercado pudesse ser substituída por outro tipo de economia.

2.4.1.4 O pragmatismo ou compromisso entre dedutivistas e indutivistas

Uma tentativa de síntese ocorreu em torno do debate em meados do século XIX entre Menger, expoente da escola marginalista, e Schmoller, expoente da escola histórica. O chamado *problema metodológico* acabou sendo resolvido por dois caminhos. Primeiro, pela proposição de Schmoller de que no processo científico, dedução e indução, fazendo uso de uma analogia, são como as *duas pernas* no caminhar. Já Menger prefere formalizar a discriminação entre dedução e indução numa especialização na área de economia. A dedução ficaria a cargo de uma Economia Pura, voltada às premissas fundamentais da economia, as quais são eternas e invariáveis às situações sociais e históricas. A indução ficaria ao encargo da Economia Aplicada, voltada à pesquisa dos contextos determinados, sociais e históricos em que o fenômeno econômico ocorre.

2.4.1.5 Ordenamento hipotético-dedutivo

Enquanto algumas correntes metodológicas enquadram a contribuição de Popper[16] como uma alternativa metodológica à indução e à dedução[17], cremos

[16] POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
[17] Cf. SIMONSEN, 1994, p. 16.

mais bem caracterizá-lo como um procedimento que, calcado no método dedutivo, o aprimora. Segundo o ordenamento popperiano, a produção do saber científico envolveria as seguintes fases:

a) formulação do problema;

b) construção de hipótese para a solução do problema;

c) dedução das conclusões que se desdobram das hipóteses;

d) tentativa de falseamento ou refutação das conclusões via observação ou experimentação;

e) não sendo obtido o falseamento ou refutação, chega-se à corroboração da hipótese sobrevivente.

Obviamente, a conclusão corroborada terá sua validade enquanto outra pesquisa não a refutar.

2.4.1.6 Método dialético

Dialética, na Grécia Antiga, designava a arte do diálogo e da discussão. Com Hegel, na modernidade, a dialética abarca a um só tempo as leis do pensamento e as do movimento da própria realidade. A realidade só se revela enquanto tal por meio de uma análise rigorosa que encaminhe o investigador no esforço de ir da superfície dos fenômenos aparentes, das constatações imediatas e empíricas, rumo à totalidade em movimento, à essência que invariavelmente está escondida. Como ponto de partida, para o pensamento dialético, a realidade é dinâmica e está em constante movimento e transformação. Essas transformações que ocorrem nas partes e no todo estão sujeitas a três leis gerais do próprio movimento do Universo:

a) *a transformação da quantidade em qualidade e da qualidade em quantidade* — segundo essa lei, a mudança na condição da realidade e seus aspectos particulares envolve variações quantitativas e qualitativas de modo

que o acúmulo de alterações quantitativas desemboca em mudanças qualitativas, em geral por intermédio dos chamados *saltos de qualidade*. Por outro lado, as mudanças qualitativas colocam novas condições de comportamento quantitativo. De algum modo, a Economia faz uma distinção dialética entre quantidade e qualidade quando aborda a acumulação como crescimento e como desenvolvimento econômico. Um exemplo dessa lei, aplicada à economia, encontramos nas condições do capitalismo inglês na primeira metade do século XIX, em que a matriz institucional, baseada numa determinada correlação de forças, mantinha a vigência da *Corn Law*, o protecionismo agrícola, causando um forte entrave ao desenvolvimento e uma estagnação econômica. Com a revogação dessa lei e com outras transformações fundamentais na economia inglesa, operou-se um salto de qualidade que permitiu a volta do crescimento e a emergência da grande potência capitalista que dominaria grande parte do mundo até a primeira guerra mundial;

b) *a interpenetração dos contrários*, ou *a unidade dos opostos*, é a lei da dialética que afirma serem contraditórios e frutos de contradições os aspectos constituintes da realidade, formando uma totalidade que é única e contraditória. Essa lei implica não ser possível compreender uma coisa em si mesma, pela sua própria identidade, pois se define já de partida como relação, inclusive em uma relação até com o que aparentemente a exclui, ou seja, o seu contrário. Por isso, a dialética é tida nesse aspecto como a ciência das mediações, tratando-se de percorrer a realidade entre o geral e o particular e entre o particular e o geral sucessivamente até formar o quadro geral que caracteriza o objeto de pesquisa;

c) *a negação da negação* é a lei da dialética que diz que a solução de uma contradição não se dá pela simples extinção de uma de suas partes. Na verdade, os termos da contradição transformam-se todos no processo, levando à superação do conjunto todo envolvido. Assim, por exemplo, na

efetiva superação da contradição entre os senhores feudais e os servos, o que surgiu não foi uma sociedade de servos ou de senhores feudais, mas uma nova ordem social que já não mais continha nem servos nem senhores feudais, mas sim outros atores sociais. Nesse aspecto, a dialética é tida como ciência das rupturas.

Com base nessas leis, a análise dialética ocorre com base em algumas argüições fundamentais. A primeira diz respeito à questão da aparência e da essência dos fenômenos e diz respeito à análise dialética voltada para a relação entre a parte e o todo. Duas problemáticas principais surgem aqui. O método dialético, reconhecendo a importância da análise detalhada de como se configura a parte em todos os seus detalhes intrínsecos, vai, no entanto, buscar sua essência, sua verdade, analisando-a nas relações e condicionamentos na totalidade em que ela se insere. Assim, a consciência que um indivíduo ou mesmo uma sociedade inteira formam de si mesmos é ilusória, pois o pensar quotidiano não alcança a consciência real de sua condição na totalidade. Outra problemática importante está voltada para a apreensão do significado real do que seja realmente uma mudança, uma transformação. Assim, se coloca imediatamente ao movimento a questão da aparência e da essência. Na abordagem dialética da realidade, o que está em questão é quando uma mudança está ocorrendo de fato, ou seja, quando uma mudança está afetando a essência da realidade e quando está acontecendo somente no âmbito das formas. Se a mudança ocorre e atinge a essência, significa que pode alterar profundamente os padrões do movimento da realidade em estudo. Se ela ocorre no nível das formas, significa que as mudanças na realidade se deram de tal modo a manter algo crucial no plano do essencial que a caracteriza, fazendo do movimento algo de ilusório, efeito consagrado na literatura de Lampedusa pela máxima: *se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude*[18].

[18] LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. **O gattopardo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

A segunda argüição diz respeito à análise gênese-devir dos fenômenos e da própria totalidade. O dialeticista procura a compreensão dos fenômenos em vista de sua gênese, ou seja, daquilo que lhe deu origem. Do mesmo modo, a análise contempla a dimensão do tempo futuro, o devir do objeto. Essa análise gênese-devir forma uma totalidade que dá elementos fundamentais para o esclarecimento da natureza do objeto. Trata-se de apreender o objeto de pesquisa em sua diacronia, na sua história. Na análise diacrônica é que podemos delimitar com mais precisão o objeto de pesquisa no seu recorte horizontal, na linha do tempo, sem correr o risco de abstrair os elementos de seu passado e de seu futuro. No entanto, a análise só se completa se combinamos a análise diacrônica com a sincrônica, ou seja, a do recorte vertical do objeto. Na análise sincrônica, trata-se de verificarmos como o objeto de análise, na sua complexidade intrínseca, se compõe e se forma a partir de seus inúmeros elementos e vínculos. Aqui, o foco passa a ser o movimento de reprodução do objeto e o objetivo da análise é o de localizar as fontes básicas de sua identidade e dinamismo.

Na investigação a respeito do dinamismo do objeto, o motor do seu movimento, a análise dialética propõe uma terceira argüição, que diz respeito à dimensão teleológica da realidade. A teleologia é a análise voltada para esclarecer a relação entre o ideal e o material no movimento da Natureza que se dá, tanto na parte como no todo, por meio da fórmula *tese – antítese – síntese*. Nesse movimento dialético, a *tese* é o momento da proposição, a *antítese* é o momento da verificação prática e a *síntese*, o momento do balanço final de uma proposição que, tendo passado pela experiência prática, torna-se mais rica e, portanto, superior. Trata-se de um aprendizado e, todavia, de um desenvolvimento. Na reprodução social, as instituições do Estado corresponderiam ao *locus* da dimensão ideal da realidade e a sociedade civil o *locus* da dimensão material. Essas dimensões não são independentes e isoladas uma da outra; pelo contrário, sua relação se dá por meio de complexas interações e mútuos condicionamentos em

que Estado e Sociedade Civil formam uma totalidade. O desafio investigativo está em encontrar nesse amálgama a causação dialética, ou seja, o que determina o que em última instância, ou onde está o motor da História. Reconhecendo plenamente essa complexidade, a dialética hegeliana pode ser caracterizada como idealista, pois o dinamismo é deflagrado pelo advento de novas idéias de reorganização e aprimoramento das atividades da coletividade. A Figura 2.1 ilustra de modo simples a causação dialética do idealismo hegeliano no dinamismo social:

Figura 2.1

Marx também adota a dialética como método de análise, atribuindo, porém, o dinamismo social aos processos que se verificam na sociedade civil, em que os homens estabelecem suas relações sociais e de produção. O Estado e os demais componentes da esfera ideal são condicionados dialeticamente pelas necessidades e pelo modo como se desenvolvem essas relações. Para Marx, os interesses sociais são determinados pelos processos econômicos, daí a grande importância da análise econômica no estudo da origem, desenvolvimento e desaparecimento das civilizações. Para ele, o movimento histórico não pode ser explicado pela evolução das idéias e das formas de organização institucional, mas, ao contrário, estas é que devem ser explicadas com base nas condições de reprodução econômica. Desse modo, se para Hegel o Estado é, em última análise, independente dos processos da sociedade civil, para Marx ele é que está determinado e comprometido com os interesses existentes na sociedade civil. A sociedade

civil, que para Hegel é um todo mais ou menos homogêneo, voltado para o quotidiano e na espera de medidas do Estado para reorganizar-se, para Marx ela é um conjunto heterogêneo que, de um certo estágio histórico, caracteriza-se pela relação de dominação econômica do homem pelo homem, conformando classes dominantes que detêm o controle das condições de produção, e classes dominadas, exploradas economicamente. É na economia que vamos encontrar as condições fundamentais que viabilizam a reprodução de uma determinada ordem social, assim como as condições que colocam a exigência de sua superação histórica. A dialética materialista de Marx e Engels para a análise do dinamismo social pode ser ilustrada conforme a Figura 2.2:

Figura 2.2

As implicações das concepções basilares da dialética, tanto na sua conformação idealista como na materialista, são de suma importância para a investigação econômica e, ao mesmo tempo, extremamente polêmicas. De pronto está em jogo a análise do objeto numa perspectiva histórica, com tudo o que isso pode significar em termos da gênese, desenvolvimento e superação de um determinado modelo econômico, formando o pano de fundo para se abordar áreas, assuntos e temas em torno de objetos de pesquisa tais como teoria e história das crises, desenvolvimento econômico

e suas perspectivas, padrões de intervenção econômica do Estado e seus limites, repartição da riqueza e possibilidades de justiça social numa economia de mercado, entre outros.

2.4.1.7 Método da complexidade

A idéia fundamental do pensamento complexo, segundo Morin, está em que "não é simplesmente a sociedade que é complexa, mas cada átomo do mundo humano".

A complexidade assume uma postura especificamente metodológica com o trabalho de Edgar Morin dos anos 1970 cujo reconhecimento e propagação ocorreriam nos anos 1990. A complexidade surge como reação ao paradigma da simplicidade. Este se baseia em três princípios: o da disjunção, o da redução e o da abstração[19]. Com a disjunção, separa-se o que, na realidade, constitui um todo. Com Descartes, separa-se o sujeito pensante (*ego congitans*) da coisa extensa (*res extensa*), o objeto. Mas a disjunção requer a redução. Tratava-se de reduzir o humano ao biológico e o biológico ao físico matematizável, chegando a *fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas*[20], possibilitando a matematização reducionista, o que lhe dá, por fim, a chave mestra da operacionalidade investigativa. A simplificação é o objetivo e o resultado desse processo de disjunção/redução pois chega-se a um universo compartimentado em conjuntos estanques de especialidades científicas em que, por sua vez, sujeito-objeto constituem realidades separadas. Essa simplificação assume a forma de sistemas teóricos que concebem *uma ordem perfeita legislando uma máquina perfeita*. Na análise dos objetos da economia, significaria, por exemplo, separar o econômico do político e proceder à explicação dos fatos econômicos a partir de si mesmos, da forma mais matemática possível,

[19] MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
[20] Ibid., p. 17.

abstraindo o político e as demais dimensões da realidade humana, considerando-as exteriores. Na hiperespecialização resultante do esforço científico calcado no paradigma da simplicidade, as contradições, as limitações, as ameaças e possibilidades de superação/desintegração, em suma, tudo o que confere dinamismo real à realidade, a desordem, passa entre as fendas que separam as disciplinas[21].

Já o pensamento complexo baseia-se em três princípios: o princípio dialógico, o da recursão organizacional e o hologramático[22]. O princípio dialógico permite-nos manter a dualidade no seio da unidade. Associa dois termos ao mesmo tempo complementares e antagônicos. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa científica deixa de ser unívoco, mas passa a contemplar a contradição no próprio objeto pesquisado. Por exemplo, ordem e desordem deixam de ser dinâmicas dicotômicas e podem ser, em determinadas situações, aspectos de uma realidade que se reproduz e repõe. Um dos exemplos interessantes extraídos da história do pensamento econômico brasileiro é a funcionalidade que Inácio Rangel[23] atribuía à inflação em determinadas circunstâncias e limites. A inflação não deveria ser abordada, segundo Rangel, em si mesma, mas como epifenômeno de uma realidade maior. Se a corrosão inflacionária provoca uma fuga da liqüidez e dos ativos mobiliários, ela pode induzir a uma corrida às imobilizações em instalações e maquinário, que sendo bens reais ativariam os ramos produtivos a eles vinculados. De uma abordagem como essa, desdobram-se estratégias econômicas bastante distintas daquelas que se baseiam em uma espécie de demonização do fenômeno inflacionário.

O princípio da recursão organizacional nos diz que se trata de um "processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e

[21] MORIM, 1995, p. 18.
[22] Ibid., p. 106 et seq.
[23] RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Bienal, 1986.

produtores daquilo que os produziu"[24]. O exemplo clássico nas humanidades é que os indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos. A recursividade é um dos princípios basilares da complexidade: "A idéia recursiva é, portanto, uma idéia em ruptura com a idéia linear de causa/efeito, de produto/produtor, de estrutura/superestrutura, uma vez que tudo o que é produzido volta sobre o que produziu num ciclo ele mesmo autoconstitutivo, auto-organizador e autoprodutor"[25].

Trata-se de explicar os fenômenos não por uma causa simples, mas de uma cadeia complexa de causas. As intervenções na realidade não seguiriam a estratégia do foco, mas a estratégia do campo, ou seja, em vez de buscar e atuar em uma pseudovariável responsável pela causa, a atuação estaria voltada para um grupo de variáveis inter-relacionadas, hierarquizadas, num sistema multicausal. Como exemplo, poderíamos deixar uma questão: será que a saída para o subdesenvolvimento das economias periféricas industrializadas residiria no equacionamento de três variáveis básicas, como: a) liberalização, privatização e internacionalização dos mercados; b) a estabilidade monetária com base numa equivalência cambial rígida; e c) erradicação do déficit público?

O terceiro princípio é o hologramático em que "a parte está no todo, mas o todo está na parte"[26]. Diferentemente do paradigma da simplicidade, para quem a parte nada ou quase nada contém do todo, no pensamento complexo a parte tem todas, ou quase todas as informações que constituem o todo. No mundo biológico, a genética contemporânea ilustra esse princípio com as cadeias de DNA. A idéia de que o todo não é uma simples soma das partes ganha então uma complexidade profunda. O todo também deixa de ser uma simples articulação de partes. As partes guardam uma identidade muito mais orgânica com o todo e vice-versa.

[24] MORIN, 1995, p. 108.
[25] Ibid.
[26] Ibid., p. 108.

Nesse sentido, perguntaríamos à guisa de exemplo: seria a questão do *déficit* público nos países periféricos, neste início de século XXI, uma questão apenas contábil de gestão nacional, ou ele próprio traz a marca de uma realidade financeira global? A estratégia para abordá-lo cientificamente muda significativamente se o compreendermos na forma e no conteúdo como parte complexa de um todo complexo. Abordá-lo em sua dimensão hologramática pode revelar sua natureza profunda, sua gênese e reprodução.

2.4.2 Método e referencial teórico

Existe uma distinção entre método e teoria — conjunto organizado de conceitos, categorias e relações que se assentam em hipóteses gerais e visam tornar inteligível um objeto determinado. O método científico seria então um modo determinado de abordagem do objeto. A teoria, de outra parte, seria um dos resultados da abordagem científica sistemática, que por meio da elaboração inédita ou da revalidação encontraria maior ou menor possibilidade de generalização dos resultados obtidos. As questões imediatamente seguintes residem em saber em que circunstância a metodologia e o referencial teórico se condicionam mutuamente e como a escolha de um determinado método implica a escolha de uma determinada teoria e vice-versa.

Essa discussão é particularmente importante no campo marxista, em que a adoção da dialética materialista implica necessariamente uma determinada teoria do valor, da história, da dinâmica política e os conseqüentes prognósticos quanto ao futuro da sociedade capitalista. No entanto, Baran e Sweezy[27], por exemplo, ao aplicarem o mesmo método, o qual seria, segundo eles, a grande descoberta de Marx com validade ainda intacta, chegaram a resultados teóricos diferentes dos de Marx quanto às

[27] BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

características do capitalismo no caso americano e ao seu destino, em um resultado não menos controverso.

Do mesmo modo, sem o recurso ao método dedutivo, ou *apriorismo extremo*[28], não seria possível a teorização nos moldes marginalistas.

Já que o pesquisador deve enunciar claramente o método e referencial teórico gerais e específicos adotados na sua investigação concreta, é importante que tenha claro que formam um conjunto, por vezes indissolúvel.

2.4.3 Método e hipóteses

Em que circunstância é necessária a formulação de uma hipótese para um esforço de pesquisa científica? A hipótese é uma conjectura inicial, um prognóstico de resultado, a ser confirmado ou não, pelo esforço de investigação científica. As hipóteses, para algumas formulações do procedimento científico, são totalmente descartáveis, como em Galileu, Bacon e Newton[29]. Ali, o método indutivo é dado como suficiente e exclusivo, sendo levado à sua aplicação mais inflexível e extrema. O sentido deste procedimento é muito claro: trata-se de lançar-se ao processo de produção do conhecimento com total isenção, sem idéias preconcebidas. Já em Descartes, nos seus *Princípios de Filosofia IV*, é assumida a existência de uma

> ... conjectura duvidosa, mas verossímil, pela qual a imaginação se antecipa ao conhecimento, e que é destinada a ser ulteriormente verificada, quer por meio de uma observação direta, quer pelo acordo de todas as suas conseqüências com a observação[30].

[28] FERGUSON, 1989.
[29] Cf. CARDOSO, O. O. Hipótese na pesquisa científica: conjecturas necessárias. **Revista Unicsul**, São Paulo, n. 5, p. 122 et seq., abr. 1999.
[30] Ibid., p. 123.

Este será, doravante, o conceito de hipótese, em geral assumido nos diferentes procedimentos científicos. Kant coloca, mais tarde, a questão da não-aleatoriedade e da objetividade das hipóteses, assim como Comte apresentava a exigência da sua verificabilidade como critério de ser ou não uma hipótese válida, pertencente ao processo do conhecimento científico.

Se hipótese, de uma maneira geral, é uma suposição ou conjectura inicial sobre alguma coisa ou fato, a hipótese científica apresenta uma série de exigências: poder ser colocada à prova para determinar a validade na tentativa de resposta antecipada a um problema. A formulação mais elegante de uma hipótese de trabalho tem os seguintes requisitos básicos: a) subordina-se ao objetivo da pesquisa; b) deve ser específica; c) relaciona duas ou mais variáveis, podendo indicar sentido e grau desse relacionamento; d) os fatos e conceitos incluídos na hipótese devem ser analisáveis qualitativamente e, também, quantitativamente[31].

Contempladas as especificidades que emanam da natureza do objeto de pesquisa, a maior ou menor extensão e especificação da verificação dependem da condição intelectual, material e financeira do pesquisador e do projeto, principalmente no que toca à quantidade de variáveis que serão relacionadas e aos aspectos de precisão quantitativa exigidos. É nessa fase de dimensionamento do processo de investigação que se lista o conjunto de variáveis a serem enunciadas na hipótese de trabalho bem como as relações que estabelecem com o fenômeno a ser estudado. As variáveis envolvidas devem ter uma definição conceitual precisa, além de lhes ser atribuído um estatuto no corpo das correlações estabelecidas na hipótese de trabalho. Sendo assim, as variáveis podem ser independentes, se no âmbito do modelo não dependem de qualquer outra, ou dependentes, se tiverem seu

[31] PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Coord.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 555-574.

comportamento explicado pela variação qualitativa ou quantitativa ocorrida em uma outra variável do modelo.

Essas variáveis, abarcando as categorias econômicas que figuram no corpo da hipótese devem ter sua observação empírica — a coleta de dados e informações — planejada, programada de tal modo que possibilite avaliação qualitativa ou quantitativa em termos empíricos. Em alguns casos, os modelos são alimentados com estimativas factíveis ou plausíveis dada a dificuldade de acesso a dados precisos.

Vemos, pois, que uma pré-teoria, prototeoria ou mesmo um referencial teórico acabado está presente no enunciado de uma hipótese, uma vez que ela consiste exatamente no enunciado de relações entre variáveis.

No entanto, a pergunta fundamental é de onde vem a proposição que se configura numa hipótese a ser testada? A origem da hipótese ou conjectura científica passível de comprovação pode ser variada, podendo advir de inspiração ou deduções de premissas verdadeiras ou falsas. Não é de todo impossível que com base em premissas falsas se enunciem hipóteses verdadeiras. Por exemplo, até bem pouco tempo antes da modernidade, com a premissa falsa de que sendo a Terra plana e o céu estável, os navegadores marítimos noturnos conduziriam suas embarcações com êxito a partir da hipótese de que a estrela polar fornecer-lhes-ia uma referência confiável.

Assim, é inevitável a presença inconsciente ou o enunciado explícito de hipóteses uma vez que o processo do conhecimento humano implica e exige, como vimos, essa pré-ideação característica e de definição da teleologia no processo de trabalho humano em geral.

A formulação de hipóteses, por outro lado, é uma oportunidade fundamental para a explicitação dos valores, condicionamentos, perspectivas,

demarcações com as quais o observador, sujeito da pesquisa, lança-se na produção do saber científico. Na prática, a presença da hipótese principal e auxiliares de um trabalho científico pode se constituir numa camisa-de-força de todo o processo e um forte fator limitante se impedir a movimentação e dialogia do pesquisador no próprio processo de investigação. A proposta de tratamento das hipóteses de forma multidimensional tenta contemplar essa dificuldade[32]. Segundo o *método multidimensional*, o processo de pesquisa deveria ter condições práticas, financeiras e operacionais para possibilitar uma maior elasticidade, criatividade e desenvolvimento no próprio planejamento e programação da execução da pesquisa. Assim, a partir de um enunciado das hipóteses, que serviriam como ponto de partida, uma postura estratégica permitiria que o processo todo de abordagem e reflexão pudesse se redefinir e modificar seu percurso e desenvolvimento a partir das tentativas e erros inevitáveis na prática. Desse modo, a pesquisa não teria esquemas rígidos, elaborados *a priori* e não obedeceria ao modelo clássico e linear: construção do objeto, determinação das hipóteses, coleta dos dados, análise dos dados, estabelecimento dos resultados[33]. Essa prática multidimensional teria abertura e consistência para adaptar-se às situações que se apresentem, às descobertas de elementos desconhecidos que envolvem o objeto e aos problemas ignorados de início. O centro do processo é o contato criativo que se estabelece entre o sujeito e o objeto na prática e não propriamente o projeto inicial que propôs a pesquisa. Nesse sentido, redimensiona-se o papel das hipóteses no processo. A ciência formal, acadêmica em geral, ainda trabalha as hipóteses com a "vulnerável e precária dicotomia verdadeiro e falso"[34]

---

[32] PAILLARD, B. Sociologia do presente. In: PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. P. do (Org.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 129-140.
[33] Ibid., p. 135.
[34] CARDOSO, 1999, p. 129.

2.4.4 Métodos auxiliares na investigação econômica

Os métodos auxiliares encontram-se num nível mais prático e concreto da investigação. Não se prestam propriamente à explicação da essência ou natureza do objeto de pesquisa, mas à apreensão empírica de como ele existe na realidade. Esses métodos estão voltados para a obtenção de dados, ou seja, o elemento imediatamente empírico, a respeito da natureza, forma e comportamento do objeto de pesquisa, bem como do contexto em que se insere, podendo este variar no tempo e no espaço. Duas escolhas se colocam prontamente ao pesquisador: a escolha das fontes de dados e a escolha dos procedimentos técnicos e teóricos que transformarão esses dados em informações. Os dados empíricos, obtidos a partir das fontes previamente escolhidas, são, então, processados, avaliados e transformados em informação com base na metodologia geral e do referencial teórico eleitos pelo pesquisador. Os métodos auxiliares não são necessariamente excludentes entre si, podendo-se fazer uso de vários deles na mesma investigação. Descartando a experimentação, em pesquisa econômica, utiliza-se basicamente a observação, a comparação, a análise estatística, o estudo de caso, também chamado método monográfico.

2.4.4.1 Observação

A observação se origina no sentir, no olhar e no escutar. A observação é o modo exclusivo pelo qual se dá a apreensão da realidade que origina o saber como senso comum, ou saber popular. No entanto, se estiver instrumentalizada em procedimentos científicos, tanto tecnicamente como teoricamente, ela pode ser uma rica fonte de dados e informações a respeito do objeto de pesquisa. Os questionários, as entrevistas, documentos e depoimentos de toda ordem, além da observação direta, são meios válidos a serem utilizados na observação sistemática do objeto. No que tange à observação direta, ela é fundamental para que o pesquisador se aproxime,

inclusive fisicamente, do objeto a ser pesquisado, que pode ser indivíduos, coletividades ou estruturas e processos. A observação do objeto no seu local, quando é o caso, é importante, pois revela detalhes que podem ser muito úteis para análise crítica dos dados obtidos por meios formais. Além disso, sabemos que muitas informações não podem ser apreendidas a distância por meios formais. De fato, a interação entre sujeito-objeto possibilita o enriquecimento e aproveitamento criativo de oportunidades para revelar nuanças, principalmente as de natureza qualitativa, bem como para hierarquizar os dados segundo seu potencial informativo. Para essa acareação, o pesquisador deve se preparar nos aspectos técnico, metodológico e psicológico.

2.4.4.2 Comparação

A comparação de realidades no tempo (diacronia) e no espaço (sincronia) é um procedimento metodológico de grande utilidade, pois é por intermédio dele que se obtêm contrastes e semelhanças. No entanto, a comparação envolve riscos. O risco maior é o de diluir ou ressaltar diferenças e semelhanças de uma forma tendenciosa. A comparação deve estar metodologicamente, teoricamente e empiricamente muito bem amparada. A comparação no tempo pode revelar como se desenvolveu o comportamento do objeto de pesquisa no tempo.

2.4.4.3 Análise estatística

A análise estatística implica um refinamento bastante grande com relação à coleta bruta de dados e à análise de sua representatividade no universo que forma o objeto de pesquisa. Esse tipo de análise, além de auxiliar na qualificação da informação obtida, auxilia também na qualificação e delimitação do alcance das conclusões. Pela análise probabilística, a ocorrência futura do fenômeno pode ser estimada como campo de

possibilidades. Existe uma tendência a estigmatizar as conclusões estatísticas, probabilísticas, como semiverdades, pois não se chegou à certeza absoluta da ocorrência. No entanto, a idéia da probabilidade é tão rigorosa quanto os outros tipos de certeza. A física quântica não é menos operacional e preditiva do que a física newtoniana. A insatisfação com esse tipo de análise só pode vir da expectativa infundada de que o processo do conhecimento científico tem a possibilidade de estabelecer precisamente todo o elenco e o comportamento de todas as variáveis envolvidas com a realidade do objeto. Na verdade, a causa não é linear, mas complexa. É exatamente o reconhecimento da natureza infinitamente complexa da realidade que qualifica os resultados da análise probabilística como rigorosos.

No entanto, mesmo a análise probabilística apresenta uma natureza complexa. Um dos problemas postos pela análise probabilística é o de que no rol das *n* ocorrências elencadas pelo pesquisador como possíveis não estejam presentes ocorrências que, sendo igualmente possíveis, escaparam à análise prospectiva do pesquisador. Em Economia, a abrangência desse rol de possibilidades é condicionada pelo método de pesquisa, pelo referencial teórico e pelos valores e condicionamentos subjetivos do pesquisador. Um compromisso assumido conscientemente num determinado momento, adquirindo a força de um elemento da prática cotidiana do pesquisador, pode constituir-se como uma cadeia de critérios mecânicos, verdadeiros filtros, agora que foram inconscientemente incorporados ao processo de pesquisa. Desse momento em diante, configura-se um problema de percepção, área em que a Psicologia da *Gestalt* (psicologia da percepção) tem pesquisado bastante.

Temos o interessante experimento com cartas de baralho, nas quais muitas delas eram normais, porém outras eram modificadas, como um seis de copas preto. As cartas anômalas, com uma exposição curta, eram geralmente identificadas como normais, sem hesitação ou perplexidade. A

observação curta é típica nas atividades rotineiras e mecânicas, mesmo em ciência. Com o aumento do tempo de exposição de cada carta, os observadores começavam a hesitar na identificação das cartas anômalas. Duas reações se estabeleciam então: alguns esforçavam-se e, a partir da percepção e conscientização da anomalia, não mais erravam em classificar as cartas. Outros, cerca de 10%, mesmo com um aumento em 40 vezes do tempo de exposição de cada carta, não conseguiam identificar a anomalia e tinham *grande aflição* ao observar sem distinguir a anomalia e, em casos extremos, sem distinguir ao menos o naipe da carta[35].

Para Kuhn, esse experimento ilustra o grau de condicionamento e distorção a que os homens de ciência podem estar sujeitos por serem vítimas de condicionamentos advindos de convenções relativas a paradigmas aceitos e exercitados cotidianamente. Se considerarmos que a reprodução cultural se dá pelo martelamento constante de valores e padrões na mídia cotidiana, esses condicionamentos de que fala Kuhn tornam-se dramáticos.

2.4.4.4 Estudo de caso: método monográfico

O método monográfico caracteriza-se pela análise aprofundada a respeito de um objeto restrito, que ou é significativo, por causa da importância de suas relações com a totalidade da qual faz parte, ou é significativo como caso típico ou exemplar de fenômenos da mesma espécie, ou em outros termos, é um caso típico de uma população de fenômenos da mesma espécie. O estudo de caso, como o do Banco do Brasil, é importante para entendermos o perfil e o comportamento do financiamento à agricultura brasileira. O estudo detalhado de uma pequena confecção de artigos de vestuário popular pode revelar com riqueza de detalhes o modo de operação, o processo de tomada de decisão e a estrutura produtiva e financeira que

[35] KUHN, Thomas S. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 89, 285-343.

ilustraria a condição de existência de uma grande gama de empresas da mesma classe. A cautela deve se dar nas duas pontas da pesquisa. O primeiro foco de cautela diz respeito aos critérios de escolha do objeto específico a ser pesquisado, o que se dá em função de sua importância para a dinâmica do setor do qual faz parte, ou de sua representatividade como expressão típica do conjunto dos fenômenos da mesma espécie. Para tanto, requer-se um estudo exploratório para a escolha do caso. O outro foco de cautela diz respeito à generalização das conclusões da pesquisa empreendida no estudo do caso, o que só pode ser feito com maior grau de precisão a partir de uma segunda pesquisa, agora orientada para abordar como objeto o próprio conjunto no qual o caso consta como parte integrante.

2.5 NATUREZA DO OBJETO E MODALIDADES DE INVESTIGAÇÃO ECONÔMICA

O objeto de pesquisa *grosso modo* pode ser classificado como os de natureza teórica, que dariam ensejo a pesquisas teóricas, e os de natureza factual, ensejando pesquisas empíricas. Essas duas modalidades de pesquisa teriam como distinção básica o grau de abstração, o distanciamento dos fatos concretos em que se desdobram e se desenvolvem. No entanto, as duas modalidades são igualmente científicas uma vez que implicam desenvolvimento lógico da demonstração da tese e da verificabilidade de suas fontes e informações.

2.5.1 A pesquisa teórica

A pesquisa teórica pura trata do desenvolvimento, confrontação crítica, síntese de modelos e formulações teóricas em que não está presente de modo sistemático a confrontação dos modelos com o mundo dos processos

empíricos[36]. Nesse sentido, o aspecto relevante da análise teórica passa a ser a consistência lógica, epistemológica, ontológica e até histórica dos modelos ou formulações. Por exemplo, em que circunstância o arcabouço marxiano, ou seja, próprio de Marx, estaria sujeito à dialética do chamado materialismo histórico? Se assim o fosse, estaria ele sujeito à sua auto-superação com a evolução e desdobramentos preconizados pelo próprio esquema de análise marxiano para o modo de produção capitalista? Até que ponto o modelo marxiano reflete as condições próprias de um modelo de *capitalismo concorrencial* e teria plena ou parcial validade num modelo de *capitalismo monopolista*? Até que ponto uma formulação teórica resiste a alterações em seus pressupostos? Se concebêssemos a plena disponibilidade de informações aos agentes econômicos e facultássemos a esses a plena capacidade de otimizar seus modelos de análise e de formação de expectativas, em que circunstância manter-se-iam os prognósticos da curva de Phillips? Será que o nível de emprego aumentaria com a inflação ou o resultado de uma política de pleno emprego causaria mais inflação? O que aconteceria na determinação do equilíbrio macroeconômico de uma economia se o fator principal que determinasse o nível de poupança deixasse de ser a taxa de juros e passasse a ser o nível de renda pessoal? E se em vez da taxa de juros, o determinante do nível de investimentos fosse principalmente as expectativas empresariais com relação ao futuro? Será que o equilíbrio no emprego de todos os recursos produtivos disponíveis poderia ser atingido automaticamente pelo livre funcionamento das forças de mercado? A obra magna de Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, de 1936, por exemplo, foi de natureza teórica uma vez que apresenta uma explicação para a tendência a instabilidades econômicas, sem no entanto preocupar-se com uma confrontação empírica imediata.

[36] MUNHOZ, 1989, p. 29.

Um dos elementos-chave que compõem uma pesquisa de natureza teórica é um levantamento o mais completo possível das posições a respeito do problema abordado. A elaboração de um *survey* (estudo; levantamento; pesquisa) exaustivo, em torno dos autores ou temas que formam o objeto da pesquisa, serve para expor o estado da arte em que se encontra a elaboração teórica a respeito. O mapeamento conceitual e as análises até então elaboradas formam o quadro em que a elaboração em curso deve desenvolver-se.

Quando se trata de avaliar a relevância histórica de um modelo ou formulação teórica, compara-se essa formulação com uma síntese, igualmente modelar, teórica, da realidade. Não se trata, portanto, de compreender a realidade empírica em si. Trata-se de verificar até que ponto o modelo em foco, objeto da pesquisa, dá conta dos pressupostos de algum modelo, ou aspecto de modelo, que se adote como síntese da realidade.

A clareza com relação ao referencial teórico de análise, bem como quanto à postura metodológica geral são fundamentais para que os critérios, procedimentos e consistência da investigação teórica tenham êxito.

Hoje, diante da crise paradigmática que enfrentamos, em que a separação entre os diferentes ramos do conhecimento coloca limites sérios à compreensão de fenômenos cada vez mais complexos, é necessário um trabalho de integração científica de natureza essencialmente teórica em que a junção das diferentes áreas deve ser elaborada cuidadosamente e pormenorizadamente. Em que circunstância os pressupostos de uma teoria, o estatuto de uma determinada ciência podem colidir com os de outra com a qual se busca formar um espaço conceitual maior e mais completo para o aprofundamento das investigações científicas?

Atualmente retoma-se, sob a forma de um questionamento ético, uma problemática básica da ciência econômica, voltada para a seguinte

preocupação: qual a validade da economia? O nome mais tradicional para essa área de preocupação era o de Filosofia Econômica. Os desenvolvimentos nessa área procuram verificar a consistência lógico-existencial com as finalidades humanas de um sistema econômico. Trata-se de confrontar analiticamente um modelo do humano com um modelo econômico. Qual é a natureza humana? Ela é imutável ou histórica? Ela estaria no *homos economicus* ou no homem freudiano? Que sistema econômico expressaria e realizaria melhor ou plenamente a concepção de natureza humana adotada pelo investigador? Qual a consistência dos pressupostos do modelo econômico com os do homem? A investigação, nesse nível, transitaria para a antropologia econômica, pois estaríamos já no campo das relações entre o homem (cultura) e o seu meio (natureza). No entanto, se ainda nesse caso, perguntássemos se e em que circunstância a população e a economia brasileiras neste momento aderem à concepção de homem e de economia que adotamos, a pesquisa estar-se-ia desdobrando para uma modalidade diferente, ou seja, para o confronto entre o teórico e a realidade, deixando de ser puramente teórica.

É necessário lembrar que mesmo nos estudos teóricos mais abstratos, como aqueles voltados para a análise das teorias econômicas das escolas dos séculos XVIII e XIX, é impossível evitar o contágio na abordagem. É impossível evitar a perspectivação em função dos problemas e dilemas atuais do meio em que o próprio investigador vive. Uma atenção mais acurada sobre o produto dessas investigações acaba mostrando que, implícita ou explicitamente, o recorte de análise escolhido pelo investigador destaca elementos desses corpos teóricos do passado que alimentam alguma polêmica viva no presente.

2.5.2 A pesquisa empírica ou aplicada

Sem que seja necessário nos alongarmos no tratamento dessa modalidade de pesquisa, pelo fato de ela ter sido tratada no decorrer de todo este capítulo, as pesquisas empíricas ou aplicadas são aquelas que elegem como objeto a própria realidade. As exigências com relação à abordagem da realidade apresentam-se por excelência nessa modalidade de pesquisa. Ela é a que constitui o caso típico de esforço científico abordado nos estudos de filosofia da ciência, epistemologia e metodologia. Essa é a modalidade de pesquisa que de um modo crucial e mais imediato é responsável pelo desenvolvimento da ciência e sua função histórica e social. Ela, em última instância, instrumentaliza a ação do homem sobre a natureza e, por vezes, assume na economia as formas mais tangíveis de tecnologias de produção ou de intervenção privada ou pública no corpo social e nos mercados[37].

Tanto com relação às pesquisas puramente teóricas quanto às puramente aplicadas, é impossível dicotomizar a preocupação exclusivamente teórica com a preocupação exclusivamente prática ou empírica. Já vimos que, para o caso de encararmos a pesquisa como processo, o momento teórico e o prático se mesclam e se desdobram por intermédio de momentos de ênfase em um ou outro esforço por parte do investigador percorrendo e fazendo sua própria história intelectual, respondendo às questões postas pela sua realidade.

[37] MUNHOZ, 1989, p. 30.

ANEXO A — *Manifesto de Economistas Contra o Pensamento Único e Manifesto dos Estudantes Franceses Contra o Pensamento Único*

Um amplo movimento contra o pensamento único em economia teve início em junho de 1996, com o intuito de *trazer de volta aos debates acadêmicos sua dimensão política* e para superar a idéia de que os problemas contemporâneos requerem apenas uma solução. Apresentamos a seguir o *Manifesto dos economistas* tal qual publicado pela *Revista da sociedade brasileira de economia política*, n. 1, de 1997, p.188/9. Até 14 de junho de 1995, o documento havia sido assinado por cerca de 120 economistas franceses, ou radicados na França, de renome científico mundial.

Comunicação: manifesto de economistas contra o pensamento único

Os movimentos sociais dos últimos meses revelaram a existência de um profundo mal-estar social que ultrapassa amplamente o descontentamento suscitado pelo plano de reforma da seguridade social divulgado pelo governo[38] no mês de novembro [de 1995][39]. Esses acontecimentos são a expressão do crescente descompasso entre o estreito caminho traçado pelos dogmas de um *pensamento único* abundantemente difundido na mídia e as aspirações de uma ampla parte da população. Tal situação não pode deixar-nos indiferentes, por duas razões.

Porque, na qualidade de economistas, constatamos que certas decisões de política econômica — freqüentemente apresentadas como inelutáveis — estão sendo legitimadas por meio de uma apresentação

[38] Governo francês do primeiro-ministro Alain Juppé.

[39] O referido *descontentamento* remete ao poderoso movimento de greves e manifestações que, em novembro-dezembro de 1995, expressou clara e abertamente a rejeição do povo francês à política neoliberal do governo do primeiro-ministro Alain Juppé; o movimento teve seu ponto de partida na greve do funcionalismo público (os ferroviários sendo sua ponta de lança) contra o plano governamental de *saneamento* (isto é, desmantelamento) do sistema de seguridade social (saúde e previdência social).

caricatural e redutora dos acontecimentos econômicos. O discurso dos *peritos* oficiais, segundo o qual não existe outra política possível, não parece sofrer questionamento algum — apesar do evidente fracasso dessa política em relação ao objetivo de redução do desemprego e das desigualdades. Entretanto, um debate está em curso entre os economistas. Por um lado, as correntes heterodoxas de nossa disciplina são portadoras de alternativas que, apesar de seus limites, podem contribuir para ampliar o leque das políticas possíveis. Por outro lado, as abordagens econômicas mais ortodoxas e amplamente majoritárias estão longe de fornecer embasamentos incontestáveis que permitam justificar o prosseguimento da política econômica desenvolvida há mais de dez anos. Apenas uma apresentação redutora, às vezes, no mais alto grau, das contribuições da pesquisa econômica permite tal amálgama.

Porque, na qualidade de cidadãos, pensamos que as decisões de política econômica devem ser o objeto de um debate pluralista que pode nutrir-se proveitosamente das contribuições, às vezes, contraditórias, da reflexão econômica, desde que essa não se atole na abstração de jogos intelectuais, mas desemboque na expressão de alternativas úteis às forças sociais e sindicais que poderiam beneficiar-se delas.

Conseqüentemente, recusamos o amálgama que consiste em legitimar certas decisões políticas com o selo da *cientificidade*; por outro lado, estamos preocupados em restituir aos debates acadêmicos sua dimensão política. Procuramos fazê-lo trazendo nossa contribuição à realização das aspirações que recentemente se expressaram[40].

É por esse motivo que lançamos um apelo a todos os pesquisadores no sentido de que se engajem numa reflexão fundamental com o fim de clarificar o leque das políticas possíveis. Por meio dessa reflexão comum, o

[40] A frase remete ao quadro político-social do primeiro parágrafo deste texto.

objetivo é avançar na formulação de uma expressão coletiva que, hoje, nos parece fazer falta em função, notadamente, da fragmentação da área da economia em múltiplos campos especializados de maneira extremamente estreita.

O escopo dessa reflexão crítica poderia concernir os fundamentos do pensamento econômico e, em particular, as hipóteses e representações implícitas que modelam os discursos econômicos. Outrossim, três questões cruciais do período atual poderiam, a curto prazo, estruturar essa reflexão. Em primeiro lugar, qual é a margem de manobra em termos de política macroeconômica? Em segundo lugar, quais são os diferentes conteúdos possíveis para a política empregatícia? Em terceiro lugar, quais são os diferentes caminhos para uma reforma da proteção social?

Todos nós, abaixo-assinados, partilhamos a convicção de que apenas uma reflexão ampla, pluralista, contraditória, pode permitir a superação do impasse ao qual nos conduz, hoje, um *pensamento único* que aparece cada vez mais em descompasso com as realidades deste final de século. Numerosas forças críticas, atualmente dispersas, podem contribuir para essa reflexão. O movimento social nos convida, mais do que nunca, a reuni-las.

* * *

Conhecido como o *Manifesto dos estudantes de Paris contra o ensino único*, apresentamos este documento, encaminhado ao final de maio de 2000, tal como figura na *Revista da sociedade brasileira de economia política*, n.º 7, de dezembro de 2000, p.142/3. Ele repercute o movimento iniciado pelo manifesto de economistas de junho de 1996 citado anteriormente. Segue a carta aberta dos estudantes de economia aos professores e responsáveis pelo ensino dessa disciplina:

"Nós, estudantes de economia das universidades e grandes escolas francesas, nos declaramos inteiramente descontentes com o ensino recebido pelas seguintes razões:

1) Abandonemos os mundos imaginários!

A maior parte entre nós escolheu o curso de economia para adquirir uma compreensão aprofundada dos fenômenos econômicos aos quais o cidadão de hoje é confrontado. Ora, tal como o ensino é ministrado — na maior parte dos casos trata-se do ensino da teoria neoclássica ou de correntes derivadas dela — não atende a essa expectativa. Com efeito, se a teoria legitimamente destaca-se das contingências em um primeiro momento, ela raramente efetua o retorno necessário aos fatos: a parte empírica (história dos fatos, funcionamento das instituições, estudo dos comportamentos e das estratégias dos agentes) é praticamente inexistente. Por outro lado, esse afastamento do ensino em relação às realidades concretas coloca necessariamente um problema de adaptação para aqueles que gostariam de se tornarem mais úteis para os atores econômicos e sociais.

2) Não ao uso sem controle dos métodos quantitativos!

A utilização do instrumental quantitativo parece necessário. Mas o recurso à formalização matemática — quando ela deixa de ser um instrumento e torna-se um fim em si mesma — conduz a uma verdadeira esquizofrenia em relação ao mundo real. A formalização permite, em compensação, construir facilmente exercícios, *transformar* os modelos, os quais o importante é encontrar *o bom* resultado (isto é, o resultado lógico em relação às hipóteses de partida) para poder fornecer uma boa imitação. Isso facilita a notação e a seleção, sob uma cientificidade aparente, mas jamais corresponde às questões que nós nos colocamos sobre os debates econômicos contemporâneos.

3) Por um pluralismo de abordagens em economia!

Na maior parte das vezes, a aula magna não deixa espaço para a reflexão. Entre todas as abordagens existentes, geralmente nos é apresentada apenas uma e ela pretende explicar tudo segundo um desenvolvimento puramente axiomático, como se fosse *A* verdade econômica. Nós não aceitamos esse dogmatismo. Nós queremos explicações plurais, adaptadas à complexidade dos objetos e à incerteza que cobre a maior parte das grandes questões econômicas (desemprego, desigualdades, lugar da finança, vantagens e inconvenientes do livre comércio entre outros).

4) Apelo aos professores: acordem antes que seja tarde demais!

Nós bem sabemos que nossos professores estão submetidos a certos constrangimentos. Mesmo assim nós solicitamos o apoio de todos aqueles que compreendem nossas reivindicações e que desejam mudanças. Se isso não ocorrer rapidamente, o grande risco é de que os estudantes, que já começaram um movimento de retirada, abandonem em massa um curso que ficou desinteressante, porque foi desligado da realidade e dos debates do mundo contemporâneo.

NÓS NÃO QUEREMOS MAIS FAZER DE CONTA QUE ESTUDAMOS ESSA CIÊNCIA AUTISTA QUE QUEREM NOS IMPOR.

Nós não pedimos o impossível, mas unicamente o que o bom senso pode sugerir a todos nós. Portanto, nós esperamos ser atendidos o mais rápido possível".

Referências Bibliográficas

AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CARDOSO, O. O. Hipótese na pesquisa científica: conjecturas necessárias. **Revista Unicsul**, São Paulo, n. 5, p. 122 et. seq.

EATON, B. Curtis; EATON, Diane F. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

FERGUSON, C. E. **Microeconomia**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1989.

FRIEDMAN, Milton. **Teoria dos preços**. Rio de Janeiro: Apec, 1971, p. 9.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KUHN, Thomas S. Reflexões sobre meus críticos. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 285-343.

LACOSTE, J. **A filosofia no século XX**: ensaio e textos. Campinas: Papirus, 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. **O gattopardo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UNB, 1989.

PAILLARD, B. Sociologia do presente. In: PENA-VEGA, A.; NASCIMENTO, E. P. do (Org.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 129-140.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2002.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Coord.). **Manual de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 555-574.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

POSSAS, L. M. **Estruturas de mercado em oligopólio**. Campinas: Hucitec, 1985.

RANGEL, I. **A inflação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Bienal, 1986.

SANTO, A. E. **Delineamentos de metodologia científica**. São Paulo: Loyola, 1992.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad**. Buenos Aires: Paidos, 1994.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought**. New York: Oxford University Press, 1995.

SIMONSEN, M. H. **Ensaios analíticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

Capítulo 3

A Dimensão Teórica da Elaboração da Monografia

Uma monografia é, genericamente, qualquer trabalho de pesquisa e/ou elaboração teórica sobre um tema específico. Dessa forma, são considerados trabalhos monográficos desde uma pesquisa de um estudante de nível médio, a um trabalho de conclusão de curso para os estudantes de Ciências Econômicas; até uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Como um trabalho científico, a monografia deve seguir certa metodologia quanto à sua elaboração e apresentação. Essa metodologia ainda hoje está marcada pela tradição da ciência moderna, que tem suas raízes no século XVII, seguindo o método desenvolvido por Bacon e Descartes[1].

Este capítulo define, inicialmente, o que é uma monografia; como deve ser sua estrutura e o seu conteúdo; a importância da teoria econômica para a elaboração da monografia, bem como a importância dessa elaboração para a formação profissional. Cabe alertar desde o início dessa exposição que a monografia não deve se restringir a um trabalho meramente acadêmico ou teórico. Além desses aspectos, a monografia pode e deve abranger aspectos e experiências da economia aplicada, abrindo espaço para trabalhos que tratam de questões da prática profissional do economista nas mais variadas áreas.

3.1 *O QUE É A MONOGRAFIA*

Monografia, segundo o Novo Dicionário Aurélio, é uma "dissertação ou estudo minucioso que se propõe esgotar determinado tema relativamente restrito"[2]. Já conforme o dicionário francês *Petit Robert*, uma monografia é um "estudo completo e detalhado que se propõe esgotar um sujeito preciso

[1] FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982. p. 19-23.
[2] FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

relativamente restrito"[3]. Em linguagem menos formal: uma monografia se propõe a dizer muito sobre pouco. Assim, uma monografia pode ser uma tese de doutorado comprometida com a originalidade e com a inovação; uma dissertação de mestrado, em que a originalidade não é fundamental, mas pressupõe o domínio da literatura pertinente ao tema tratado; até um trabalho de fim de curso de graduação. Aqui, o estudante deve demonstrar familiaridade com a bibliografia existente sobre o tema escolhido, considerando as melhores teses, artigos e livros publicados sobre esse tema; demonstrar capacidade de articular as várias disciplinas e conhecimentos do curso de graduação; e, finalmente, demonstrar capacidade de redação e habilidade no uso de programas de computação (*Word* e *Excel*, entre outros). Enfim, definir um tema específico e desenvolvê-lo adequadamente, resultando em um produto final que tenha características de um artigo científico, passível de publicação uma vez que desenvolve um raciocínio lógico sobre esse tema, apoiado em uma bibliografia relevante, seguindo as regras e padrões usuais de citações e chegando a determinadas conclusões.

A monografia foi introduzida nos cursos de Ciências Econômicas a partir da Resolução n. 11, de 26 de junho de 1984, do Conselho Federal de Educação, que fixou o currículo mínimo dos cursos de Ciências Econômicas no Brasil:

Art. 6º. A Monografia consistirá de um trabalho de graduação, a ser elaborado individualmente pelo estudante, sob a orientação de um professor, e submetido à aprovação de uma comissão de professores, designada pelo colegiado do curso ou órgão equivalente.

Parágrafo único. Só poderão candidatar-se à elaboração da Monografia os alunos que já tiverem completado pelo menos 1.800 (mil e oitocentas)

[3] PETIT ROBERT. **Dictionnaire de la langue française**. Montréal, Canada: Les Dictionnaire Robert, 1990.

horas/aula do currículo pleno (ou seja, dois terços do mínimo fixado no art. 1º.).

Além desses aspectos formais, houve também a preocupação de fixar conteúdos. "A monografia deverá abordar temas concretos, de preferência algum aspecto da economia nacional. Não são desejáveis trabalhos de natureza teórica, mais compatíveis com a pós-graduação" (Parecer 375/84, Conselho Federal da Educação). Além disso, segundo esse Parecer, elaborado pelo Professor Armando D. Mendes, relator do processo que homologou o novo Currículo Mínimo, a forma final que a monografia deve assumir é a de um artigo aceitável eventualmente para publicação em revista especializada.

A Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (ANGE), o Conselho Federal de Economia (Cofecon), os Conselhos Regionais de Economia de São Paulo, Rio de Janeiro e demais Estados brasileiros, participaram da elaboração e discutiram exaustivamente o novo currículo mínimo e a questão da monografia. A introdução desse trabalho de conclusão de curso, com a disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia, visava possibilitar a elaboração de um trabalho que articulasse o conjunto dos conhecimentos e habilidades adquiridos durante o curso de Ciências Econômicas. O objetivo era o de permitir um exercício abrangente de pesquisa, comprometido com o estudo da realidade brasileira, e que contemplasse aspectos empíricos e teóricos dessa realidade. Desse modo, haveria espaço para trabalhos acadêmicos e/ou teóricos e espaço para trabalhos empíricos e/ou práticos, mais voltados para as chamadas atividades profissionais.

Enfim, o espírito subjacente à introdução da monografia no final dos cursos de Economia pressupunha um trabalho de pesquisa de qualidade, tanto com preocupações mais acadêmicas, quanto com preocupações com a economia aplicada, mais voltada às atividades profissionais. É dentro

desse espírito que vêm sendo elaboradas as monografias nos principais centros de estudo de economia do país.

3.2 MONOGRAFIA: SUA ESTRUTURA E CONTEÚDO

A estrutura da monografia segue as regras de exposição de um trabalho científico. Assim, em todo trabalho monográfico deve haver uma *Introdução*, em que se expõe o conteúdo que será desenvolvido em seguida, dividido em vários capítulos, e uma *Conclusão*, em que serão reiterados os principais elementos expostos ao longo do trabalho, as mais relevantes questões abordadas, as descobertas e confirmações. Enfim, na *Introdução* o estudante vai apresentar um resumo do corpo do trabalho que virá a seguir, enquanto na *Conclusão* virá um resumo dos principais resultados a que se chegou no corpo desse trabalho. É importante ressaltar, ainda, que a forma da exposição não segue, necessariamente, a ordem da elaboração do trabalho. Por exemplo, a *Introdução*, em sua versão final, só será escrita após a conclusão do trabalho, apesar de que, desde o início da elaboração da monografia, o estudante deva fazer uma *Introdução* provisória, decorrente do primeiro sumário-tentativa por ele elaborado. O projeto de pesquisa é a fonte para a versão inicial da *Introdução*. Cabe ressaltar que quanto maior a clareza na definição do assunto e do tema, e quanto melhor for redigida essa primeira versão da *Introdução*, melhor será o desenvolvimento posterior de todo o trabalho.

Se o objetivo da monografia é o estudo completo e detalhado de um sujeito restrito, esse estudo formará o corpo do trabalho. Essa será a parte substantiva, a pesquisa propriamente dita. Mas esse corpo irá requerer uma *Introdução*, na qual será apresentada uma visão prévia do trabalho, seus objetivos, os principais resultados que se buscam, bem como uma

breve menção ao quadro teórico seguido pelo autor, além da metodologia seguida e os procedimentos técnicos de pesquisa adotados. A *Conclusão*, ao final, deverá realçar de forma objetiva os resultados atingidos com a pesquisa. Evidentemente, deve haver coerência no conjunto do trabalho, uma vez que as várias partes da monografia estão separadas apenas por uma questão formal da exposição, mas devem compor um todo articulado e sem contradições. Se for o caso, ainda poderão constar eventuais *Apêndices* e *Anexos*, como trechos de legislação, desenvolvimentos estatísticos e/ou econométricos, entrevistas, dentre outros. Como em todo trabalho científico, no final virão as *Referências Bibliográficas*, contendo a bibliografia efetivamente utilizada, seguindo-se as regras pertinentes para as citações.

Dessa forma, as monografias, assim como os artigos científicos, geralmente possuem uma estrutura bastante assemelhada. É exatamente essa estrutura assemelhada que permite a comparação entre os trabalhos, a verificação e confirmação da bibliografia utilizada e, principalmente, a verificação e a confirmação das conclusões obtidas no trabalho. É claro que, às vezes, há trabalhos elaborados e apresentados de forma mais livre, segundo especificidades da área de saber considerada, como trabalhos ligados às artes, como música, pintura, fotografia e dança. Outras vezes, um autor já consagrado apresenta sua elaboração teórica mais livremente, sem as *amarras* do chamado método científico, nem as preocupações de citar de forma clara e detalhada as obras que estão sendo utilizadas. Essas liberalidades metodológicas só se aplicam a um restrito grupo de autores, sendo que a maioria dos simples mortais deve-se ater às regras e formalismos geralmente utilizados nos trabalhos acadêmicos e de pesquisa em geral.

Mas, preocupações formais à parte, o que é fundamental no trabalho monográfico é o seu conteúdo, devendo residir aí a nossa maior preocupação. O conteúdo da monografia deve ser exatamente aquele definido já no seu título e exposto na sua *Introdução*, na qual precisam estar evidentes quais

os objetivos do trabalho. Um grave erro de um trabalho monográfico ocorre quando o corpo do trabalho, o conteúdo propriamente dito, não evolui na direção que o título e os objetivos indicam. Em linguagem mais simples, o trabalho monográfico deve entregar aquilo a que se propõe. Esse problema, embora pareça algo óbvio, muitas vezes ocorre em vários trabalhos monográficos. Por isso, é fundamental a presença constante do professor orientador, chamando a atenção para os desvios de percurso que podem ocorrer, insistindo para que o estudante se concentre nas questões principais sem se perder em questões secundárias. Enfim, é fundamental que o estudante mantenha o foco de seu trabalho, conforme definido claramente nos objetivos. Caso isso não ocorra, haverá uma forte tendência para desvios de percurso, tratamento de temas laterais que seriam pertinentes a outras monografias e, principalmente, a dissipação de esforços em conseqüência dessa postura equivocada. Em resumo, definidos claramente os objetivos e elaborado o sumário do trabalho a ser desenvolvido, esses elementos deverão servir como uma bússola e um mapa a fim de orientar todos os passos do estudante. Cada vez que esse se sentir perdido ou fora de rota, deve consultar os seus balizadores para conduzir a monografia com precisão ao seu porto seguro.

3.3 *O USO DA TEORIA ECONÔMICA NA MONOGRAFIA*

O que torna a monografia um trabalho científico é exatamente o arcabouço teórico da Ciência Econômica. No trabalho científico, não há espaço para o senso comum ou a falta de certeza: o pesquisador não acha nada, ele se apóia em teorias científicas, observações empíricas e elaborações estatísticas. É essa postura e esses procedimentos que formarão

o chamado *método científico*. Mesmo quando o trabalho monográfico for empírico, isto é, um estudo de caso em que o autor vai fazer um levantamento estatístico, medindo as manifestações concretas de um determinado fenômeno econômico, o uso da teoria é fundamental[4]. Em primeiro lugar, é essencial a definição precisa das variáveis utilizadas. Por exemplo, quando o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Dieese (Departamento de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos) medem o índice de desemprego nas regiões metropolitanas, chegam a resultados que variam em mais de 100%. A explicação para isso é a definição de desemprego que cada um dos institutos adota. Enquanto o IBGE utiliza o conceito de desemprego restrito, isto é, verifica tão-somente quem procurou emprego na última semana, o Dieese trabalha com o conceito de desemprego amplo, verificando quem procurou emprego no último mês; considerando também o trabalho informal, o *bico*, como desemprego; medindo ainda o desemprego por desalento, ou seja, aquele trabalhador que desistiu de procurar emprego; e medindo o desemprego para trabalhadores a partir dos 10 anos de idade. Essas questões são tão relevantes que, a partir de 2003, o IBGE vai modificar a sua metodologia de cálculo do desemprego, aproximando-a mais daquela utilizada pelo Dieese. Assim, a definição precisa das variáveis é um ponto de partida fundamental em qualquer tipo de pesquisa. Alguns desses conceitos, inclusive, implicam complexas discussões teóricas, por exemplo, os conceitos de capital, eficiência marginal do capital, trabalho produtivo, excedente econômico, mais-valia, hiperinflação e renda nacional[5].

Em segundo lugar, é a Teoria Econômica que permite definir como as variáveis econômicas se articulam. Por exemplo, quando Ricardo desenvolve a teoria das vantagens comparativas relativas, ele pressupõe um modelo de economia internacional baseada no livre comércio e no padrão

[4] FERRARI, 1982, p. 119-125
[5] CASTRO, C. de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

ouro[6]. No trabalho monográfico dos cursos de Economia, a utilização da Teoria Econômica é a estrutura que dá sustentação ao projeto de pesquisa. Seja em um trabalho empírico, como já assinalado, seja em um trabalho teórico, em que o estudante irá comparar a posição de vários autores quanto a determinada questão. Por exemplo, o estudo da evolução histórica da questão da demanda, desde os autores clássicos até o princípio da demanda efetiva de Keynes.

Assim, o trabalho monográfico deve, obrigatoriamente, incorporar, direta ou indiretamente, a Teoria Econômica, mesmo quando o estudante elabora uma monografia basicamente empírica. Nesse caso, a teoria será essencial para definir as variáveis, bem como estabelecer a articulação entre elas.

Enfim, lembrando as palavras de Newton, somente se apoiando nos ombros dos gigantes que avançaram na elaboração teórica é possível enxergar mais longe e ter elementos para uma análise científica da Economia e da Sociedade.

3.4 IMPORTÂNCIA DA MONOGRAFIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A monografia algumas vezes é encarada meramente como mais um trabalho acadêmico, uma obrigação constante do currículo mínimo dos cursos de Ciências Econômicas. Em algumas faculdades, a monografia é, às vezes, uma verdadeira barreira à saída: o estudante conclui o curso, mas não pode fazer a colação de grau, pois não conseguiu terminar a monografia. Felizmente, a experiência de um amplo conjunto de faculdades em todo o Brasil mostra que esta não é a situação habitual. Quando há um trabalho sério

[6] RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

e objetivo na orientação da elaboração da monografia, precedido igualmente por um bom curso de Técnicas de Pesquisa em Economia, os estudantes não enxergam a monografia como um obstáculo, mas sim como um desafio estimulante, que certamente será superado. Na fase final da elaboração da monografia, é visível, inclusive, o enorme orgulho dos estudantes pelo trabalho realizado.

Na verdade, o desafio da elaboração de um trabalho de conclusão de curso é o desafio de aprender a fazer pesquisa. E quando se fala em pesquisa, isso não se restringe somente às pesquisas estritamente acadêmicas. A chamada sociedade do conhecimento, caracterizada pela necessidade do estudo e atualização permanentes, requer que o profissional de qualquer área esteja preparado e treinado para implementar projetos e elaborar pesquisas em seu dia-a-dia de trabalho, já que o processo de pesquisa pressupõe a busca de informações, o seu ordenamento e hierarquização, disciplina e método em sua análise e, finalmente, a capacidade de se chegar a conclusões, bem como a sua utilização prática. Não é outra coisa que faz, por exemplo, um operador de mesa em um banco de investimentos.

Nesse sentido, o estudante deve ter claro que a monografia não deve ser necessariamente acadêmica ou teórica. Pode e deve aproveitar a eventual experiência profissional do estudante quer no emprego, quer no estágio, além de poder ser utilizada como um preparo e treinamento para uma futura inserção profissional. Por exemplo, um trabalho monográfico sobre a Bolsa Mercantil e de Futuros de São Paulo pode capacitar o estudante para um futuro estágio ou emprego em uma corretora. Trabalhos monográficos com abordagens setoriais podem abrir oportunidades para empregos nas áreas analisadas, como analista de investimentos, consultor em diversos campos ou gestor de recursos.

Assim, o estudante deve ter claro, desde o curso de Técnicas de Pesquisa em Economia, que ele pode e deve dirigir o seu trabalho monográfico para assuntos e temas voltados à questão profissional. Esse treinamento é necessário, pois qualquer que seja a área do futuro exercício profissional do estudante, será obrigatória a elaboração de trabalhos escritos, na usual forma de relatórios, pareceres ou pequenos informes[7]. Evidentemente, o aluno com interesses mais acadêmicos terá todo o espaço e o apoio para essa empreitada. Mas, seja qual for a inclinação do estudante, é importante a presença atuante do orientador, bem como contatos com outros professores do curso, além dos imprescindíveis contatos com profissionais das diversas áreas da Economia.

Como trabalho de conclusão de curso, a monografia é o primeiro cartão de visitas de um formando em Economia, quer em um processo de seleção para um curso de pós-graduação, quer em um processo seletivo para o início da carreira profissional. A elaboração de um trabalho de pesquisa, que pode conter de 30 a 60 páginas, ou até mais, certamente será usado como elemento para aferir a formação e as potencialidades futuras do economista recém-formado.

[7] VERSIANI, F. R. O novo currículo mínimo de economia e sua aplicação. **Literatura Econômica**, v. 6, n. 3, p. 411-428.

Referências Bibliográficas

BÊRNI, Duilio de Avila. (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTRO, C. de MOURA. **A prática da pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

CASTRO, N. J. **Princípios, objetivos, dificuldades e propostas à implantação da monografia nos cursos de Economia**. Seminário Nacional de Monografia e Técnica de Pesquisa, Rio de Janeiro, 26/7 de março de 1987. Mimeografado.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERRARI, A. T. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MENDES, A. D. **Parecer 375/84 do Conselho Federal de Educação**.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

PETIT, ROBERT. **Dictionnaire de la langue française**. Montréal, Canada: Les Dictionnaire Robert, 1990.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 8, n. 4, out-dez/1984.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VERSIANI, F. R. O novo currículo mínimo de economia e sua aplicação. **Literatura Econômica**, v. 6, n. 3, p. 411-428.

Capítulo 4

Como Elaborar uma Monografia

4.1 IDENTIFICAÇÃO E ESCOLHA DO TEMA

O caminho a ser seguido para a elaboração de uma monografia constitui-se de três passos fundamentais:

1) identificação e escolha do tema da pesquisa;
2) elaboração do *projeto de monografia*;
3) elaboração da *monografia*.

O primeiro passo para a elaboração de uma monografia considera a escolha do tema correspondente, o mesmo que se deduz de uma área e assunto próprios das ciências econômicas.

A *área* refere-se aos grandes campos ou categorias nos quais é usual se dividir o estudo da economia, tais como *economia geral*, *economia internacional*, *economia de empresas*, entre outras.

O *assunto* refere-se a um capítulo ou item particular das áreas de estudo assinalados anteriormente, tais como *função demanda*, na área de *microeconomia*, ou *tributação*, quando se trata da área de *economia do setor público*. Segundo Rudio[1], o assunto envolve ou gera o tema a estudar.

O *tema* é uma proposição que vai ser tratada ou demonstrada e que geralmente já é representado pelo título da monografia. Um exemplo de um tema poderia ser *o estudo da carga tributária no Brasil*.

O Conselho Regional de Economia de São Paulo, em sua sessão plenária do dia 6 de dezembro de 1995, aprovou o regulamento geral de monografia, que em seu art. 4.º dispõe sobre a apresentação de monografias e compreensão:

- Economia Brasileira
- Economia Regional e Urbana

[1] RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

- Economia de Empresas
- Economia do Setor Público
- Economia Internacional
- Economia Agrícola / Meio Ambiente
- Economia e Inovações Tecnológicas
- Perspectivas Econômicas
- Atuação Profissional do Economista
- Teoria Econômica Geral
- Pensamento Econômico Contemporâneo
- Finanças

Igualmente, o Corecon-SP estabelece nessa norma que "Anualmente o Plenário do Corecon-SP decidirá pela manutenção ou alteração dos temas das monografias acompanhando o desenvolvimento da ciência econômica e o interesse profissional do economista". Para a 6.ª Edição do Concurso de Monografias (realizado em 2001), o Corecon adicionou a categoria *Economia do trabalho*.

No item 4.1.1, arrolam-se assuntos e temas como exemplos.

A escolha da área, assunto e tema da pesquisa devem ser definidos pelo aluno, considerando as seguintes referências:

1.ª) interesse e facilidades do aluno na área (predisposição para o cálculo matemático, por exemplo);
2.ª) disponibilidade da literatura e dados sobre o item proposto;
3.ª) familiaridade ou experiência do aluno com o tema (experiência de trabalho, por exemplo);
4.ª) atualidade e importância do tema, tanto para a universidade, quanto para a sociedade e o mundo acadêmico em geral, e dos economistas em particular;
5.ª) utilidade profissional dos resultados a obter da pesquisa proposta.

Com base nesses antecedentes, cada aluno deve elaborar uma listagem de pelo menos cinco títulos sobre temas possíveis de serem

desenvolvidos, os quais seriam motivo de reflexão e consultas sucessivas, até ir gradualmente qualificando cada um desses temas, numa ordem de pontuação de maior a menor.

Para a escolha definitiva do tema, o aluno deve procurar entrevistar professores e/ou profissionais especializados no assunto. Igualmente, deve verificar a existência e disponibilidade de um professor-orientador que se interesse pelo tema escolhido.

4.1.1 Exemplos de assuntos e temas

4.1.1.1 Área de economia agrícola e agrária

Esta é uma área ainda bastante interessante e importante, quer em termos econômicos, quer em termos sociais. A agricultura ainda exerce no Brasil um papel fundamental no comportamento das taxas de inflação e das exportações. A questão da estrutura fundiária e da reforma agrária é um campo extremamente relevante, especialmente na sua dimensão social e política, como mostra o exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST). A seguir, damos alguns exemplos de assuntos e temas possíveis de serem desenvolvidos nessa área.

Tabela 4.1 – Área de economia agrícola e agrária

Assunto	Tema
Pecuária leiteira	Evolução da produção leiteira e do seu padrão de qualidade no Brasil no período de 1980 a 2000 (possíveis variações: na região Sudeste do Brasil; no estado de São Paulo; no estado de Minas Gerais; na bacia leiteira de Mococa. Os trabalhos monográficos podem, sempre, tratar do país, de um estado, de uma região, ou de uma cidade). Análise da concentração da indústria leiteira no Brasil nos anos 1990.
Estrutura agrária	Análise do processo de concentração de terras na região Sul do Brasil no período de 1970 a 2000.

(continua)

(conclusão)

Assunto	Tema
Agricultura familiar	Análise da produtividade da agricultura familiar no cinturão verde da Grande São Paulo.
Crédito agrícola	Papel do PRONAF — Programa Nacional da Agricultura Familiar no aumento da renda das populações rurais.
Segurança alimentar	Impactos da implantação de um Programa Nacional de Cestas Básicas sobre a estrutura produtiva de alimentos.
Pecuária de corte	Produtividade e potencial exportador da pecuária de corte no Brasil.
Piscicultura	Viabilidade econômico-financeira da piscicultura nas pequenas propriedades rurais.
Produção de grãos	Análise do complexo agroindustrial da soja e da articulação entre os seus mercados interno e externo.
Política de preços mínimos	Eficácia da política de preços mínimos nos anos 1990: o caso do feijão no Brasil.

4.1.1.2 Área de desenvolvimento econômico nacional e regional

Esta área é bastante ampla, pois permite o tratamento das questões que conformam o processo histórico do desenvolvimento nacional. Pode-se analisar aqui as várias facetas do processo de substituição de importações; os vários planos de desenvolvimento, por exemplo, Plano de Metas, PAEG e II PND; e os vários planos de estabilização, como Plano Trienal, Plano Cruzado e Plano Real. Enfim, o papel do Estado Nacional, como formulador de políticas e executor de ações desenvolvimentistas, tais como a criação do BNDE, da CSN e da Petrobras, até a análise da implementação das recentes políticas de privatização.

A problemática regional também é contemplada. Desde as questões maiores, como a distribuição regional da renda no país, até uma grande proposta desenvolvimentista, como a Sudene, passando pela Zona Franca

de Manaus ou pela Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Aqui, pode-se também fazer abordagens micro, tratando de uma questão urbana específica, como transportes, saneamento básico e poluição.

Como sempre, apesar da tendência natural do estudante em tratar das grandes questões, por exemplo, o Plano de Metas, é interessante recortar o objeto a ser analisado. Assim, uma monografia poderá ter por tema um aspecto específico desse plano, como a análise da Instrução 113 da Sumoc e seu impacto no investimento estrangeiro no país.

Tabela 4.2 — Área de desenvolvimento econômico nacional e regional

Assunto	Tema
O PSI	O aprofundamento do PSI no setor de bens de capital com o II PND.
Desconcentração industrial na Grande São Paulo	Formação e consolidação do pólo industrial de São José dos Campos: o caso da Embraer.
Inflação no Brasil	Desequilíbrios externos e repercussões internas nas décadas de 1970 e 1980.
Planejamento regional	Implantação e consolidação da Sudene.Análise da implantação de um pólo industrial na área de eletroeletrônica: o caso da Zona Franca de Manaus.
Política industrial	Análise da política de informática no Brasil nos anos 1980 e 1990. ZPE (Zona de Processamento de Exportações): Oportunidade ou retrocesso? Zona Franca de Manaus: Uma avaliação crítica
Indústria de autopeças no Brasil	Transformação produtiva na indústria automobilística, abertura comercial e desnacionalização do setor de autopeças no Brasil nos anos 1990.
Desenvolvimento econômico	Anos 1950 no Brasil: as propostas de industrialização de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck.
Desenvolvimento regional	A experiência do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.
Emprego no Brasil	Plano Real: abertura comercial e emprego no Brasil.

4.1.1.3 Área de economia do trabalho e economia social

Esta também é uma área que tem sido objeto de um sem-número de trabalhos nos últimos anos, por sua enorme importância social. Aspectos como o da transformação produtiva; da apropriação da renda; da formalidade e informalidade do emprego; da escolaridade e da questão de gênero e mesmo das questões étnicas são cada vez mais analisados, visando entender melhor a sociedade brasileira, bem como propor políticas públicas específicas. Basta citar, como exemplo, as questões da previdência social; da saúde pública; da habitação e do saneamento básico; da pobreza absoluta e dos programas de renda mínima; e do auxílio desemprego.

Tabela 4.3 — Área de economia do trabalho e economia social

Assunto	Tema
Diferenciais salariais	Fatores determinantes de diferenciais de salários na indústria paulista.
Distribuição de renda	Análise das propostas de renda mínima: o caso de Brasília.
Pobreza absoluta	Determinantes da pobreza absoluta no Brasil e papel das políticas compensatórias.
Emprego no Brasil	Evolução do emprego formal e informal no Brasil nos anos 1990.
Mercado de trabalho	Análise da qualidade da ocupação na região metropolitana de Salvador.
Desemprego no Brasil	Determinantes da evolução do desemprego nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil.
Previdência Social	Análise do Sistema Nacional de Seguridade Social.
Proteção social	Análise da implantação do seguro-desemprego no Brasil.
Mercado de trabalho	Mercado de trabalho agrícola no Brasil.
Distribuição de renda	Análise dos diferenciais da renda pessoal segundo a questão de gênero.
Distribuição de renda	Evolução do salário mínimo e da concentração de renda no Brasil.

4.1.1.4 Área da economia do setor público

Historicamente, a questão do Estado e do Governo tem sido uma importante área de pesquisas, especialmente em países subdesenvolvidos como o Brasil. Essa situação não se alterou com o chamado neoliberalismo, pois mesmo em países como a Inglaterra, que passaram por profundos processos de privatizações, não houve uma diminuição da participação do setor público na renda nacional. Assim, a presença do setor público nas áreas de ensino e pesquisa, saúde, previdência e outras, assume uma crescente importância, conseqüência das atuais transformações econômicas e sociais. Além disso, o papel do Estado como regulador dos serviços públicos, mesmo privatizados, assume também importância crescente. O papel e a dimensão dos estados nacionais implicam a necessidade de crescentes recursos para o seu funcionamento, resultando na permanência da Lei de Wagner, com o crescimento da carga tributária no Brasil e em outros países.

Tabela 4.4 — Área de economia do setor público

Assunto	Tema
Carga tributária	Análise comparativa da carga tributária brasileira.
Estrutura tributária	Regressividade dos impostos no Brasil.
Privatizações	Avaliação do Programa Nacional de Desestatização (PND).
Dívida pública	Privatizações e dívida pública no Brasil nos anos 1990.
Finanças municipais	Determinantes da arrecadação própria dos municipios brasileiros.
Déficit público	*Déficit* público e o custo da dívida interna no Brasil nos anos 1990.
Banco Central	Discussão da questão da independência do Banco Central do Brasil.
Estrutura tributária e exportações	Estrutura tributária e competitividade das exportações brasileiras.

(continua)

(conclusão)

Assunto	Tema
Privatizações da telefonia no Brasil	Análise da atuação da Anatel na regulação da telefonia no Brasil.
Contribuição de melhoria	Análise da potencialidade na cobrança da *contribuição de melhoria*: o caso do município de São Paulo.

4.1.1.5 Economia monetária e financeira

Esta área de pesquisa possibilita uma grande diversidade de trabalhos empíricos, com grande interface com a macroeconomia, no estudo das políticas econômicas, e a economia industrial, quando analisamos a estrutura do sistema financeiro brasileiro. Permite, também, tratar com maior profundidade vários momentos críticos da economia brasileira, especialmente quando analisamos as políticas de estabilização.

Tabela 4.5 — Economia monetária e financeira

Assunto	Tema
Sistema bancário nacional	Intervenção do Banco Central (BACEN) no sistema bancário nacional durante o Plano Real: A experiência do PROER.
Sistema bancário nacional	Abertura do sistema financeiro nacional ao capital externo no Plano Real.
Crédito às pessoas físicas	Análise do crescimento do crédito às pessoas físicas no Brasil nos períodos de estabilização nos anos 1980 e 1990.
Bancos estatais	Análise das políticas desenvolvimentistas dos bancos estatais no Brasil: o caso do BNB.
Plano Cruzado	Política monetária implementada no Brasil no período 1986/7.
Crédito bancário	Políticas macroeconômicas nos anos 1990 e comportamento da inadimplência bancária.
Política cambial	Plano Real e a âncora cambial (1994/9).
Abertura financeira nos anos 1990	Desregulamentação e abertura financeira: autonomia da política econômica e crises cambiais.

(continua)

(conclusão)

Assunto	Tema
Abertura financeira nos anos 1990	Abertura financeira na América Latina. As experiências do Brasil e da Argentina.
Financeirização da riqueza	Chesnais e o modo de desenvolvimento financeiro.

4.1.1.6 Economia internacional e a nova ordem mundial

As questões ligadas à economia internacional, tradicionalmente, assumem enorme importância na economia brasileira. Basta lembrar a própria origem do país, uma colônia descoberta com as grandes navegações, no primeiro movimento do processo da mundialização do capital. Por outro lado, as crises econômicas brasileiras, estão historicamente ligadas, direta ou indiretamente, a crises em nossas relações econômicas externas. Assim, questões como os efeitos da grande depressão em nossa economia; a crise das dívidas nos anos 1980 e a fragilidade externa nos anos 1990, por exemplo, são objetos de análise bastante importantes e interessantes. Além disso, assistimos nos últimos anos ao surgimento e à consolidação de blocos regionais, como a CEE, o Nafta, o Mercosul e outros. A questão da Alca, marcada para 2005, já faz parte da agenda diplomática e econômica do país.

Tabela 4.6 — Economia internacional e a nova ordem mundial

Assunto	Tema
Exportação de café no Brasil	Análise das políticas de exportação de café no Brasil nos anos 1990.
Blocos econômicos	Análise das alternativas de inserção internacional do Brasil.
Abertura comercial	Análise dos resultados da abertura comercial brasileira nos anos 1990.

(continua)

(conclusão)

Assunto	Tema
Indústria automobilística	Idas e vindas da política de importações no setor automotivo nos anos 1990.
OMC e políticas ambientais	Análise das conseqüências sobre as exportações brasileiras com a adoção das salvaguardas ambientais propostas na OMC.
Globalização	Análise do Estado-Nação no contexto da globalização.
Economia mundial	Determinantes dos IED nos países em desenvolvimento. O caso do Brasil nos anos 1990.
Inserção internacional do Brasil	Mercosul, União Européia e Alca. As alternativas de inserção do Brasil.
Comércio internacional e políticas protecionistas	Impacto das políticas protecionistas européias e norte-americanas nas exportações agrícolas brasileiras.
Desregulamentação financeira	O retorno do Brasil ao mercado internacional de crédito nos anos 1990.

4.1.1.7 Economia industrial e tecnologia

Estas também são áreas importantes e estimulantes para o trabalho monográfico. Em economia industrial, temos a possibilidade de elaborar estudos setoriais e analisar as estruturas de mercado, abordando os seus graus de concentração e de concorrência; pode-se, também, trabalhar com a história de vida das empresas e dos grupos econômicos, o que possibilita interessantes estudos de caso. Com relação à tecnologia, pode-se tratar da questão da reestruturação tecnológica a partir dos anos 1980, e seus impactos sobre a organização do trabalho e do nível do emprego. São questões nacionais e regionais presentes em variados graus de intensidade conforme o setor analisado, permitindo a elaboração de monografias nessas áreas quer analisando-se essa problemática em uma grande metrópole, quer em situações regionais particulares.

Tabela 4.7 — Economia industrial e tecnologia

Assunto	Tema
Varejo no Brasil	Grau de concentração do setor de varejo no Brasil. Grau de concentração do setor supermercadista na região Sul do Brasil.
Bens intermediários	Análise das vantagens comparativas do setor de celulose no Brasil.
Indústria automobilística no Brasil	Análise das transformações ocorridas na estrutura produtiva da indústria automobilística nos anos 1990.
Tecnologia da informática	Análise dos pólos regionais de desenvolvimento de *softwares* no Brasil.
Indústria farmacêutica	Análise do papel estratégico dos laboratórios estatais no Brasil.
Importação de tecnologia	Institutos de pesquisa e adaptação tecnológica no Brasil.
Reestruturação produtiva	Reestruturação produtiva na indústria automobilística brasileira nos anos 1980 e 1990.
Reestruturação produtiva	Análise do processo de automação bancária no Brasil nos anos 1989 e 1990.
Indústria de bens de capital no Brasil	Efeitos da abertura comercial sobre a indústria de bens de capital nos anos 1990.
Tecnologia e meio ambiente	Análise de benefícios e custos do uso de tecnologias limpas.
Tecnologia e meio ambiente	Aumento da competitividade industrial do Brasil, pelo uso do *selo verde* (ISO 14000).

4.1.1.8 História econômica

Esta é uma das áreas importantes de pesquisa, mas ainda com muito espaço para o seu desenvolvimento. É evidente que a área exige alguma afinidade com o trabalho histórico e, apesar das dificuldades que o estudante encontra para elaborar uma pesquisa com fontes primárias, já existe um número razoável de trabalhos que permite a elaboração de monografias bastante interessantes. Além dos temas clássicos, como escravidão, ferrovias, industrialização e outros, o estudante poderá trabalhar com a

história das empresas e dos grupos econômicos, relacionando seu desenvolvimento com a política econômica interna, bem como com o contexto externo. Essa é, também, uma área que possibilita a execução de projetos interessantes em âmbito regional.

Tabela 4.8 — História econômica

Assunto	Tema
Café no Brasil	Mão-de-obra na cafeicultura paulista no século XIX.
Desenvolvimento ferroviário no Brasil	Ferrovias e penetração do café no interior paulista.
Produção de borracha no Brasil	Auge e declínio da produção de borracha na região amazônica.
Escravidão no Brasil	Significado econômico da escravidão negreira no Brasil.
Industrialização no Brasil	A tentativa heróica do Visconde de Mauá.
Bancos paulistas	Origem e evolução das casas bancárias paulistas ligadas ao café.
Grupos econômicos	Origem e evolução dos grupos econômicos no Brasil. O caso das Indústrias Votorantim.
Industrialização no Brasil	A industrialização brasileira no último quartel do século XIX.
Sistema financeiro nacional	Desenvolvimento do sistema bancário nacional. O caso do BRADESCO. Formação e evolução dos bancos em Minas Gerais.

4.1.1.9 Área de economia política e história do pensamento econômico

Outra área que requer afinidade do estudante, e que geralmente resulta em trabalhos monográficos interessantes, com uma visão analítica densa, quase sempre com a ajuda da História Econômica. Aqui cabe a discussão de grandes questões e temas, como as crises econômicas, o desenvolvimento econômico, a problemática da demanda efetiva, vários aspectos do pensamento econômico dos autores clássicos, entre outros. É também uma área importante para a abordagem de autores críticos como

Marx, bem como para a abordagem da tentativa de reelaboração teórica como a da escola da regulação. Atualmente, apesar das críticas metodológicas do chamado pensamento único, as áreas de História Econômica, Economia Política e História do Pensamento Econômico estão passando por um renovado interesse, mesmo dentro do pensamento neoclássico, por causa da necessidade de não nos restringirmos tão-somente aos fatores econômicos na discussão de temas fundamentais, por exemplo, a problemática do desenvolvimento econômico.

Tabela 4.9 — Área de economia política e história do pensamento econômico

Assunto	Tema
Economia política no Brasil	Visconde de Cairu e o liberalismo econômico no Brasil.
Crises capitalistas	A visão de crise econômica da Escola Francesa da Regulação.
Liberalismo no Brasil	O pensamento econômico de Roberto Campos.
Ciclos econômicos	Análise da teoria das ondas longas de Kondratief.
Exploração do trabalho	Evolução da taxa de exploração da força de trabalho na indústria automobilística paulista.
Teorias do comércio internacional	Teoria das vantagens comparativas, deterioração dos termos de troca e a troca desigual.
Jornada de trabalho no Brasil	Evolução da duração da jornada de trabalho no Brasil até a Constituição de 1988.
Imperialismo e teoria da dependência	A teoria da dependência segundo Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.
Desenvolvimento econômico	O debate sobre o desenvolvimento econômico no Brasil nos anos 1950.
Demanda efetiva	Da Lei de Say ao princípio da demanda efetiva de Keynes.

4.1.1.10 Área de economia urbana e regional e de meio ambiente

Esta é uma das áreas da economia que apresenta uma importância cada vez maior. Além dos problemas objetivos relativos às desigualdades

regionais e da degradação urbana e rural, existe no país uma ampla legislação sobre o meio ambiente que obriga a execução de estudos de impactos ambientais em quase todo grande empreendimento. Além disso, os organismos multilaterais internacionais que financiam esses projetos estão sendo cada vez mais rigorosos quanto aos aspectos ambientais. Por último, avançam em organismos como a Organização Mundial do Comércio (OMC) as discussões sobre o chamado *dumping* ambiental, que expressa, por um lado, uma preocupação legítima com o meio ambiente, e por outro lado, uma forma de os países desenvolvidos estabelecerem barreiras não tarifárias às exportações dos países subdesenvolvidos.

Tabela 4.10 — Área de economia urbana e regional e de meio ambiente

Assunto	Tema
Reciclagem	Viabilidade técnica, econômica e ambiental da reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Valor e preço dos recursos naturais (água) no Brasil.
Políticas e legislações ambientais	A Agência Nacional de Águas (ANA). Viabilidade técnica, econômica e política da proibição das queimadas no Brasil (em São Paulo etc). Os efeitos perversos da boa intenção legislativa na proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo. A questão dos alimentos transgênicos no Brasil: Oportunidade ou retrocesso?
Agricultura e agroindústria	O papel das *plantations* no desenvolvimento urbano e suas contradições com o desenvolvimento econômico sustentável. Proálcool: Balanço econômico e ambiental. Complexos agroindustriais no Brasil: análise do processo de concentração e centralização de capital no campo. Complexos agroindustriais no Brasil: incorporação de progresso técnico no complexo soja (cana-de-açúcar, suco de laranja, carne bovina, carne de frango, fumo etc.).
Desenvolvimento sustentado *versus* Desenvolvimento sustentável	A exploração econômica do cerrado (Amazônia, Pantanal, pesca costeira etc.) como estratégia para o desenvolvimento regional.

(continua)

(conclusão)

Assunto	Tema
Recursos renováveis × Recursos finitos	Álcool *versus* Gasolina: dilemas técnicos, econômicos e ambientais. Energia hidrelétrica *versus* Energia a gás: dilemas técnicos, econômicos e ambientais. Preservação ambiental e aproveitamento econômico dos aqüíferos brasileiros (Dos recursos florestais do Acre, Pará, Amazonas etc.). Custos da recuperação ambiental das áreas rurais deterioradas no Paraná (Das áreas urbanas poluídas por resíduos tóxicos em São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro etc.). Áreas de risco urbanas: a questão da sub-habitação nas cidades brasileiras.

4.2 *A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA*

A elaboração do *projeto de monografia* é a primeira etapa formal do processo de planejamento, que será concluído com a posterior elaboração e apresentação da monografia propriamente dita. A conclusão deve ser condição *sine qua non* para o aluno ter aprovação em Técnicas de Pesquisa em Economia e assim ficar habilitado para dar inicio à elaboração da monografia a ser desenvolvida nos próximos semestres.

O projeto de monografia deve conter os elementos mais importantes e básicos para orientar adequadamente o trabalho a ser realizado, tanto para o nível diretivo da instituição em que se pretende desenvolver a monografia, como do professor-orientador e do próprio aluno. Igualmente, ele deve conter um programa de atividades, considerando os subitens correspondentes e o tempo necessário para cada um deles, com o propósito de dosar o esforço e o tempo disponível ao longo de todo o período de duração da elaboração da monografia.

Assim, um projeto de pesquisa deve apresentar de forma explícita o tema ou problema que se pretende abordar, a justificativa correspondente,

os objetivos que se pretende atingir, além das hipóteses, metodologia e a estrutura preliminar da monografia. Espera-se também uma listagem dos livros, textos, teses, dissertações e documentos técnicos que tratem sobre o tema em andamento. Nesse sentido, um projeto de monografia poderia ter a seguinte estrutura: *Introdução; Objetivos; Metodologia; Estrutura preliminar da monografia; Cronograma de trabalho; Referências bibliográficas e Levantamento bibliográfico para a monografia.*

Na *Introdução*, deve-se apresentar todos os elementos que expliquem e justifiquem o tema do estudo. Esses elementos devem ser:

1) delimitação do problema a estudar, ou especificação do tema ou objeto de estudo;
2) motivações e justificava teórico-econômica do empreendimento;
3) utilidade e projeção dos usos dos resultados da pesquisa.

No *Objetivo da pesquisa*, deve-se indicar qual o propósito principal (objetivo geral) e os propósitos secundários se houver objetivos específicos da pesquisa, além de adiantar elementos para construir as hipóteses correspondentes.

No início da redação dos objetivos, deve-se utilizar os verbos substantivados, como estudar, analisar, buscar, avaliar, comparar e outros; o mesmo procedimento será seguido para a redação das hipóteses. Usam-se afirmações diretas que de alguma forma sejam as respostas aos problemas identificados. Essas respostas serão testadas e comprovadas ao longo de toda a monografia. Recomenda-se destacar a parte central dos objetivos e hipóteses com letras em negrito ou sublinhadas.

Na *Metodologia*, deve-se explicar o método que se pretende usar ao longo da monografia, seja no conjunto ou em cada uma de suas partes. Entre esses métodos, são usuais o método *dedutivo* (do geral ao particular), o método *indutivo* (do particular ao geral), o método *histórico* e o método *dialético*, conforme já desenvolvido no Capítulo 1.

Considerando que a monografia é, em geral, a primeira experiência formal de execução de pesquisa por parte dos graduandos (e para alguns deles, possivelmente a única experiência formal em toda sua vida profissional) recomenda-se uma metodologia pragmática. Essa metodologia pragmática pode ser utilizada tanto para assuntos de política econômica, como para estudos de casos ou a construção de modelos quantitativos.

No caso de assuntos de política econômica, considerar-se-ia sucessivamente uma descrição qualitativa e quantitativa do problema apresentado, assim como uma previsão de seu comportamento futuro, caso não se tome medida alguma. A seguir, elaborar-se-ia uma análise causa-efeito do problema identificado, utilizando os conceitos e categorias das ciências econômicas. Finalizar-se-ia o método fazendo propostas normativas sobre o que deveria ser feito para superar, melhorar, reduzir ou anular os efeitos do problema identificado. Exemplo de monografia que pode ser elaborada com a aplicação desse método: *Balanço da oferta e demanda da energia no Brasil e suas projeções para o futuro.*

Quando se abordam casos ou modelos quantitativos, dever-se-ia começar por descrever o ambiente macro e micro que influencia o tema em destaque, assim como seus aspectos correlatos e projeções para o futuro. A seguir, poder-se-ia testar o caso escolhido e/ou elaborar e aplicar o modelo quantitativo, fazendo o balanço correspondente. Exemplo: *Análise custo-benefício do Proálcool no Brasil. Um estudo de caso.*

Na conclusão do projeto de monografia, deve-se apresentar um diagrama de blocos, que possibilite visualizar a integração das partes. A descrição desse diagrama de blocos constitui o que se denomina de *Procedimentos e Técnicas de Pesquisa*, que é de grande valia para que o aluno tenha uma visão completa e integrada das etapas e do conjunto do trabalho que pretende desenvolver. A Figura 4.1 apresenta um diagrama de blocos de um projeto de monografia.

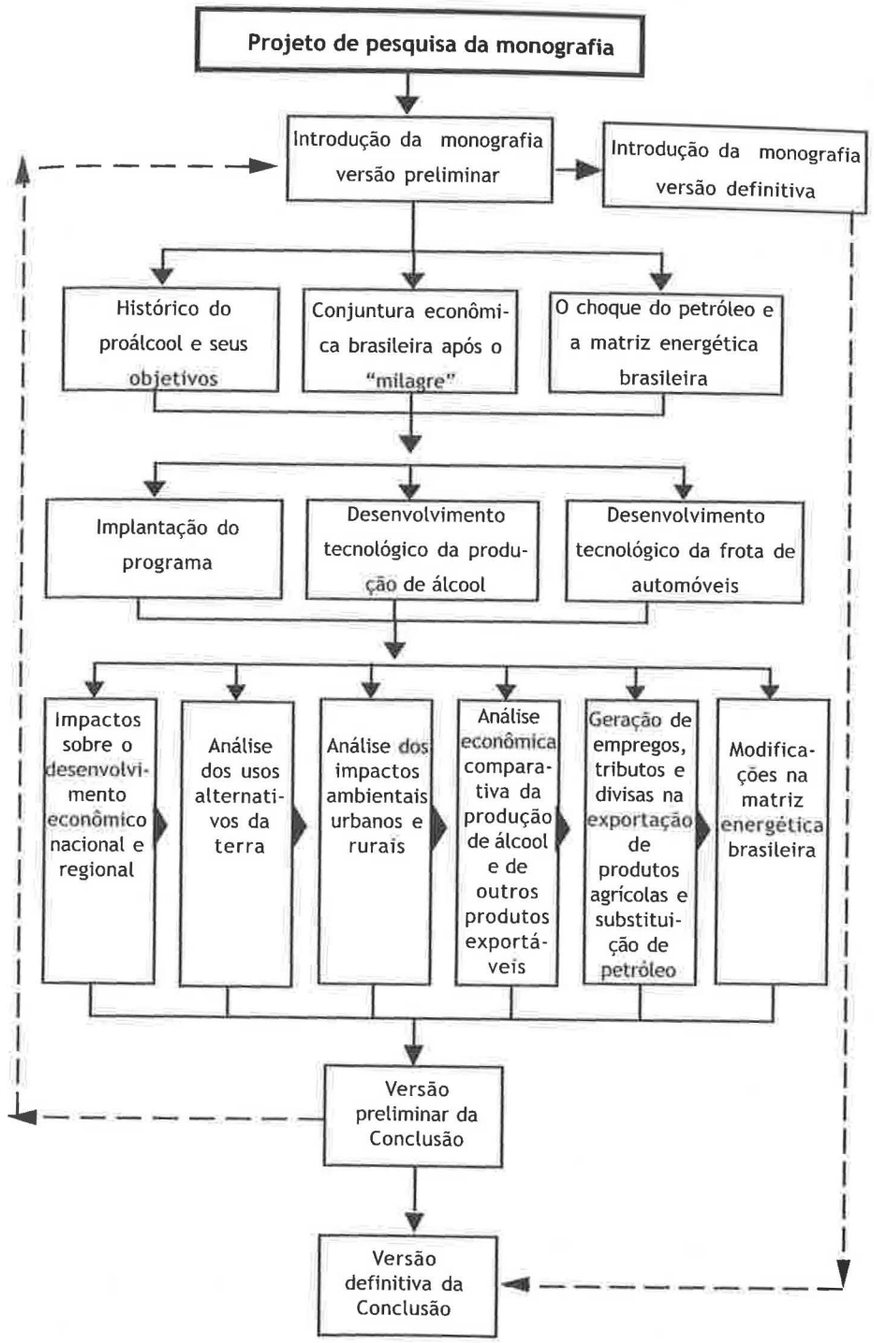

Figura 4.1 Diagrama de blocos de um projeto de monografia.

Na Figura 4.1, as setas verticais indicam a existência de precedência e as horizontais, de interdependência entre as análises parciais. A linha pontilhada, a aderência entre a Introdução e a Conclusão.

Na *Estrutura preliminar da monografia*, deve-se apresentar um sumário do conteúdo da monografia prevista. Nesta estrutura, deve-se contemplar os itens e subitens mais prováveis do tema a se desenvolver. Por exemplo, este poderia ser o esquema global da estrutura indicada:

1. INTRODUÇÃO
   1.1
   1.2
   1.3
2. DESCRIÇÃO (do problema apresentado)
   2.1
   2.2
   2.3
3. ANÁLISE CAUSA-EFEITO (que explica o problema)
   3.1
   3.2
   3.3
4. O QUE FAZER (propostas de ações e políticas)
   4.1
   4.2
   4.3

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

No *Cronograma do trabalho*, deve-se apresentar a programação das atividades a serem executadas, considerando-se todas as tarefas e os tempos previstos para cada uma delas. Exemplo:

Cronograma de Trabalho

Anos/meses	2002	2003
Atividades	9, 10, 11, 12	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10
1- Introdução	xxx	xxx
2- Descrição	11, 12	1, 2, 3 e 4
3- Análise causa-efeito		4, 5 e 6
4- Propostas de ações normativas	7, 8	xxx
5- Conclusões	xxx	8, 9
6- Revisão geral e impressão do documento	xxx	9, 10

Nas *Referências bibliográficas*, deve-se apresentar somente aqueles livros, textos e outros documentos utilizados para elaborar o *projeto de pesquisa*. A forma e fundo desse item deve seguir as normas da ABNT (Capítulo 6).

Na *Listagem bibliográfica para a monografia*, devem-se considerar todos os documentos, textos, teses, dissertações, artigos e outros que possam servir como referência para a elaboração da monografia. Neste caso, além dos detalhes exigidos pela ABNT, deve-se especificar os capítulos ou páginas com influência direta na monografia e a biblioteca em que se encontra o documento, com indicação de seu código do fichário correspondente.

[redacted] *ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA*

A elaboração da monografia deve iniciar somente após a aprovação do *projeto de monografia* e conseqüente aprovação em Técnicas de Pesquisa

em Economia (TPE). A primeira entrevista do professor-orientador da monografia com o aluno será feita com base nesse projeto de monografia, mesmo nos casos em que o aluno vai alterar o tema do projeto.

A mecânica operativa ao longo dos semestres de elaboração da monografia deve considerar um período inicial de planejamento, e outro maior de pesquisa e execução, com o acompanhamento e avaliações contínuas de todo esse processo. É fundamental a revisão e qualificação dos resumos e fichamentos dos textos, além dos rascunhos contendo os avanços conseguidos durante o desenrolar do trabalho, que será consolidado e apresentado formalmente no final de cada semestre. A orientação significa, em última instância, essa interação permanente entre o aluno e o seu orientador, em que este deverá atuar como conselheiro e estimulador, garantindo a boa execução das tarefas programadas, dentro dos prazos anteriormente definidos no planejamento.

O *planejamento inicial* deve considerar entendimentos entre o professor-orientador e o aluno, referente à forma como se vai executar o trabalho, considerando cronograma, horários, programa de trabalho e redação das folhas de rascunho correspondentes. Isso significa explicitar cuidadosamente todos os aspectos formais e de fundo para um trabalho bem-sucedido na elaboração da monografia, tais como freqüência mínima e cronogramas de reuniões, bem como os prazos para a entrega dos rascunhos, cuja elaboração adequada servirá como único elemento para o avanço em cada um dos estágios previstos para essa tarefa. Nesse planejamento, deve-se considerar também as atividades e tempos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos, considerando as etapas de proposta, discussão, execução, revisão, correções e sugestões e assim sucessivamente, para cada um dos itens da monografia. Um planejamento bem elaborado e executado, com o rigoroso acompanhamento do professor-orientador, possibilita a elaboração de monografias com boa qualidade, e

impede as tentações de se apresentar trabalhos já prontos ou deixar tudo para os últimos meses, o que em geral, inviabiliza a execução da monografia.

A *execução* deve permitir elaborar o trabalho de pesquisa, considerando toda a programação em mãos, que leva em conta conteúdo, capítulos e o tempo previsto para cada um deles.

O primeiro *Capítulo* ou *Introdução* deve tratar dos fundamentos, problemas e objetivos da monografia; das hipóteses de trabalho; da metodologia e, finalmente, da revisão da literatura existente sobre o tema a ser desenvolvido. Enfim, deve ficar claro que monografia o aluno vai elaborar, qual a sua metodologia e qual o seu domínio sobre a literatura existente sobre esse tema.

1. INTRODUÇÃO
   - 1.1 Fundamentos, Problemas e Objetivos
   - 1.2 Hipóteses do Trabalho
   - 1.3 Metodologia a Seguir
   - 1.4 Estado das Artes (Revisão da Literatura Existente ou *Survey*)

Nos *fundamentos*, devem-se colocar todas as razões teóricas e doutrinárias, além dos objetivos práticos, que justificam por que se pretende elaborar uma monografia com o tema indicado. A descrição das razões deve ir do geral ao particular.

No *problema*, deve-se descrever o fato, positivo ou negativo, que está afetando a economia e cuja explicação e solução é peremptória. Essa descrição começaria por destacar o marco geral no qual aparece este problema, e logo a seguir, apresentar os seus detalhes, em ordem decrescente de importância, buscando criar as condições para justificar o objetivo que vem a seguir.

Os *objetivos* são os propósitos que se pretendem atingir, com base nos fundamentos e problemas apresentados. Esses objetivos podem ser *gerais*

(normalmente um só), e *específicos* (podem ser mais de um). Evidentemente, o primeiro engloba os outros e esses últimos são mais detalhados que o primeiro. Nesse item, é usual também fazer algumas referências sobre os usos e importância dos resultados que se pretendem obter com esta pesquisa. O espaço total desse item tomaria entre uma e duas páginas.

Nas *hipóteses do trabalho* se faz um julgamento preliminar sobre quais seriam as causas e/ou conseqüências do problema apresentado, enumerando as diferentes alternativas existentes sobre isso e fazendo uma escolha entre eles, considerando aquele que obedeça a um raciocínio dedutivo ou indutivo da economia ou pelo seu maior grau de probabilidade para explicar esse evento. Assim, as hipóteses são afirmações *ex ante* que servem para orientar o trabalho, permitindo ganhar tempo nesse propósito, poupando-se do desgaste desnecessário de tempo, energia e recursos.

Um exemplo desse procedimento pode-se ver na seguinte seqüência:

Tema: Estudo da distribuição de renda no Brasil.

Problema: A estrutura da distribuição de renda no Brasil é irracional e injusta e mostra uma tendência a se agravar com o passar do tempo.

Objetivo: Analisar as causas que explicam a distribuição de renda no Brasil.

Hipótese: *A estrutura da distribuição da renda no Brasil explica-se, principalmente, pelas deficiências educacionais do país.*

Deveríamos enfatizar as diferenças entre o *objeto*, ou seja, o *elefante* e o *objetivo da pesquisa* — a pergunta, problema ou perplexidade — a serem respondidos (se pergunta), resolvidos (se problema) ou explicado (se perplexidade) pela pesquisa em proposição.

Por exemplo:
objeto: descrição do animal, o elefante;

Alternativas de *objetivo*:
a) pergunta: "para que serve a tromba?";
b) problema: "as contradições envolvidas na sobrevivência dessa espécie animal e da floresta que ele destrói para se alimentar";
c) perplexidade: "tem orelhas enormes e ouve mal".

(continua)

(conclusão)

É necessário estabelecer a ligação entre as justificativas de buscar respostas, soluções ou explicações, respectivamente, para a pergunta, problema ou perplexidade, e os procedimentos técnicos a serem utilizados na pesquisa, o diagrama de blocos e a metodologia. As justificativas devem ser concebidas buscando identificar os agentes socioeconômicos que poderão se beneficiar com os resultados da pesquisa em proposição.

Por exemplo:
a) os acadêmicos — confirmando ou rejeitando teorias;
b) o governo — formulando políticas econômicas;
c) a iniciativa privada — conhecendo melhor a realidade onde se inserem suas atividades;
d) os estudantes — aprendendo mais e identificando oportunidades de especialização e de trabalho;
e) os sindicatos — propondo e/ou questionando políticas públicas.

Sobre a *metodologia a seguir*, continua válido tudo aquilo que foi assinalado na ocasião do *projeto de monografia*, só que neste caso, isso já deve estar mais claro e aprofundado. O aluno deve ter certeza do método utilizado, pois agora a pesquisa já está em andamento. Assim, a metodologia deve descrever quais foram os procedimentos efetivamente utilizados no trabalho de pesquisa.

A *revisão da literatura existente* ou também *estado das artes* ou *survey* busca sistematizar todos os antecedentes teóricos e práticos existentes sobre esse tema, com o propósito de examinar como tirar proveito destes e ao mesmo tempo marcar de maneira explícita ou implícita, que o trabalho a ser desenvolvido é *original* e não uma cópia simples de qualquer um deles. Essa originalidade pode-se estabelecer seja porque se pretende preencher um vazio deixado por eles, ou porque se vai fazer uma atualização de uma série histórica, ou analisar regiões diferentes daquelas contempladas nessa literatura. A revisão da literatura serve, também, para a definição do chamado *quadro teórico*, formado pelos autores e teorias que irão embasar o trabalho do pesquisador. Muitas vezes, a complexidade do tema vai além das exigências de um trabalho de graduação, o que torna uma revisão da

literatura existente bem feita, explicitando as posições de vários autores, e destacando suas proximidades e diferenças, uma verdadeira monografia. Por exemplo, se o aluno tratar do tema *Origens da industrialização brasileira*, uma boa revisão da literatura existente já configura um estudo monográfico. Igualmente, para um tema como *Teorias de inflação e o conceito de inflação inercial*, uma revisão da literatura muito bem feita já pode resultar em uma monografia. Para cumprir esses propósitos, aconselha-se ler, analisar e resumir pelo menos cinco obras, entre as mais recentes e escritas por especialistas na área considerada. Evidentemente, o número de obras a serem analisadas vai depender de cada caso. A própria literatura existente vai dar os parâmetros sobre os autores considerados referenciais, bem como sobre a abrangência da literatura a ser consultada. Além disso, este é um momento em que a intervenção do professor-orientador será fundamental para definir a amplitude dos autores a serem consultados.

Deve-se dar preferência a teses de doutorado, dissertações de mestrado, relatórios técnicos, livros e textos, e artigos em revistas especializadas de economia e eventuais áreas correlatas. Sua apresentação deve ser em ordem cronológica, objetivando estabelecer um *diálogo* entre eles.

Em geral, a apresentação de cada um desses trabalhos não deve ter menos de meia página nem mais de uma, resultando em um total de duas páginas e meia, no mínimo, e cinco páginas no máximo. Como sempre, essas observações são genéricas, sendo que cada artigo ou tese, conforme sua complexidade ou detalhamento, poderá exigir espaços maiores para uma correta reprodução de suas principais idéias e informações.

O segundo capítulo da monografia deve fazer uma descrição de todos os elementos relacionados com o tema em análise, tanto para tomar ciência daquilo que se está trabalhando, como para ir puxando as bases das causas e conseqüências, que será motivo do capítulo seguinte. Este capítulo poder-se-ia estruturar, por exemplo:

2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA
   - 2.1 Marco Geral (Histórico e Geográfico)
   - 2.2 Suas Origens
   - 2.3 Quantidade e Qualidade (produção, emprego, custos, preço, produtividade, divisas entre outros)
   - 2.4 Comparações Nacionais e Internacionais
   - 2.5 Tendências (para o médio e longo prazo)

Assim, esse capítulo deve permitir conhecer em detalhe, no tempo e no espaço, quer local, regional, nacional e internacionalmente, o problema apresentado. Tudo isso deve ser projetado no médio e longo prazo, para se ter ciência do que aconteceria, caso não se tomassem as medidas corretivas necessárias.

O terceiro capítulo busca fazer uma análise aprofundada do problema apresentado e neste sentido ele deve identificar as causas e qualificar as conseqüências correspondentes, seguindo os ensinamentos mais apropriados da teoria econômica e as particularidades que mostrem o problema em análise. Este capítulo poder-se-ia estruturar, por exemplo, assim:

3. CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS
   - 3.1 Teoria Econômica de Base ou Modelos Explicativos
   - 3.2 Análise Teórico-Empírica do Problema (causas)
   - 3.3 Interpretação e Dedução de Lições
   - 3.4 Conseqüências Micro ou Macroeconômicas
   - 3.5 Balanço

Esse terceiro capítulo é a parte central da monografia, na qual se deve provar ou refutar a hipótese explicitada inicialmente e por isso mesmo ele deve merecer os maiores cuidados e esforços e até o maior tempo do trabalho (três meses).

No quarto e último capítulo da monografia, apresenta-se o que seria o ideal para o mundo macro ou micro, definindo assim uma imagem ideal ou imagem-objetiva para o tema e problema colocados inicialmente e as ações e políticas que se deveriam seguir para atingir esses propósitos, ou pelo menos para se chegar perto deles. Como um simples exemplo desse esquema, apresenta-se a seguir uma estrutura desse capítulo:

4. O BEM-ESTAR SOCIAL E AS AÇÕES E POLÍTICAS A SEGUIR
   4.1 Imagem-Objetivo
   4.2 Mudanças e Ajustes Legais e Institucionais
   4.3 Uma Nova Política Econômica
   4.4 Responsabilidades dos Governos
   4.5 Responsabilidades das Empresas
   4.6 Responsabilidades dos Trabalhadores
   4.7 Responsabilidades das Famílias
   4.8 Responsabilidades dos Centros Universitários e de Pesquisa

Caso a monografia trate sobre a elaboração de modelos econômicos, nesse capítulo buscar-se-iam suas aplicações práticas ou reais.

A redação e conteúdo desse capítulo seriam, fundamentalmente, conseqüência dos Capítulos 2 e 3 anteriores, e nele o aluno exercita sua capacidade de aconselhar como de assessorar, tanto o governo, como as empresas e demais instituições.

Assim, chega-se ao final do trabalho, apresentando-se as conclusões correspondentes. Esse item pode seguir a seguinte estrutura:

5. CONCLUSÕES
   5.1 Conclusões Gerais
   5.2 Conclusões Específicas
   5.3 Extensões

Esse item pode ser escrito em poucas páginas e nele deve-se apresentar os aspectos mais importantes e significativos que foram encontrados e demonstrados ao longo da monografia.

Nas *conclusões gerais*, deve-se assinalar os aspectos genéricos e amplos, próprios de todo o trabalho da monografia. Nelas, deve-se emitir inicialmente um julgamento sobre a hipótese identificada, ou seja, se esta é verdadeira ou falsa. Igualmente, qual é a principal mensagem da parte descritiva, da parte analítica e da parte normativa em termos qualitativos e genéricos.

Nas *conclusões específicas*, devem aparecer todos os outros aspectos importantes que não foram citados no item anterior, e que normalmente se referem a quantidades, datas e fatos concretos ou isolados, que atendam aos propósitos gerais e específicos da monografia.

No item *extensões*, seria desejável abordar aquilo que por alguma razão não foi possível esclarecer ou aprofundar ao longo da monografia. Vale dizer, a ausência de determinadas informações, a complexidade do assunto, a falta de tempo ou recursos impediram, de certa forma, atender a estas expectativas e por isso ficaram pendentes para posteriores trabalhos. Por outro lado, também é recomendável citar aqui tudo aquilo de interessante que foi encontrado ao longo do desenvolvimento da monografia, embora não faça diretamente parte dos objetivos dela, seja pela falta de tempo e de recursos, seja pelo fato de não terem sido pesquisados adequadamente.

O item *extensões* se justifica, tanto por adiantar e responder qualquer observação que possa vir dos integrantes da banca examinadora, quanto por servir como um roteiro para que o próprio aluno ou outros pesquisadores interessados no tema possam continuar esta tarefa no futuro.

Finaliza-se o trabalho destacando-se os seguintes itens:

1) as reflexões do autor após a conclusão dos trabalhos e pesquisa;
2) as recomendações do autor relativas a aspectos não analisados que possam ser objeto de interesse de outros pesquisadores.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24 p.

_____. **NBR 896**: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, maio de 1990. 2 p.

_____. **NBR 6027**: sumário. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 6029**: apresentação de livros. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **NBR 10524**: preparação de folha-de-rosto de livro. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

BÊRNI, Duilio de Avila. (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

CORECON-SP. Regulamento geral, incentivo, modalidade e monografia. **O Economista**, n. 84, p. 13, jan. 1996.

_____. **O Economista**, n. 116, set. 1998.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MÁTTAR, João Augusto Neto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

Capítulo 5

A Busca das Informações

Definido o tema da pesquisa, o passo seguinte é a busca de informações que permitam a sua análise e compreensão, possibilitando chegar a determinadas conclusões. Sinteticamente, o trabalho de pesquisa consiste na obtenção de informações e no seu tratamento analítico, permitindo tirar conclusões e, portanto, obter informações de qualidade superior às existentes no início do processo[1].

Cabe lembrar que esse é um processo de aproximações sucessivas, pois o estudante para definir o assunto e tema da pesquisa deve partir de um nível mínimo de informações, provenientes de uma leitura inicial de artigos, livros e teses sobre o tema a ser pesquisado.

Tradicionalmente, as informações, ou os dados, são classificados em primários e secundários. Dados primários são aqueles elaborados originalmente pelo próprio pesquisador ou grupo de pesquisa. Como os trabalhos elaborados por grandes institutos de pesquisa, como o IBGE, a FGV, e o Dieese, que coletam dados e os elaboram posteriormente. É claro, também, que a produção de dados primários pode ser feita por um pesquisador solitário, sem o apoio de grandes infra-estruturas. Um exemplo é o levantamento da estrutura do orçamento familiar da população assalariada em determinado bairro de uma cidade. Utilizando técnicas de amostragem estatística, o pesquisador necessita fazer apenas algumas entrevistas e terá material primário suficiente para tirar conclusões sobre aquele grupo de estudo.

Mas, os pesquisadores e profissionais da economia normalmente trabalham com dados secundários, isto é, dados produzidos e já elaborados por outros pesquisadores ou instituições de pesquisa, conforme relatado acima. Muitas vezes, esses dados ainda estão na forma bruta, devendo ser retrabalhados para os objetivos pretendidos. Isso acontece, por exemplo, com os dados censitários, dados do Relatório Anual de Informações Sociais

[1] SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 8, n. 4, out-dez/1984.

(RAIS), pesquisas de institutos como a Fundação Seade e a Emplasa, de São Paulo, ou da FEE, do Rio Grande do Sul, bem como Secretarias dos Estados e Municípios, e entidades de classe.

Na monografia, por sua própria característica de trabalho inicial de pesquisa, o estudante utiliza, normalmente, dados secundários e tem acesso a eles por meio das publicações das instituições de pesquisa ou pelos seus *sites* na Internet. É possível, também, o acesso direto às bibliotecas mantidas pelos centros de pesquisa. Muitos desses centros são públicos, mas cobram pelo acesso às informações. Certamente, essa cobrança feita por entidades públicas só encontra justificativa na redução das verbas públicas para o ensino e a pesquisa, que transforma em bens privados os bens que deveriam continuar a ser públicos.

5.1 *FONTES DE INFORMAÇÃO*

O trabalho de pesquisa tem como base a consulta a publicações que já abordaram, direta ou indiretamente, o tema que está sendo desenvolvido. É dessa forma que o conhecimento humano foi elaborado e compartilhado, com cada pensador, cada pesquisador, partindo do estado do conhecimento em cada momento, ampliando-o e enriquecendo-o. Assim, o ponto de partida de qualquer pesquisa é a busca de artigos em revistas especializadas, livros e teses que também tratam do mesmo assunto e tema.

Esse material está em bibliotecas e sua organização, segundo Dércio Munhoz[2], ocorre da seguinte forma:

- obras de referência bibliográfica;
- revistas especializadas;
- listas de bibliografias que constam em outros estudos consultados (dissertações, teses etc.);

[2] MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

- lista de textos publicados por diferentes centros universitários;
- lista de bibliografias fornecidas por bibliotecas;
- eventual consulta a instituições de pesquisa.

Nesse processo de busca de informações, muitas vezes o pesquisador encontra um excesso de material para consulta, principalmente se o levantamento é feito pela Internet. Nesse caso, se o estudante não tiver nenhum referencial anterior sobre o material pesquisado, com orientações sobre artigos e autores, deverá ser feito um corte cronológico, em que será selecionado para a leitura inicial o material produzido mais recentemente. Isso porque um trabalho de pesquisa cuidadoso, um artigo ou uma tese, faz referências aos autores clássicos que já abordaram tal tema, bem como aos trabalhos mais recentes e importantes de pesquisadores nacionais e estrangeiros, que também o analisaram. Assim, poucos artigos e teses são suficientes para que o pesquisador disponha de um amplo e qualificado material para o início de sua pesquisa.

Outras vezes, o tema escolhido é pouco considerado na literatura existente. Isso implica uma pesquisa bibliográfica mais cuidadosa e demorada. Em situações limites, uma extrema dificuldade com a bibliografia deve levar ao abandono do tema. Alguns temas, como a Nova Economia, ou o chamado Terceiro Setor, estão ainda nesse momento sendo objeto de reflexão teórica, com pouco material disponível em português sobre essas questões. Para evitar esse problema, é imprescindível uma breve pesquisa bibliográfica preliminarmente à definição do tema.

5.2 TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

O estudante deve iniciar a leitura sistemática da bibliografia preliminar. Essa leitura deve identificar em cada artigo ou tese qual é a metodologia empregada pelo autor, qual o seu quadro teórico ou principais

autores de referência, qual é o objetivo do trabalho e como ele é atingido e quais são as principais conclusões a que se chega. Isso requer uma ou mais leituras cuidadosas, em que o estudante além de já ir resumindo os aspectos mais importantes do artigo lido, seleciona trechos e dados estatísticos para serem citados em seu próprio trabalho. Esses trechos podem ser citados na forma de um resumo das principais idéias do texto, que se chama paráfrase, ou podem ser citados entre aspas, reproduzindo fielmente as palavras do autor. Igualmente, desde que seja dado o respectivo crédito, cabem as citações de tabelas e dados estatísticos.

A preocupação com a correta citação das fontes é importante, pois envolve questões éticas, uma vez que se deve sempre dar crédito ao trabalho intelectual elaborado por outros, e às questões legais, pois a apropriação de trabalho intelectual alheio sem as devidas citações e créditos caracteriza-se como plágio, crime descrito no Código Penal.

Da mesma forma, a apresentação de um trabalho monográfico que não tenha sido elaborado efetivamente pelo aluno, mesmo que não contenha plágio, constitui crime de falsidade ideológica, o que pode sujeitar esse aluno não só às punições administrativas previstas no regimento da unidade de ensino, como também a uma pena prevista de um a cinco anos de reclusão.

5.3 INTERNET: A REDE MUNDIAL AO SEU DISPOR

Os instrumentos tradicionais de busca de informações secundárias ainda são os livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos em revistas especializadas, anais de congressos científicos, jornais e revistas. Além disso, atualmente, tem-se a disponibilidade de um grande conjunto de informações em CD-ROM: os anais de congressos científicos hoje já são produzidos no formato de CD-ROM, muito mais práticos, com grande capacidade e baixos preços. Por exemplo, o XXX Encontro da Associação

Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), realizado em dezembro de 2002, em Nova Friburgo, teve os seus anais em um único CD-ROM, que contém, ainda, os anais da V Jornada da Sociedade Brasileira de Economia Política.

Muitos institutos de pesquisa, nacionais e internacionais, também já divulgam seus dados nesse formato: o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo IPEA, IBGE, Fundação João Pinheiro e PNUD, contém um volume imenso de informações que abrangem o período 1970/91, em um único CD-ROM. Igualmente, institutos multilaterais, como a Unesco, já apresentam seus dados nessa forma. Enfim, se o livro eletrônico ainda é uma promessa, a rápida disseminação das informações estatísticas em CD-ROM tornará obrigatório o uso dessa nova e poderosa mídia.

Mas, sem dúvida alguma, o mais dinâmico recurso de pesquisa e acesso às informações é a Rede Mundial de Computadores (*World Wide Web*), que permite a enorme popularização da Internet. As principais instituições de pesquisa em todo o mundo, públicas e privadas, possuem *sites* nos quais se encontra um conjunto formidável de informações sobre praticamente qualquer assunto.

Muitos autores conceituados, como Paul Krugman, Anwar Shaikh e Maria Conceição Tavares, por exemplo, também possuem *sites* com suas publicações. Como nem tudo é perfeito, muitas vezes as informações pela rede só estão disponíveis integralmente para assinantes de determinado serviço, jornal ou revista.

Evidentemente, produzir informações implica custos, e muitas instituições, como a Agência Bloomberg, tem na rede o seu canal de distribuição. Atualmente, mesmo institutos de pesquisa ou instituições estatais, como a Emplasa e a Fundação Seade, de São Paulo, ou entidades sem fins lucrativos, como a Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, cobram pelo acesso a seus dados.

No Brasil, as estatísticas governamentais, bem como muitas daquelas elaboradas por instituições privadas, estão disponíveis na Internet. O amplo

acesso às informações governamentais faz parte, inclusive, dos direitos de todos os cidadãos e não apenas dos pesquisadores. Assim, existem, entre outros, os *sites* do Ministério da Fazenda, Ministério do Trabalho, Banco Central do Brasil, IBGE, IPEA e BNDES. Da mesma forma, importantes instituições e institutos de pesquisa privados mantêm *sites* que permitem acesso a variados tipos de informações. Basta considerarmos, por exemplo, os *sites* do Dieese, CNI, FIESP e Sebrae, entre outros.

As instituições internacionais, especialmente os organismos multilaterais, são aquelas com maior empenho na divulgação de suas informações. Assim, é possível acessar pela Rede de dados da ONU, CEPAL, Banco Mundial, FMI, BID, UNCTAD e Unesco, entre outros. Da mesma forma, pode-se acessar estatísticas governamentais de quase todos os países, especialmente dos mais desenvolvidos.

A enorme importância destes *sites* estimulou várias instituições a organizarem *links*, ou junções, em seus próprios *sites*, que permitem acessar automaticamente um amplo conjunto de outros *sites*, pelo Brasil e pelo Mundo. Como muitos desses *sites* permitem o acesso a outros *sites*, é possível o acesso a um sem número de informações que permitem entender a real dimensão e potencialidades da Rede Mundial. E assim ressurge aquela que é, quase sempre, a grande dificuldade de qualquer pesquisa: como organizar, classificar e utilizar adequadamente um volume muito grande de informações.

No Brasil, um dos *sites* com maior número de *links* é o do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP). O Instituto dos Economistas e o Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, além do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) também possibilitam acesso a um grande número de outros *sites*. A revista *Conjuntura Econômica* publica a seção *Internet Sites*, em que os pesquisadores da FGV apresentam os *sites* mais apreciados e utilizados por outros economistas.

A seguir relacionam-se alguns exemplos de *sites* importantes para o pesquisador em economia, com uma descrição sucinta de seus conteúdos:

- Corecon-SP (Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo): é um dos *sites* mais abrangentes, em que se encontram não só informações relativas às questões profissionais do economista, mas também *links* internacionais, com vários *sites* de busca nacionais, internacionais e do Mercosul.
  http://www.coreconsp.org.br

- Corecon-RJ (Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro): analogamente ao *site* de São Paulo, também oferece um amplo conjunto de *links*.
  http://www.economistas.com.br

- RACE (Rede Acadêmica de Ciência Econômica): *site* mantido pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, apresenta um conteúdo variado, com um amplo conjunto de *links* nacionais e estrangeiros, listagem das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Economia, *working papers* e revistas eletrônicas.
  http://www.race.nuca.ie.ufrj.br

- Redeal (Rede de Ensino e Pesquisa nas Universidades Brasileiras sobre a Economia da América Latina): este *site* é mantido pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e Cofecon (Conselho Federal de Economia) e também contém vários *links*, especialmente aqueles voltados à economia latino-americana, bibliografia e programas de disciplinas sobre a América Latina.
  http://redeal.org

- *Internet Resources for Economists:* este *site* da Universidade Estadual de Nova York faz jus ao nome, trazendo inúmeros *links*, com obras clássicas da economia e economia política, livros – textos *online*, fontes de dados, *links* sobre revistas econômicas e sobre institutos de pesquisa.
  http://www.oswego.edu/~economic/econweb.htm

5.3.1 Brasil: órgãos governamentais

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): trata-se do mais completo *site* com dados estatísticos sobre o Brasil, em função das atividades desenvolvidas por esse Instituto, como os censos nacionais,

as contas nacionais, as amostragens domiciliares, pesquisas sobre índices de desemprego e de preços, entre outros.
http://www.ibge.gov.br

- IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas): trata-se de um dos mais completos banco de dados brasileiro, com um sem-número de informações socioeconômicas, refletindo a posição do IPEA como o mais importante *think tank* governamental.
  http://www.ipea.gov.br

- Banco Central do Brasil: também um dos maiores bancos de dados sobre a economia brasileira, incluindo ainda dados sobre a economia internacional.
  http://www.bcb.gov.br

- Ministério da Fazenda: amplo conjunto de dados estatísticos e informações institucionais, com vários *links* correlatos.
  http://www.fazenda.gov.br

- Ministério do trabalho: dados sobre emprego, desemprego e salários.
  http://www.mtb.gov.br

- BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): informações estatísticas, informes setoriais, entre outros.
  http://www.bndes.gov.br

5.3.2 Instituições e Institutos de pesquisa nacionais

- Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos): dados sobre o movimento sindical, salários, emprego, entre outros.
  http://dieese.org.br

- Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados): dados socioeconômicos sobre o Estado de São Paulo e seus municípios.
  http://www.seade.gov.br

- Fundação João Pinheiro, MG: informações socioeconômicas sobre Minas Gerais.
  http://www.fjp.gov.br

- FGV (Fundação Getúlio Vargas): indicadores econômicos e publicações.
  http://www.fgv.br

- CNI (Confederação Nacional da Indústria): estatísticas e artigos sobre a economia brasileira.
  http://www.cni.org.br

- FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo): estatísticas e informações sobre a economia paulista e brasileira.
  http://www.fiesp.org.br

- Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária): dados socioeconômicos e técnicos sobre a agricultura.
  http://www.calixto.cnptia.embrapa.br/

- IEA (Instituto de Economia Agrícola): dados sobre a agricultura em São Paulo e no Brasil.
  http://eu.ansp.br;80/~iea/

- Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária): dados relativos à questão agrária.
  http://www.fluids.iccmp.br/pnud/

- CADE (Conselho Administrativo da Defesa Econômica): questões ligadas à defesa da concorrência, legislação antitruste, *links* internacionais.
  http://www.mj.gov.br/cade/hmpg.htm

5.3.3 Instituições internacionais

- Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD): dados socioeconômicos de todo o Mundo.
  http://www.worldbank.org/

- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento): dados socioeconômicos sobre as Américas.
  http://www.iadb.org

- Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe): o mais completo banco de dados sobre o continente latino-americano.
  http://www.eclac.cl/

- FMI (Fundo Monetário Internacional): estatísticas e informações sobre todos os países membros.
  http://www.imf.org

- BIS (*Bank of Internacional Settlements* – Banco de Compensações Internacionais): informações econômicas sobre os países membros.
  http://www.bis.org

- *Bureau* de Censos dos EUA (*US Census Bureau*): dados sobre os censos norte-americanos, informações geográficas e outras.
  http://www.census.gov/

- *Bureau* de Estatísticas do Trabalho nos EUA (*US Bureau of Labor Statistics*): dados sobre emprego, desemprego e outros.
  http://www.stat-usa.gov/

- OECD - *Statistics* (Estatísticas da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico): dados socioeconômicos dos países membros.
  http://www.oecd.org/std/

- National Bureau of Economic Research: apresenta, entre outras informações, *papers* dos mais importantes economistas norte-americanos.
  http://www.nber.org

APÊNDICE A

Principais Revistas Nacionais de Economia

Tabela 5.1 — Principais revistas nacionais de economia

Nome da revista	Instituição	Cidade	Estado	Periodicidade (meses)
Agroanalysis	Fundação Getulio Vargas	Rio de Janeiro	RJ	Mensal
Análise & Conjuntura	Fundação João Pinheiro	Belo Horizonte	MG	Quadrimestral
Análise Econômica	Fac.Ciên. Econ. UFRGS	Porto Alegre	RS	Semestral
Archetypon	Faculdade Cândido Mendes	Rio de Janeiro	RJ	Quadrimestral
Boletim do Banco Central do Brasil	Departamento Econômico do BACEN	Brasília	DF	Mensal
Boletim Integração latino-americana	Ministério das Relações Exteriores	Brasília	DF	Trimestral
Cadernos PUC Economia	PUC	São Paulo	SP	Semestral
Conjuntura Econômica	Fundação Getulio Vargas	Rio de Janeiro	RJ	Mensal
Dados: Revista de Ciências Sociais	Instituto Universitário de Pesquisas	Rio de Janeiro	RJ	Quadrimestral
Economia Aplicada	Departamento de Economia FEA-USP/FIPE	São Paulo	SP	Trimestral

(continua)

(continuação)

Nome da revista	Instituição	Cidade	Estado	Periodicidade (meses)
Economia e Sociedade	UNICAMP	Campinas	SP	Semestral
Ensaios FEE	Fundação Economia e Estatística	Porto Alegre	RS	Semestral
Estudos Econômicos	Instituto Pesq. Econômicas USP	São Paulo	SP	Trimestral
Indicadores Econômicos	Fundação Economia e Estatística	Porto Alegre	RS	Trimestral
Informações Econômicas	Instituto de Economia Agrícola	São Paulo	SP	Mensal
Literatura Econômica	IPEA	Rio de Janeiro	RJ	Quadrimestral
Nova Economia	Dep. Ciên. Econ. UFMG	Belo Horizonte	MG	Semestral
Novos Estudos CEBRAP	Editora Brasileira de Ciências	São Paulo	SP	Quadrimestral
Perspectiva Econômica	UNISINOS	São Leopoldo	RS	Trimestral
Pesquisa & Debate	Pós-Graduação em Economia Política PUC-SP e Depto. Economia FEA/PUC-SP	São Paulo	SP	Semestral
Pesquisa e Planejamento Econômico	IPEA/INP	Rio de Janeiro	RJ	Quadrimestral

(continuação)

Nome da revista	Instituição	Cidade	Estado	Periodicidade (meses)
Planejamento Políticas Públicas	IPEA/IPL	Brasília	DF	Semestral
Revista Brasileira de Econometria	Sociedade Brasileira de Econometria	Rio de Janeiro	RJ	Semestral
Revista Brasileira de Economia	Fundação Getulio Vargas	Rio de Janeiro	RJ	Trimestral
Revista Brasileira de Mercado de Capitais	IBMEC/RJ	Rio de Janeiro	RJ	Semestral
Revista ANPEC	Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, ANPEC	Recife	PE	Anual
Revista da FEA	FEA/PUC	São Paulo	SP	Anual
Revista de Economia	Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná	Curitiba	PA	Anual
Revista de Economia Política	Centro de Economia Política; Editora 34	São Paulo	SP	Trimestral
Revista de Economia e Sociologia Rural	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER)	Brasília	DF	Trimestral

(conclusão)

Nome da revista	Instituição	Cidade	Estado	Periodicidade (meses)
Revista de Economia do Nordeste	Banco do Nordeste	Fortaleza	CE	Trimestral
Revista de Finanças Públicas	Ministério de Fazenda	Brasília	DF	Trimestral
Tributação em Revista	SINDIFISCO	Brasília	DF	Trimestral
Revista de Economia Contemporânea	Instituto de Economia, UFRJ	Rio de Janeiro	RJ	Semestral

Nota: Para maiores informações sobre estas e outras revistas, pode-se acessar o *site* http://www.ibict.br/ccn/index.htm

APÊNDICE B

Principais Revistas Internacionais de Economia

Tabela 5.2 — Principais revistas de economia internacionais

Nome da revista	Instituição	Cidade/País	Periodicidade
American Journal of Agricultural Economics	American Agricultural Economics Association	Iowa, USA	2/5/8/12
The American Economic Review	The American Economic Association	Princeton, USA	3/6/9/12
The Australian Economic Review	Blackweel Publishers, Oxford UK and Malden	USA	Trimestral
The Canadian Journal of Economics	Canadian Economics Association, Oxford UK (Blackweell Publisher)	Boston, USA	Trimestral
Comercio Exterior	Banco Nacional de Comercio Exterior	México	Mensal
Econometrica	Econometric Society	Evanston, USA	Bimensal
Economic Development and Cultural Change	University of Chicago	Chicago, USA	1/4/7/10
The Economic History Review	The Economic History Society	Glasgow, UK	2/5/8/11
Economic Inquiry	Western Economic Ass. International	Huntington Beach, USA	1/4/7/10

(continua)

(continuação)

Nome da revista	Instituição	Cidade/País	Periodicidade
The Economic Journal	Royal Economic Society Oxford UK	Boston, USA	1/2/3/4/6/ 7/10/11
Economic Record	The Economic Society of Australia	Sydney, Australia	Trimestral
Economica	London School of Economics	London, UK	2/5/8/11
The Economist	The Economist Newspaper Limited	London, UK	Mensal
Ecological Economics	Society for Ecological Economics	Maryland, USA	Mensal
Energy Economics	London Business School	London, UK	Bimestral
Estudios	IERAL, Fundación Mediterránea	Cordova, Argentina	Trimestral
Estudos de Economia	Instituto Superior de Economia	Lisboa, Portugal	Trimestral
Finanças e Desenvolvimento	Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Fundação Getulio Vargas	Rio de Janeiro, RJ	Trimestral
Investigación Económica	Escuela Nacional de Economía, Univ. Autónoma	México, DF	Trimestral
International Economic Review	University of Pennsylvania e Osaka University	USA/Japan	2/5/8/11

(continuação)

Nome da revista	Instituição	Cidade/País	Periodicidade
Journal of Economic Issues	Association for Evolutionary Economics	Nebraska, USA	Trimestral
The Journal of Economic and Literature	The American Economic Association	Nashville, USA	Quadrimestral
Journal of Law and Economics	Law School, University of Chicago	USA	Semestral (abril e outubro)
The Journal of Political Economy	University of Chicago	USA	Bimestral
Kobe Economic & Business Review	Kobe University	Japan	Anual
Monetaria	Centro de Estudios Monetarios	Latin, México	Trimestral
Land Economics	University of Wisconsin	Madison, USA	2/5/8/11
Lecturas de Economia	Universidad Antioquia	Medellin, Colombia	Semestral
Pensamiento Iberoamericano	Agencia Española de Coop. Internacional	Madrid, España	Semestral
The Quarterly Journal of Economics	Harvard University	Cambridge, USA	2/5/8/11
Resource Policy	Colorado School of Mines	Golden, USA	Trimestral
The Review of Economic Studies	The Review of Economic Studies	London, UK	Quadrimestral

(conclusão)

Nome da revista	Instituição	Cidade/País	Periodicidade
The Review of Economics and Statistics	Harvard University Press	Cambridge, USA	2/5/8/11
Revista de Economia y Estatística	Facultad de Ciencias Económicas. Univerversidad Nacional de Córdova	Argentina	Anual
Revista de la CEPAL	Comisión Económica para América Latina	Santiago de Chile	Quadrimestral (4/8/12)
Revista de la Facultad de Ciencias Económicas	Facultad de Ciencias Económicas Univ. Nacional Mayor de San Marcos	Lima, Peru	Trimestral
Revue d'Economie Politique	Conseil Scientifique	Paris, França	Bimestral
Revue Economique	Fund. Nationale des Sciences Politiques	Paris, França	Bimestral
The Scandinavian Journal of Economics	Blackwell Publishers	Oxford, UK	Trimestral
El Trimestre Económico	Fondo de Cultura Económica	México, DF	Trimestral
World Economic Outlook	International Monetary Fund	Washington, USA	Semestral

Nota: Para mais informações sobre estas e outras revistas, pode-se acessar o *site* http://www.umi.com/proquest

Referências Bibliográficas

BÊRNI, Duilio de Avila (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MÁTTAR, João Augusto Neto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada**: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 8, n. 4, out./dez. 1984.

Capítulo 6

Como se Apresenta uma Monografia

A correção ortográfica e gramatical, a clareza, a concisão e a adequação de linguagem encabeçam a listagem dos principais aspectos formais a serem observados na edição e apresentação gráfica de uma monografia. Mesmo que dotada de excelente conteúdo, apresentação gráfica correta e belas ilustrações, uma monografia perde muito de seu valor se a linguagem utilizada for incorreta, inadequada, confusa ou prolixa.

A narrativa deve ser impessoal. Devem ser evitadas as formas indeterminadas, a primeira pessoa do singular e o plural majestático. Plural majestático é o emprego da 1.ª pessoa do plural. Por exemplo: "Gostaríamos de manifestar nossa gratidão" em vez de "Gostaria de manifestar minha gratidão".

O texto deve ser elaborado como exposição dos fatos, fenômenos ou argumentos pesquisados e analisados pelo autor. As frases muito longas devem ser evitadas, pois dificultam a exposição e podem induzir a ambigüidades no entendimento, prejudicando a comunicação.

Formas inadequadas de narrativas:

1) "Fazendo-se a análise dos dados coletados, percebe-se que mostram um comportamento que possibilita estabelecer uma relação de dependência semelhante às proposições da teoria keynesiana que, segundo Hicks (1940, p. 20-80), corroborado por Skidelsky (1999, p. 30-50), afirmou a existência de uma relação direta entre investimento, nível de renda e emprego."

2) "Quando eu fiz a análise dos dados que coletei, percebi que mostravam um comportamento que possibilitava estabelecer uma relação de dependência semelhante às proposições da teoria keynesiana que, segundo Hicks (1940, p. 20-80), corroborado por Skidelsky (1999, p. 30-50), afirmou a existência de uma relação direta entre investimento, nível de renda e de emprego."

3) "Quando fizemos a análise dos dados coletados, percebemos que mostravam um comportamento que possibilitava estabelecer uma relação de dependência semelhante às proposições da teoria keynesiana que, segundo Hicks (1940, p. 20-80), corroborado por Skidelsky (1999, p. 30-50), afirmou a existência de uma relação direta entre investimento, nível de renda e de emprego."

Forma Indicada – uma sugestão:

"A análise dos dados coletados mostra um comportamento que possibilita estabelecer uma relação de dependência semelhante às proposições da teoria keynesiana. Essas proposições afirmam a existência de uma relação direta entre investimento, nível de renda e de emprego. Elas foram analisadas inicialmente por Hicks (1940, p. 20-80) e recentemente corroboradas por Skidelsky (1999, p. 30-50)."

Não se pode perder de vista que a monografia deve ser concebida como um documento capaz de defender os pontos de vista de seu autor, a quem ela representa sempre. A arte de argumentar começa com a exposição clara e precisa das idéias, o que requer, portanto, a utilização de linguagem adequada e correta.

A não ser que haja orientação contrária à da faculdade em que a monografia será examinada, o princípio de concisão também se aplica à extensão do texto. A experiência empírica tem indicado que as monografias não devem ter menos do que 30 ou mais de 60 páginas, contadas desde o início da introdução até o final da conclusão. Os textos excessivamente curtos prejudicam a exposição clara da pesquisa, enquanto que os textos muito longos aumentam a probabilidade de o autor perder a linha de argumentação e até mesmo contradizer-se. Uma boa monografia não está relacionada com a sua extensão, mas com a qualidade da exposição e dos argumentos.

6.1 *APRESENTAÇÃO – REGRAS GERAIS*

A estética é outro aspecto importante a ser considerado na apresentação dos trabalhos acadêmicos. A monografia é um documento formal que será colocado à disposição do público em bibliotecas.

Portanto, além de observar as normas específicas de cada faculdade, referentes ao material e cor da capa, tipo e tamanho de letras e do papel, é preciso cuidar da qualidade visual da apresentação gráfica.

A diagramação das páginas contendo textos, tabelas, gráficos e ilustrações deve ser padronizada, evitando todo tipo de adereços desnecessários, tais como saltar linhas para indicar parágrafos ou utilizar letras diferenciadas e destaques coloridos.

O tipo de letra *Times New Roman* é o mais utilizado em relatórios de pesquisa. A diferenciação entre letras deve ater-se aos três padrões de tamanho recomendados, utilizando-se negrito apenas para os destaques.

Exemplo:

Títulos das partes ou seções:	**LETRA CORPO 14, MAIÚSCULAS E EM NEGRITO;**
Subtítulos:	Letra corpo 12, em negrito, apenas a primeira letra em maiúscula;
Textos:	Letra corpo 12;
Notas de rodapé:	Letra corpo 10;
Palavras ou textos em língua estrangeira:	utilizar *itálico* no tamanho pertinente.

A editoração dos projetos de pesquisa e das monografias resultantes deve obedecer às regulações específicas da faculdade em que está sendo desenvolvida, além das instruções apresentadas a seguir:

1) papel tamanho A4 (21,0 × 29,7 cm): O espaço utilizável de cada página para textos, tabelas, gráficos e ilustrações deve respeitar

margens de 4,0 cm à esquerda e na parte superior e 2,5 cm nas outras duas (inferior e direita);

2) a encadernação deve obedecer à orientação de cada faculdade quanto à técnica, cor e materiais utilizados, mas devem ser evitadas as encadernações com espiral ou garras, pois dificultam a sua guarda em estantes. Recomenda-se que seja adequada ao manuseio e consulta, com pelo menos dois exemplares em capa dura. Um exemplar em capa dura destina-se ao acervo da biblioteca da faculdade na qual a monografia foi apresentada e o outro constitui documentação do autor da monografia;
3) a sua escrituração deve ser feita com letra do tamanho corpo 12, com espaçamento de 1,5 cm entre linhas e recuos de 2,0 cm (ou oito toques) no início de cada parágrafo;
4) não deixar espaços ou linhas em branco entre dois parágrafos. Entretanto, podem aparecer nos finais de capítulos, partes ou seções;
5) utilizar letras tamanho corpo 14 em maiúsculas e negrito para os títulos dos capítulos, tamanho 12 em negrito para os subtítulos, tamanho 12 para o texto e tamanho 10 para as notas de rodapé;
6) as citações com até três linhas devem ser escritas com o mesmo tipo e tamanho de letra utilizados no parágrafo em que será inserida e transcrita entre aspas;
7) a numeração das páginas deve ser seqüencial. Segundo a NBR 14724, da ABNT, a contagem começa na folha de rosto (ou seja, a capa não deve ser contada). Entretanto, só se deve inserir a numeração na folha a partir da *Introdução*. Assim, em toda a parte pré-textual (folha de rosto, dedicatória, agradecimentos, resumo, sumário e índices de tabelas e figuras, se houver), apesar de ela ser levada em consideração na contagem seqüencial, não há numeração na página. Esta só se inicia na primeira folha da parte

textual. A numeração é escrita com algarismos arábicos colocados no canto superior direito, a cerca de 2,5 cm da borda direita e 2,0 cm. de distância da primeira linha do texto. Quando houver mais de um volume, a numeração também deve ser feita na seqüência. O mesmo ocorre com anexos e apêndices: devem continuar a numeração do texto principal;

8) utilizar alinhamento vertical nas margens esquerda e direita, ou seja, margens justificadas;
9) as notas de rodapé têm como finalidade principal complementar informações do texto e não para referências bibliográficas[1]. Devem ser curtas, indicadas por números no corpo do texto, transcritas na parte inferior da página em que houver o número indicativo e utilizadas apenas quando absolutamente necessárias;
10) o sumário é o plano geral do documento, indicando suas partes ou seções e respectivas subdivisões e páginas em que se iniciam. Os índices são detalhamentos de conteúdos específicos e somente se justificam se houver grande número de ocorrências.

6.2 *ESTRUTURA DA MONOGRAFIA*

As regras de apresentação de trabalhos acadêmicos são disciplinadas pela norma n.° 14724 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. A estrutura formal da monografia compõe-se das partes descritas a seguir:

[1] Neste livro, para fins didáticos, as referências bibliográficas encontram-se em notas de rodapé. Esta opção, embora não seja a mais correta, foi feita neste caso para que o aluno pudesse navegar pelo texto de forma mais fluida.

6.2.1 Elementos pré-textuais

Os elementos pré-textuais são, como o próprio nome diz, os que antecedem o texto, de forma a auxiliar na sua identificação e utilização. Eles obedecem à ordem mostrada a seguir.

6.2.1.1 Capa

A capa é obrigatória e deve conter os seguintes elementos:

1) nome do autor: o autor é o aluno, o "responsável intelectual pelo trabalho";
2) título e subtítulo da monografia: o título da monografia deve ser conciso e completo, evitando palavras desnecessárias. É a última atividade na redação da monografia e deve expressar, de maneira sucinta, seu conteúdo mais importante. O autor deve ter esta preocupação em mente, pois é principalmente por meio do título que sua catalogação será feita e que outros interessados procurarão o trabalho na biblioteca e em mecanismos de busca e identificarão seu conteúdo.
3) número de volumes: quando a monografia não couber em apenas um volume, é necessário fazer constar sua numeração na capa de cada um deles. A especificação do respectivo volume na capa é imprescindível, mas também é importante o esforço por se fazer conciso, evitando alongar o texto em demasia;
4) indicativo do tipo de trabalho: inserção da expressão *Monografia de Bacharelado em Economia* ou semelhante;
5) nome da faculdade e/ou da universidade: inserir o nome completo (e formal) da instituição;
6) local (cidade): cidade na qual a instituição de ensino se encontra (e não a cidade onde o aluno reside ou efetuou a pesquisa);
7) mês e ano de conclusão.

A Figura 6.1 apresenta um modelo de capa como sugestão.

JOSÉ DA SILVA

A ECONOMIA BRASILEIRA NA ERA FHC: AVANÇOS E RETROCESSOS

Monografia de Bacharelado em Economia

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Universidade _____

Novembro — 200x

Figura 6.1 — Exemplo de capa.

6.2.1.2 Folha de rosto

Ao contrário do que muitos pensam, a folha de rosto também é um elemento obrigatório. Nela, os elementos figuram na seguinte ordem na página frontal:

- nome do autor;
- título e subtítulo do trabalho da monografia;
- número de volumes;

- natureza e objetivo: respectivamente, se é uma monografia do tipo trabalho de conclusão de curso — TCC, dissertação, tese ou outras e qual o objetivo pretendido com o trabalho, isto é, grau pretendido, aprovação em disciplina e outros;
- nome da instituição e área de concentração;
- ano de conclusão.

ANDERSON BARBOSA

A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação do professor

_____

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Pontifícia Universidade Católica — São Paulo

Novembro — 200x

Figura 6.2 — Exemplo de folha de rosto — página frontal.

Já no verso da folha de rosto, a parte superior deve conter o espaço destinado ao registro da média final obtida, os nomes dos membros da banca e do orientador e a data em que foi examinada.

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final ___, ___ (*número por extenso* _____)

Nomes legíveis dos examinadores (*orientador e demais membros da banca*)
_____
_____
_____

Data: ___/___/____
Assinatura do orientador: _____

Figura 6.3 – Exemplo de verso da folha de rosto – Página de aprovação (parte superior no verso da folha de rosto).

A parte inferior deve conter os espaços próprios para registro da avaliação da monografia e a seguinte declaração de direitos autorais mostrada na Figura 6.4.

Autorizo a disponibilização desta monografia na Biblioteca da Faculdade _____ para consulta pública e referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

Assinatura do autor:_____

Local e Data: _____

Figura 6.4 – Exemplo de autorização para consulta e reserva de direitos autorais (parte inferior no verso da folha de rosto).

Esta declaração tem como objetivos tornar públicas e disponibilizar para leitura e consulta as monografias elaboradas pelos alunos, ao mesmo tempo em que busca cercear todo e qualquer tipo de pirataria na reprodução parcial ou total das monografias dos trabalhos, reforçando as disposições da Lei de Direitos Autorais.

6.2.1.3 Dedicatória

Sendo a página de dedicatória opcional, o aluno não é obrigado a endereçar seu trabalho a alguém. Contudo, ela constitui espaço em que o autor pode prestar homenagem às pessoas que ele queira.

Aos meus pais, pela realização de nossos sonhos.

Figura 6.5 – Exemplo de modelo da página de dedicatória (opcional).

6.2.1.4 Agradecimentos

A página de agradecimentos também é opcional. Ela é destinada à consignação de agradecimentos a pessoas ou instituições que contribuíram, de maneira destacada, à elaboração da monografia. Nos casos em que houver apoio financeiro ou material de qualquer natureza, esses fatos devem ser mencionados.

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas participaram, direta ou indiretamente, da realização deste trabalho, o que torna impossível relacionar todas sem cometer omissões.

Entretanto, duas pessoas precisam ser mencionadas, o professor _____ pela orientação e incentivos permanentes e _____, a minha namorada, _____ pela generosidade e bom humor nos fins de semana dedicados a esta monografia.

A todos vocês, minha gratidão.

Figura 6.6 — Exemplo de modelo da página de agradecimentos (opcional).

6.2.1.5 Resumo

O resumo é um texto que sumariza aspectos importantes do trabalho com no máximo cem palavras. Deve-se seguir uma diagramação padrão, específica para utilização em bibliotecas e eventual disponibilização via Internet (por exemplo, no *site* da universidade ou faculdade em que foi apresentada).

O resumo consiste na versão precisa, abreviada e seletiva da monografia, seus pontos-chave. É a ligação entre o leitor e o trabalho. Deve possibilitar ao leitor conhecer o conteúdo do documento original sem precisar recorrer ao texto.

Descreve em linhas gerais o assunto tratado, destacando o objetivo, os aspectos mais importantes e as conclusões mais representativas, além de eventuais dificuldades encontradas na pesquisa.

PASCALICCHIO, D. E., **A Importância do turismo para o desenvolvimento sustentável do Município de São Sebastião.** São Paulo — SP, 2000. [Monografia de Bacharelado — Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar como o turismo, como atividade econômica principal, pode prover o Município de São Sebastião de um crescimento mais eqüitativo e equilibrado, coerente com os preceitos do desenvolvimento sustentável. Analisa o turismo como atividade dinamizadora da economia e suas relações com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável. Avalia o desempenho atual e apresenta propostas para a implementação descentralizada do planejamento do turismo como estratégia para o crescimento integrado e sustentável do Município. Nesse aspecto, o turismo, como atributo de ocupação e atração, deve ser planejado para atender às necessidades atuais, bem como preservar as características para futuras gerações.

Figura 6.7 — Exemplo de página de resumo.

6.2.1.6 Sumário

O sumário representa uma relação dos capítulos, seções e partes da monografia na ordem em que se sucedem no texto, com a indicação da página em que se iniciam. Quando a sua quantidade justificar, integram o sumário os Índices de Tabelas, de Quadros, de Figuras e de Ilustrações.

SUMÁRIO Páginas

1. Introdução
2. Título da primeira parte ou seção
   - 2.1. Primeiro subtítulo
   - 2.2. Segundo subtítulo
   - 2.3. Terceiro subtítulo
3. Título da segunda parte ou seção
   - 3.1. Primeiro subtítulo
   - 3.2. Segundo subtítulo
4. Título da terceira parte ou seção
   - 4.1. Primeiro subtítulo
   - 4.2. Segundo subtítulo

   (e assim sucessivamente)
5. Conclusão
6. Índice de tabelas
7. Índice de figuras (ilustrações e gráficos)
8. Anexos
9. Apêndices
10. Referências Bibliográficas

Figura 6.8 – Exemplo de modelo da página de sumário.

6.2.2 Elementos textuais

Os elementos textuais representam a exposição do assunto propriamente dito. Sua divisão ocorre como mostrado a seguir.

6.2.2.1 Introdução

É na introdução que a numeração das partes ou seções e das páginas se inicia. Ela tem importância estratégica fundamental para o sucesso da monografia, contendo a apresentação e justificativa da escolha do tema, entendimento do autor acerca dele e sobre a abordagem que desenvolveu. A introdução deve explicitar o problema central, os objetivos secundários, os procedimentos de pesquisa, o tratamento dado às diferentes partes do corpo principal e seu encadeamento lógico ao longo da monografia.

Embora seja a primeira parte do texto, a versão final e definitiva da *Introdução* é elaborada após o desenvolvimento da pesquisa e das próprias conclusões. Sua redação toma por base o projeto inicial da pesquisa e os procedimentos efetivamente utilizados. Na prática, uma versão preliminar é elaborada logo após a conclusão do projeto de pesquisa e tem a função de balizar o entendimento inicial sobre o tema e os procedimentos do pesquisador. Finalizadas as análises e a versão definitiva das conclusões, a versão preliminar da introdução deve, quase sempre, ser revista.

A introdução tem como desafio motivar o leitor para a leitura da monografia e sua redação deve ser encadeada e articulada com o conteúdo da *Conclusão*, que constitui seu complemento natural.

6.2.2.2 Desenvolvimento ou corpo do trabalho

O desenvolvimento ou corpo do trabalho é organizado em quantas seções, partes ou capítulos forem necessários, dedicados ao desenvolvimento do tema, em conformidade com as etapas e procedimentos descritos na introdução e na metodologia proposta. Inclui a descrição do objeto ou tema,

a análise das variáveis, dados, argumentos de outros autores e informações sobre o objetivo da pesquisa e as propostas normativas do autor da monografia, com base nos resultados de suas análises e reflexões.

6.2.2.3 Conclusão

A conclusão compõe-se de três partes. A primeira é dedicada à apresentação das conclusões da pesquisa, baseadas nas análises e resultados alcançados no trabalho. É imprescindível apontar a aderência dos resultados obtidos ao problema central da pesquisa apresentado na *Introdução* da monografia. Deve destacar as contribuições da monografia para o conhecimento do assunto abordado e suas relações com a realidade atual.

A segunda parte ocupa-se em apresentar as reflexões do autor sobre a temática abordada na monografia, inclusive as surpresas representadas pelas facilidades ou dificuldades encontradas em seu desenvolvimento. Em suma, ela corresponde a um depoimento acerca da experiência de elaborar uma monografia.

Finalmente, a terceira parte deve conter sugestões para outras pesquisas visando aprimorar o conhecimento sobre o assunto tratado na monografia. Além de indicar temas a serem pesquisados, a função desta terceira parte é a de estabelecer um elo com pesquisas futuras que complementem os resultados alcançados.

É importante ressaltar que a conclusão não deve introduzir nenhum assunto que não tenha sido tratado anteriormente, mas sim funcionar como um fechamento dos temas tratados no desenvolvimento.

6.2.3 Elementos pós-textuais ou pós-liminares

Os elementos pós-textuais ou pós-liminares são os que complementam o trabalho e estão explicados a seguir.

6.2.3.1 Anexos

Há vários tipos de anexos, como cópias de documentos oficiais, leis, resoluções e de textos de outros autores cuja inclusão seja importante para documentar ou ilustrar as pesquisas. Sua característica diferenciadora mais importante é justamente o fato de não ter sido elaborado pelo autor da monografia (se fosse, receberia o nome de Apêndice).

Os anexos são opcionais. Sua identificação no trabalho se dá por letras maiúsculas consecutivas, seguidas de travessão e dos respectivos títulos. Exemplo:

> ANEXO A — Representação gráfica das reformas econômicas na América Latina
> ANEXO B — Dados acerca do crescimento da desigualdade social no Brasil

6.2.3.2 Apêndices

Os apêndices são textos e materiais suplementares produzidos pelo autor, inseridos no fim da monografia para não sobrecarregar o corpo do trabalho.

Também opcionais, eles podem incluir questionários de pesquisa, análises parciais específicas, tabelas com dados estatísticos detalhados. Assim como os anexos, também são identificados por letras maiúsculas consecutivas, seguidas de travessão e dos respectivos títulos. Exemplo:

> APÊNDICE A — Relação de institutos brasileiros de pesquisa econômica
> APÊNDICE B — Principais fórmulas de Estatística e Econometria

6.2.3.3 Glossário

Fórmulas, siglas e palavras com significado peculiar ao tema do trabalho.

6.3 FORMAS DE APRESENTAÇÃO

Tabelas, quadros e gráficos:

Tabelas, quadros, gráficos, fotografias e desenhos são úteis para organizar, ilustrar e comunicar os resultados das análises desenvolvidas. Entretanto, para cumprir essa finalidade, devem obedecer a práticas e regulações formais para sua elaboração, como é o caso das tabelas, cuja apresentação é disciplinada pelas Normas de Apresentação Tabular[2]. Na prática, a elaboração de tabelas e gráficos é muito facilitada pela utilização de programas de computador que possibilitam ao usuário selecionar as formas e representações mais indicadas para cumprir seu papel na comunicação visual.

As *tabelas* devem ser utilizadas para apresentação de valores numéricos nos casos em que espelham operações matemáticas entre as variáveis envolvidas. Os *quadros* destinam-se à apresentação de elementos qualitativos e valores numéricos que não envolvem operações de cálculo entre si. Podem ocorrer situações em que não sejam claros os limites conceituais para distinguir tabelas e quadros, cabendo ao autor do relatório optar por uma ou outra forma. As tabelas não são fechadas à esquerda nem à direita, enquanto os quadros são fechados nos quatro lados.

6.3.1 Tabelas

As tabelas devem ser utilizadas quando for importante apresentar valores precisos ou a quantidade de dados, por ser grande, exigir que sejam

[2] Na bibliografia deste capítulo, há a referência completa sobre a norma elaborada pelo IBGE, que rege a formatação das tabelas.

sumariados e organizados para serem explorados convenientemente. Elas devem ser inseridas o mais próximo possível de sua chamada no texto ou do trecho a que se referem.

Além das regras formais na montagem de tabelas, devem ser observados os seguintes cuidados adicionais:

- não são fechadas nas margens esquerda e direita;
- devem ser completas para serem entendidas, mas devem ter somente os dados necessários;
- devem ser estruturadas da forma mais simples possível;
- os dados devem ser organizados logicamente;
- as unidades, símbolos e dados devem ser consistentes com o texto.

Se a tabela não couber na mesma folha, é preciso que em cada página que ela apareça sejam repetidos o título e o cabeçalho.

As tabelas compõem-se das seguintes partes:

- *número*: as tabelas devem ser numeradas seqüencialmente com algarismos arábicos. Se a quantidade justificar, esta numeração pode ser específica de cada capítulo, mas dentro dele continuará a ser consecutiva. Nesse caso, é recomendável que seja utilizado o sistema digital de numeração no qual o primeiro algarismo refere-se ao capítulo e os seguintes ao número da tabela[3];

Exemplo:
a terceira tabela do capítulo 5 seria numerada como Tabela 5.3.

Exemplo:
Tabela 5.3 — População Urbana do Estado de São Paulo — 1970

- *título*: deve ser escrito na parte *superior* da tabela, sucinto e informativo, especificando as variáveis, o espaço geográfico e

[3] Este é o padrão utilizado neste livro: neste capítulo, por exemplo, todas as tabelas começam com "6", indicando que se referem ao Capítulo 6.

o período de tempo a que se referem. Assim, antes da tabela propriamente dita, aparece primeiro seu título. Note que não há ponto depois do último número (o correto é 5.3 e não 5.3.) e sim um traço separando a numeração do restante do título;

- *corpo*: é o conjunto de casas ou caselas, formadas pelos cruzamentos de linhas e colunas, contendo o valor numérico pertinente. O corpo é separado do título e das notas de rodapé por uma linha horizontal contínua. As tabelas não são fechadas à esquerda nem à direita;
- *cabeçalho*: é a linha que descreve o conteúdo das colunas. Os símbolos e abreviaturas usados devem ter sua explicação nos rodapés das tabelas;
- *coluna indicadora*: é a primeira coluna da tabela que descreve os conteúdos das linhas;
- *nota de rodapé da tabela*: local em que devem ser indicadas as fontes e as notas explicativas acerca dos dados da tabela, abreviações e símbolos utilizados. Note, assim, que as notas de rodapé devem aparecer logo após o fio de fechamento da tabela. Quando a tabela consta de outros documentos, é necessário obter a autorização prévia do autor original para a sua reprodução. Contudo, apesar de a autorização ser imprescindível para que a tabela possa ser incluída no trabalho, não é necessário mencionar o fato no rodapé. Ou seja, a fonte (bibliografia) é obrigatória, mas a menção à obtenção da autorização não.

As notas de rodapé são indicadas por asteriscos colocados na casela a que se referem e na chamada de rodapé. Se houver mais de uma chamada, utilizar dois asteriscos para a segunda e assim, sucessivamente. Veja um exemplo na Tabela 6.1.

Tabela 6.1 – População Urbana do Estado de São Paulo - 1970

Municípios	População (*)	Taxa de Crescimento (**)
A	0.000.000	0,00
B	000.000	0,00
C	(***)	(***)
D	–	–
E	–	–

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de São Paulo, 1970
(*) População residente
(**) Taxa Geométrica de Crescimento calculada pelo autor
(***) Dados inexistentes – Município criado em 1985

6.3.2 Quadros

Destinam-se à apresentação de variáveis e indicadores que não abrigam operações de cálculo entre si, além de informações qualitativas. Consistem na apresentação sucinta que descreva um objeto ou fenômeno. Podem assemelhar-se muito às tabelas e as situações limítrofes devem ser resolvidas pelo autor do trabalho. Obedecem aos mesmos princípios que regem a montagem, numeração e indicação de fontes das tabelas, porém são fechados nas quatro margens.

Exemplo de quadro:

Quadro 6.1 – Indicadores Básicos da Região Metropolitana de São Paulo – 1970	
Variáveis	Indicadores
Número de Municípios	37
Área Total (km2)	8.053
Número de Habitantes	8.139.730
Estabelecimentos Agropecuários	9.636

(continua)

(conclusão)

Variáveis	Indicadores
Estabelecimentos Industriais	25.788
Estabelecimentos Comerciais	62.542
Estabelecimentos de Serviços	48.875

Fonte: SÃO PAULO (Estado). **Sumário de Dados da Grande São Paulo.** São Paulo: Emplasa, 1977.

Observação: O título do quadro deve ficar fora das linhas que o delimitam. O mesmo se aplica à fonte, que deve vir embaixo, como nas tabelas.

6.3.3 Gráficos e ilustrações

São muito úteis para auxiliar a leitura e interpretação de tabelas complexas ou para mostrar relações entre variáveis ou fenômenos, combinando dados de uma ou de várias tabelas ao mesmo tempo. São englobados pela designação genérica de figura e devem ser numerados obedecendo aos mesmos procedimentos adotados nas tabelas e quadros.

Os dados de tabelas não devem ser simploriamente repetidos em figuras. Os gráficos devem ser construídos como instrumentos auxiliares para a leitura dos dados apresentados nas tabelas, facilitando o seu entendimento, explorando e demonstrando para o leitor as evidências que contêm.

Os programas de computadores existentes possibilitam fazer simulações experimentais de inúmeras alternativas de representação gráfica. Cabe ao autor da monografia selecionar aquelas que mais bem comunicam suas intenções analíticas e demonstrativas.

Ao contrário das tabelas e quadros, os títulos dos gráficos e ilustrações são colocados na parte inferior, seguidos da indicação das fontes que lhes deram origem.

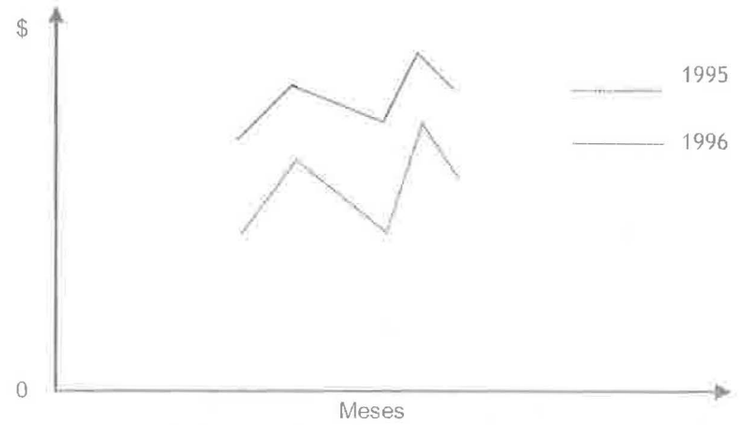

Figura 6.9 — Variações sazonais nas vendas de automóveis.

Fonte: Elaboração do autor baseada nos dados apresentados na Tabela 4.4.

6.4 *ELABORAÇÃO DE REFERÊNCIAS*

Qualquer menção de outras obras que se faça no trabalho deve ser a mais clara e completa possível, para que o leitor possa buscar outras informações caso seja de seu interesse.

As referências podem aparecer:

- no rodapé (na forma de nota de rodapé);
- no fim do texto ou do capítulo;
- em listas de referências (referências bibliograficas);
- antes de resumos ou resenhas.

Os elementos das referências dividem-se em essenciais e complementares.

- Essenciais: autor (es), título, subtítulo, (se houver), edição, local, editora e data de publicação;

- Complementares: indicação de outros tipos de responsabilidade (ilustrador, tradutor, revisor, adaptador, compilador); informações sobre características físicas do suporte material, páginas, volumes, ilustrações, dimensões, série editorial ou coleção, notas e ISBN (*International Standard Book Numering*).

6.4.1 Notas de rodapé

As notas de rodapé têm como objetivo transmitir informações complementares ao texto, ao mesmo tempo em que evitam interrupções que prejudiquem a narrativa. Quando utilizadas para informações bibliográficas, devem observar as notas de citação utilizadas na monografia e incluídas na lista final de referências. A NBR 10520, "Apresentação de citações em documentos", fixa as normas de apresentação de notas de rodapé em diversos documentos.

As chamadas no texto e no rodapé são feitas por numeração arábica, por capítulo e sobrescritas. No rodapé, apresentam-se alinhadas à esquerda e são compostas em corpo menor que o do texto. A segunda linha da nota deve coincidir com a primeira letra da linha superior. À direita, o texto da nota fica desalinhado (não justificado).

Veja como elas podem aparecer:

1 – Primeira citação de uma obra[1] (deve ter a sua referência completa).

2 – Citação da mesma obra dentro do mesmo capítulo, referindo-se à obra da nota de rodapé imediatamente anterior: usa-se Ibid[2].

3 – Caso a página não seja a mesma, deve-se citar a página da referida obra[3].

4 – A menção a uma obra já citada também pode ser feita com o op. cit. (opus citatum, que quer dizer obra citada)[4].

5 – Se a citação for de várias passagens da obra, pode-se usar a expressão passim (aqui e ali, que quer dizer em diversas passagens)[5].

(continua)

(conclusão)

6 – Se o objetivo for citar a partir de uma página, ou seja, todas as seguintes, há a expressão et seq., que quer dizer que se segue[6].

7 – Para sugerir ao leitor que ele confira ou confronte o que está no texto com o original, a expressão utilizada é Cf[7].

8 – Caso queira referenciar outra obra do autor mencionado na nota 6, basta acrescentar Idem e o nome da obra referida[8].

---

[1] WESSELS, Walter J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 57.
[2] Ibid.
[3] Ibid., p. 68.
[4] WESSELS, op. cit., p. 70-75.
[5] WESSELS, 2002, passim.
[6] WESSELS, 2003, p. 115 et seq.
[7] Cf. WESSELS, 2003, p. 205-210.
[8] Idem. **Microeconomia**: teoria e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 141.

6.4.2 Citações

As pesquisas acadêmicas são, em grande parte, baseadas em consultas às publicações de outros autores e fontes de dados secundários. Entretanto, é desejável que os textos das monografias apresentem as reflexões de seus autores acerca do material consultado e que não sejam uma repetição mecânica da redação das fontes pesquisadas.

O aproveitamento do material e das fontes consultadas ocorre de duas maneiras: a primeira, que tem maior mérito, é aquela em que o autor escreve o resultado de suas leituras, com base em reflexão e sedimentação do conteúdo dos textos pesquisados, construindo seus próprios argumentos; a segunda é aquela em que o autor da monografia transcreve trechos escritos por outros autores. Essa alternativa é indicada quando for impossível sintetizar ou escrever de modo mais acurado o conteúdo do texto fonte. Entretanto, a utilização dessa alternativa deve ser parcimoniosa tanto na freqüência de citações quanto na extensão dos trechos transcritos.

Em qualquer um desses dois casos, é obrigatória a indicação das fontes que formaram a base das análises e redação, mesmo quando seja a simples utilização de uma informação quantitativa, como uma porcentagem, por exemplo.

A obrigatoriedade de indicação das fontes decorre de três princípios fundamentais: o primeiro, do próprio conceito de método científico que deve possibilitar que outros pesquisadores repitam a experiência que foi o objeto da pesquisa e do relatório; o segundo, para dirimir dúvidas quanto à veracidade das informações atribuídas a outros autores; e, finalmente, o terceiro, é do princípio do respeito aos direitos autorais. A utilização de textos ou informações elaborados por outros autores sem a devida indicação de fonte constitui apropriação indébita, fere a legislação dos direitos autorais, sendo, portanto, crime.

A NBR 10.520, "Apresentação de citações em documentos", fixa as normas de apresentação de citações em diversos documentos.

Entre as diversas modalidades, a mais prática para as chamadas no texto é o sistema autor, ano e página. Essas informações devem estar presentes sempre que as fontes consultadas para a realização do trabalho tenham servido como base para as análises elaboradas pelo autor da monografia, ou das quais tenha retirado informações específicas ou trechos de texto. Todas as fontes utilizadas diretamente, mediante transcrições de trechos, ou indiretamente, mediante interpretação do autor da monografia, têm de ser identificadas por chamadas no texto e incluídas nas referências bibliográficas.

Seguem alguns exemplos de chamada no texto:

- (FURTADO, 1985, p. 79): quando o assunto é tratado em uma única página da fonte utilizada;
- (SINGER, 1970, p. 75-82): quando o assunto é tratado em páginas consecutivas da fonte utilizada;.

- (REZENDE, 1995, p. 40 e 53): quando o assunto é tratado em páginas não consecutivas da fonte utilizada.

Quando uma obra contar com mais de um autor, eles são separados na citação por ponto-e-vírgula:

- (ENGELS; MARX, 2002, p. 50);
- (KARATAEV; RYNDINA; STEPANOV, 1964, v. 2, p. 150-153).
- (SAMUELSON et al., 1958, p. 30 e 35): para mais de três autores, cita-se apenas o primeiro e insere-se em seguida a expressão *et al*.

Note que, quando entre parênteses, os sobrenomes dos autores são sempre escritos em letra maiúscula. Se o autor estiver no corpo do texto, isto é, fora dos parênteses, apenas a primeira letra do nome do autor é escrita em maiúscula:

- segundo Furtado (1985, p. 79): quando o assunto é tratado em uma única página da fonte utilizada;
- conforme Singer (1970, p. 75-82): quando o assunto é tratado em páginas consecutivas da fonte utilizada;
- para Rezende (1995, p. 40 e 53): quando o assunto é tratado em páginas não consecutivas da fonte utilizada.

Há duas situações que, pela freqüência com que ocorrem, merecem destaque. A primeira acontece quando o trecho do autor citado tenha sido publicado por um organizador ou editor. Por exemplo, um artigo ou capítulo de livro escrito pelo autor Santos e publicado em um livro organizado ou editado por Macedo em 1999. Nesse caso, ambos devem ser mencionados na indicação de fonte mediante a utilização da palavra latina *in*:

- (SANTOS In: MACEDO, 1999, p. 10);

A segunda situação ocorre quando, por impossibilidade de acessar a publicação original, o pesquisador cita um autor com base em afirmações feitas por outro. Por exemplo, Skidelsky transcreveu, em seu livro publicado em 1999, um trecho de artigo publicado por Keynes em 1920. Nesse caso, ambos devem ser incluídos na indicação de fonte mediante a utilização da palavra latina *apud*:

- (KEYNES, 1920, p. 12, apud SKIDELSKY, 1999, p. 30);
- segundo Keynes (1920, p. 12 apud SKIDELSKY, 1999, p. 30).

Note que a expressão apud é escrita em letras minúsculas e sem destaque (não é italizada). Ela pode ser usada tanto em notas de rodapé como no corpo do texto, diferentemente das expressões para notas apresentadas na Seção 6.4.1 que só podem ser usadas no rodapé.

Se houver necessidade de citar textos em língua estrangeira, esses devem ser traduzidos para figurar no corpo do trabalho. Nesse caso, deve-se inserir nos parênteses a expressão "tradução nossa".

- Quesnay (1694-1774) teria sido, segundo Schumpeter (1964, p. 280, tradução nossa), um "maçante respeitável";
- "[...] a potência da população é infinitamente maior do que a potência da terra na produção de subsistência para o homem". (MALTHUS, 1909, p. 6, tradução nossa).

Algumas instituições recomendam que a versão na língua original conste nas notas de rodapé em itálico, observadas as regras de indicação de fonte.

Todas as fontes efetivamente utilizadas devem ter chamadas no texto e incluídas na lista de referências bibliográficas.

6.4.2.1 Inserção das citações ou transcrições de textos

Citações de até três linhas são apresentadas com letras iguais às do texto em que estiverem inseridas, entre "aspas duplas" e caso haja citação no interior da citação, esta deve ser apresentada entre 'aspas simples'.

Exemplo:

Vigia no Brasil colonial, segundo Furtado (1984, p. 124), a crença na superioridade do trabalhador europeu, "[...] particularmente daqueles cuja 'raça' era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país".

Já as citações com mais de três linhas devem ser destacadas formando um parágrafo próprio, com recuo de 4 centímetros à esquerda da margem, com letra menor do que o utilizado no restante do texto e sem aspas.

Exemplo:

> [...] a economia ecológica, apesar de muito contribuir na sua interface com a ecologia propriamente dita, no que se refere à valoração, apresenta um (sic) contribuição muito limitada [para a valoração do meio ambiente]. (ROMEIRO; REYDON; LEONARDI, 1997, p. 12-13).

Utilize três pontos entre colchetes para indicar que a citação excluiu parte da frase original, colchetes para incluir nota explicativa acerca do conteúdo original e a expressão *sic* entre parênteses para indicar algum tipo de erro ou equívoco na fonte.

Ao usar textos ou pensamentos de outros autores, procure *dialogar* com eles, no sentido de compreendê-los e respeitar o quadro teórico em que se situam.

Muito cuidado para não fazer uma *colcha de retalhos*, introduzindo citações de diferentes autores, como se eles concordassem com a sua idéia, mesmo que eles pertençam a marcos teóricos diferentes. Esse procedimento depõe contra a qualidade da monografia, além de dificultar o entendimento dos argumentos e do pensamento de seu autor.

6.4.3 Referências bibliográficas

Listagem organizada em ordem alfabética segundo os nomes dos autores de todas as fontes e obras utilizadas para a elaboração da monografia, citadas textualmente ou interpretadas por seu autor. Os sistemas de referenciação bibliográfica são disciplinados pela NBR 6023, "Informação e documentação – referências – elaboração".

Pela facilidade de emprego, recomenda-se a utilização do sistema de chamadas no texto (autor, ano, página) para indicar as fontes consultadas para a realização do trabalho, das quais se retiraram as informações ou trechos de texto.

O importante é que a indicação das fontes utilizadas e a elaboração da listagem correspondente, ou seja, das referências bibliográficas, sejam feitas sempre que o pesquisador estiver baseando-se em outros autores. Isso pode ocorrer quando escreve com palavras próprias, interpretando o texto-fonte, ou mediante transcrição integral de um trecho. As duas situações exigem que a fonte seja indicada e incluída nas referências bibliográficas.

Além de cumprir seu papel como disciplina do método científico, a seção sobre referências bibliográficas também tem a finalidade de oferecer ao leitor informações úteis para aprofundamento do tema ou para a própria revisão do trabalho.

O procedimento usualmente adotado para a indicação de fontes nas monografias é o de chamadas no texto (autor, ano e página colocados entre parênteses), por exemplo: (FURTADO, 1990, p. 30). Veja o item 6.4.2.

Essa alternativa tem as vantagens da simplicidade e da possibilidade de percepção imediata do pequeno grau de elaboração do autor (pelo excesso de transcrições ao longo do texto), ou da utilização de um número muito limitado de fontes (pela repetição de indicações da mesma fonte).

Existem várias alternativas para a apresentação das referências bibliográficas e não há uniformidade de concepção entre os autores que tratam do assunto. As necessidades específicas de cada área de conhecimento deram origem às diversas modalidades propostas. Por exemplo, trabalhos científicos nas áreas de química, medicina, antropologia, economia têm exigências e peculiaridades próprias que condicionam as formas de referenciação.

O importante, contudo, é saber que a função das referências bibliográficas é possibilitar a identificação simples e direta das fontes utilizadas (publicações, manuscritos, aulas, conferências, Internet, entrevistas, entre outras).

Todas as fontes utilizadas devem ter chamadas no texto e obrigatoriamente ser incluídas na lista de referências bibliográficas e vice-versa. É preciso que haja uma correspondência unívoca perfeita entre as chamadas no texto e as referências bibliográficas relacionadas no final da monografia. Ou seja, todas as fontes indicadas ao longo do texto devem compor as referências bibliográficas, assim como todas as fontes relacionadas nas referências devem estar indicadas no texto. Incorreções quanto a esses aspectos constituem falta grave e depõem contra a credibilidade do trabalho.

As fontes e documentos consultados mas não utilizados podem, a critério do autor, ser relacionados em listagem separada constituindo a *bibliografia complementar*, apresentada em seguida às referências bibliográficas. Não confundir, portanto, bibliografia e referências bibliográficas. *Bibliografia* é uma listagem organizada de documentos sobre determinado assunto. *Referências bibliográficas* é a relação das fontes bibliográficas

efetivamente utilizadas para a elaboração da monografia, organizadas em ordem alfabética segundo os nomes de seus respectivos autores.

Os dados bibliográficos são extraídos da página de rosto ou da página principal da publicação referenciada e, quando disponível, da ficha técnica que aparece no verso da folha de rosto de muitos livros. Para cada tipo de publicação ou documento fonte, há uma forma específica de referenciação bibliográfica, como mostrado nas seções a seguir.

6.4.3.1 Referenciação de livros

Deve-se obedecer à seguinte seqüência de informações:

1) nome do autor: sobrenome em maiúsculas, seguido de vírgula e o(s) nome(s), abreviados ou não;

2) título: o título deve ser inserido com seus caracteres em destaque (negrito ou itálico ou sublinhado); caso haja subtítulo, este não recebe nenhum tipo de destaque e é inserido depois de dois pontos (que também não devem estar em destaque). Não se usa traço ou travessão para separar o título do subtítulo;

3) número da edição. Indicado somente a partir da segunda edição, por algarismo arábico, seguido de ponto e da palavra edição abreviada (Exemplo: 2. ed.);

4) local da publicação seguido de dois pontos;

5) editora (sem as expressões comerciais S/A ou Ltda.);

6) ano da publicação;

7) número de volumes, se houver;

8) número de páginas (opcional).

Exemplo:

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo monopolista:** ensaio sobre a ordem econômica e social americana. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BUNGE, M. **La ciencia**: su método y su filosofía. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Record: Rio de Janeiro, 2000.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV: 1987, p. 380.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mario R. da Cruz. Revisão de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Atlas, 1992. 328 p.

MARX, K. **Contribution a la critique de l'économie politique**. Paris: Éditions Sociales, 1977.

SCREPANTI, Ernesto; ZAMAGNI, Stefano. **An outline of the history of economic thought.** New York: Oxford University Press, 1995.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1989.

Quando houver de um até três autores, referenciam-se todos, separados por ponto-e-vírgula.

Exemplo:

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade**: Estado, mercado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. **Econometria**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 471 p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CAVES, Richard E.; FRANKEL, Jeffrey A.; JONES, Ronald W. **Economia internacional**: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva, 2001

Quando houver mais de três autores, menciona-se o primeiro seguido da expressão latina *et al* sem destaque.

Exemplo:

DELFIM NETTO, A. et al. **Alguns aspectos da inflação brasileira**. São Paulo: Anpes, 1965. 151 p.
LACERDA, Antonio Correa et al. **Economia Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Quando se quer indicar um capítulo, em uma obra com mais de um autor, acrescentar a expressão latina *in*, sem destaque, seguida de dois pontos, com o nome do autor, editor ou organizador da obra.

Exemplo:

BÊRNI, Duilio de Avila. Organizando um plano de estudos. In: _____. **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002. cap. 13, p. 291-307.
KRAUSE, Gustavo. A natureza revolucionária da sustentabilidade. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 15-19.
NICOLAU, José Antonio. Fundamentos da ciência moderna e investigação econômica. In: BÊRNI, Duilio de Avila (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 3-7.

Livros publicados por autores corporativos (como entidades coletivas ou instituições).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação — referências — elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Normas para publicações da Unesp**. São Paulo: Unesp, 1994. 4 v.

Quando se tratar de organismos governamentais, iniciar pelo nível mais alto da hierarquia.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Plano Metropolitano da Grande São Paulo — 1994/2010**. São Paulo: Emplasa, 1994. 227 p.
SÃO PAULO (Município). **Higienópolis**: grandeza e decadência de um bairro paulistano. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1982. 231 p.

6.4.3.2. Referenciação de artigos

a) artigos em revistas

Seqüência das informações:

1) autor do artigo;
2) título do artigo: em maiúsculas apenas a primeira letra do título ou os nomes próprios;
3) título da revista em destaque (ou negrito ou itálico ou sublinhado);
4) local da publicação: quando publicação internacional, manter o nome da cidade na língua nativa;
5) volume;
6) número;
7) páginas inicial e final do artigo;
8) mês e ano da publicação: quando se tratar de língua estrangeira, a data também deve permanecer no idioma original.

Exemplo:

FRIEDMAN, M. The role of monetary policy. **American Economic Review**, New York, v. 58, n. 1, p. 1-17, Mar. 1958.
MODIGLIANI, F. Liquidity preference and the theory of interest and money. **Econometrica**, Evanston, IL, v. 12, p. 45-88, Jan. 1944.
VERAS, Maura Pardini Bicudo. Uma questão brasileira de 500 anos: exclusão social. **Margem,** Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, periodicidade semestral, n. 10, p. 86-106, dez.1999.

b) artigos assinados em jornais

Seqüência das informações:

1) autor do artigo;
2) título do artigo, apenas a primeira letra e nomes próprios em maiúsculas;
3) título do jornal em destaque (negrito, itálico ou sublinhado);
4) local da publicação;
5) dia, mês e ano;
6) título do caderno (se houver);
7) seção, caderno ou fascículo e coluna;
8) páginas que contêm o artigo.

Exemplo:

DELEUZE, Gilles. O ato de criação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 27 jun. 1999. Caderno 5, p. 4-5.
SLEVIN, Peter. Bush renews vow to aid African progress. **The Washington Post**, Washington. Jan. 16, 2003. Disponível em:<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A63147-2003Jan15.html>. Acesso em: 23 maio 2004.

c) artigos não assinados em jornais

Repetem-se as informações de artigos assinados, exceto o nome do autor. Nesse caso, o primeiro vocábulo do título do artigo aparece em letras maiúsculas.

Exemplo:

EXPECTATIVA de vida reduzirá benefício. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1.º dez. 1999. Caderno 2, p. 5.
VENDAS recuam com a alta de preços. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2003. Disponível em:<http://oglobo.globo.com/oglobo/Economia/69219608.htm>. Acesso em: 13 mar. 2004.

d) Periódicos considerados no todo

Seqüência das informações:

1) título da revista em letras maiúsculas;
2) local da publicação seguido de dois pontos;
3) editora ou entidade responsável;
4) data do primeiro volume;
5) periodicidade.

Exemplo:

REVISTA DA FEA-PUC SÃO PAULO. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999. Anual.
REVISTA DE ECONOMÍA APLICADA. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 1992. Trimestral.

e) Periódicos considerados em parte

Seqüência das informações:

1) título da coleção em letras maiúsculas;
2) título do fascículo;
3) local da publicação seguido de dois pontos;
4) editora, volume, número e data;
5) número de páginas;
6) tipo do fascículo.

Exemplo:

IPEA SÉRIE MONOGRÁFICA. A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, v. 1, número 30, 1979. 218 p., monografia.

6.4.3.3 Referenciação de leis, decretos, portarias, resoluções e outras informações legislativas:

Seqüência das informações:

1) nome do país, estado ou município em letras maiúsculas;
2) título (especificação: lei, decreto, portaria entre outros);
3) número e data (dia, mês e ano);
4) ementa;
5) dados da publicação oficial que transcreveu a lei ou decreto.

Exemplos:

BRASIL, Decreto-lei n.º 2.423, de 7 de abril de 1988. Estabelece critérios para pagamento de gratificações e vantagens pecuniárias aos titulares de cargos e empregos da Administração Federal direta e autárquica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, v. 126, n.º 66, p. 6009, seção 1.

SÃO PAULO (Município). Decreto n.º 37.192, de 1º de dezembro de 1997. Dispõe sobre permissão de uso de área municipal situada no Cambuci à Fazenda do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, n.º 233, p. 1, 2 dez.1997.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução n.º 66, de 2 de maio de 1996. Aprova o novo regimento interno do Conselho Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, n.º 125, p. 11.944, seção 1.

6.4.3.4 Referenciação de documentos eletrônicos

a) CD-ROM

Utilizar os mesmos procedimentos descritos nos itens anteriores para livros, artigos, periódicos entre outros, acrescentando no final a expressão CD-ROM e os dados do produtor.

Exemplo:

KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (Ed.). Enciclopédia e dicionário digital 98. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM. Produzida por Videolar Multimídia.

b) disquetes

São utilizados os mesmos procedimentos adotados para CD-ROM, acrescentando no final a descrição física: Disquete. 1 disquete de 3 ½.

c) correio eletrônico (e-mail)

Seqüência das informações:

1) nome do remetente: o sobrenome vem primeiro, em letras maiúsculas;
2) assunto em destaque (negrito, itálico ou sublinhado) em negrito;
3) inserir a expressão: "[mensagem pessoal]";
4) notas explicativas;
5) acrescentar à expressão "Mensagem recebida por" o nome do destinatário;
6) endereço eletrônico do destinatário entre os sinais < >.

Exemplo:

BORBA, Jason Tadeu. **Regulamento para monografias** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <illdebrando@editorasaraiva.com.br> em 12 jan. 2003.

d) Internet

Lembrando que muitas páginas disponibilizadas na Internet são extremamente voláteis, com modificações extremamente freqüentes, é aconselhável imprimir em papel todas as informações obtidas. Esse procedimento assegura ao pesquisador a certeza de poder consultar os dados e informações obtidos inicialmente.

Os procedimentos para as referências bibliográficas são simples. Basta acrescentar aos registros descritos para livros, artigos, periódicos, leis, decretos, resoluções e outras especificações, as seguintes informações:

1) tipo de mídia;

2) endereço eletrônico apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão "Disponível em:";

3) data de acesso;

4) notas.

Exemplos:

ALVES, Castro. **Navio negreiro**. Disponível em: <http://www.futuro.usp.br/autores/castroalves/html>. Acesso em: 22 jul. 2004.

BASF reforça a atuação na ZFM. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 21 mar. 2002. Disponível em: <http://www.gazetamercantil.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2004.

6.4.3.5 Referências Bibliográficas

A preparação da lista de referências bibliográficas é uma das últimas etapas de elaboração da monografia. É uma lista organizada em ordem alfabética segundo os sobrenomes de todos os autores e fontes utilizados para realizar o trabalho e indicados ao longo do texto.

Quando existirem várias obras de um mesmo autor, seu nome é citado apenas na primeira vez. Nas demais obras do mesmo autor, seu nome é substituído por uma linha de seis dígitos, seguida de ponto, obedecendo à ordem alfabética do título das obras. Se houver mais de uma obra publicada no mesmo ano, após a inscrição do ano de publicação, acrescentar as letras a, b, c e seguintes.

Exemplos:

FURTADO, Celso. **Análise do "modelo" brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. 122 p.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a. 128 p.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. 177 p.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b. 355 p.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2001.

BÊRNI, Duilio de Avila (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO, Alex Moreira, et al. **Aprendendo metodologia científica**. São Paulo: Nome da Rosa, 2000. 128 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. 170 p.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 216 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993. 159 p.

GRANJA, Elza Corrêa. **Diretrizes para a elaboração de dissertações e teses**. São Paulo: Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1993. 61 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 220 p.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Loyola, 1994. 69 p.

MARTINS, Joel. **Subsídio para redação de dissertação de mestrado e tese de doutorado**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1991. 36 p.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002. 287 p.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Manual da monografia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 179 p.

PARRA Filho, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Monografia e apresentação de trabalhos científicos**. 2. ed. São Paulo: Terra, 1997.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Modelo recomendado pela biblioteca central para referências bibliográficas**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/biblioteca/modelo.htm>. Acesso em: 20 ago. 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 334 p.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Ensaios analíticos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1994. 426 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Regulamento da Monografia. In: _____. **Programa de graduação em economia**. São Paulo, 1995. p. 115-121. Mimeografado.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública. **Guia de apresentação de teses**. São Paulo, 1998. 62 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Normas para publicações da Unesp**. São Paulo: Unesp, 1994. 4 v.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de trabalhos**. 6. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 1995, v. 1. 25 p.

VIEIRA, Sonia. **Como escrever uma tese**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.